

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Sociologia



Dissertação

I n t e r s e c ç ã o
g e r a c i o n a l :
a pessoa idosa em meio às rotinas tecnologizadas

André Dala Possa

Pelotas
2013

ANDRÉ DALA POSSA

INTERSECÇÃO GERACIONAL

A pessoa idosa em meio às rotinas tecnologizadas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Léo Peixoto Rodrigues

Pelotas
2013

P856i POSSA, André Dala
Intersecção geracional[dissertação] / André Dala Possa ; orientador,
Léo Peixoto Rodrigues - Pelotas, 2013.

1 v.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Instituto
de Filosofia, Sociologia e Política. Programa de Pós-graduação em Sociologia

Inclui bibliografia.

1 Envelhecimento humano 2. Sociedade. 3. Tecnologia. I. Rodrigues,
Léo Peixoto. II. Universidade Federal de Pelotas. III. Título.

ANDRÉ DALA POSSA

INTERSECÇÃO GERACIONAL

A pessoa idosa em meio às rotinas tecnologizadas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Prof. Dr. Léo Peixoto Rodrigues (Orientador)
Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves
Universidade de Brasília

Prof^a. Dra. Lorena Almeida Gill
Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Ricardo Mayer
Universidade Federal de Santa Maria

Pelotas
2013

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Aos meus pais, pelos esforços contínuos em possibilitar que eu permanecesse estudando e pelas palavras de força em todos os momentos.

A minha família, pela paciência e entendimento durante este período que exige dedicação exclusiva e, por vezes, furta momentos de lazer e de convívio.

Aos amigos, por ouvirem e compartilharem das dificuldades, aconselhando e motivando.

Aos colegas e amigos de trabalho da FURG, do IFSC e da UAB, por compreenderem a importância desse projeto pessoal.

A todos os profissionais que atuaram como professores em minha trajetória acadêmica. Especialmente àqueles que lutam em condições impróprias, vencendo desafios por acreditarem no potencial da educação.

Agradeço especialmente ao professor Léo, meu orientador, pelo profissionalismo e pela didática durante a construção dessa dissertação. Sua participação foi decisiva em vários aspectos, nos humanos especialmente. Obrigado Léo pelas palavras certas nos momentos certos, pela disponibilidade nos dias e horários mais adversos possíveis. Pelas leituras, pelos conselhos, enfim, pela orientação em todos os aspectos.

Agradeço, por fim, à CAPES, ao CNPq, e à FAPERGS, pelos diferentes tipos de apoio.

RESUMO

A pesquisa está centrada no tema da intersecção das gerações de *nativos e imigrantes digitais*. Como objeto de estudo, foca-se o hiato dessas duas realidades, concretizado nos idosos contemporâneos. Questiona-se como as pessoas com 60 anos ou mais lidam atualmente com rotinas tecnologizadas, e sobre a possibilidade de uma nova forma de exclusão. Para tanto, discute-se o desenvolvimento tecnológico como um processo que está irreversivelmente amalgamado ao nosso modo de produção e, portanto à dimensão do social. A convergência das telecomunicações com a informática a partir da década de 1970 potencializou as novas formas sociais do então pós-modernismo. Na “modernidade cartesiana” os “limites do mundo” eram definidos, o local era fixo, fechado, totalizante. Na contemporaneidade o número de idosos aumenta velozmente, imersos a realidades sempre cambiantes. As discussões dão conta dos aspectos do surgimento da tecnologia, da ciência moderna e das revoluções industrial, cibernética e demográfica, além de apresentarem as teorias sociológicas da gerontologia. A dimensão empírica da pesquisa deteve-se em um estudo de caso com a população idosa do município de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, perseguindo a hipótese de existência de um novo tipo de exclusão social, causada pela impossibilidade/dificuldade do idoso em realizar atividades cotidianas mediadas por plataformas digitais. Realizou-se uma triangulação metodológica com dados estatísticos, entrevistas estruturadas e abertas para conhecer como o idoso lida e se sente frente às tecnologias digitais. Os resultados correspondem a mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais provocadas historicamente pela presença de tecnologias. As conclusões mostram que o idoso precisa de atenção especial, dado que as “evoluções/revoluções” científicas e tecnológicas sempre trazem consigo pequenas e grandes exclusões.

Palavras-chave: Envelhecimento humano. Sociedade. Tecnologia.

ABSTRACT

The research is centered on the theme of the intersection of generations of natives and digital immigrants. As an object of study, focuses on the gap of these two realities, contemporary embodied in the elderly. One may wonder how people aged 60 and over currently dealing with routines technologized, and about the possibility of a new form of exclusion. There fore, discusses the technological development as a process that is irreversibly amalgamated to our mode of production and there fore the size of the social. The convergence of telecommunications and computing from the 1970s lever aged new social forms of then postmodernism. In "Cartesian modernity" the "limits of the world" were defined, the location was fixed, closed, totalizing. In contemporary times the number of elderly in creases rapidly, immersed in the ever-changing realities. Discussions realice the aspects of the emergence of technology, modern science and the industrial revolution, cyber and demographic, and offer sociological theories of gerontology. The size of the empirical research has focused on a case study with the elderly population of the city of Florianópolis, capital of Santa Catarina state, pursuing the hypothesis of a new type of social exclusion, caused by the inability/difficulty in the elderly perform daily activities mediated by digital platforms. We performed a methodological triangulation with statistics, structured interviews and open to hear and read how the elderly feel a head to digital technologies. The results correspond to social, political, economic and cultural historically caused by the presence of technology. The findings show that the elderly need special attention, since the "evolutions/revolutions" scientific and technological always bring small and large deletions.

Palavras-chave: Human Aging. Society. Technology.

RESUMEN

La investigación se centra en el tema de la intersección de las generaciones: *nativos y inmigrantes digitales*. El estudio, se centra en las diferencias de estas dos realidades contemporáneas. Uno puede preguntarse cómo las personas mayores de 60 años actualmente se ocupan de las rutinas “tecnologizadas” y sobre la posibilidad de una nueva forma de exclusión. Se argumenta, entonces, el desarrollo tecnológico como un proceso que está irreversiblemente unido a nuestro modo de producción y por lo tanto permeando el social. La convergencia de tecnologías como las telecomunicaciones, la informática y otras, desarrolladas a partir de la década de 1970, dio lugar a nuevas formas sociales, llamada de post-moderna. En la época contemporánea, el número de ancianos aumenta rápidamente, inmerso en una realidad siempre cambiante. Tratamos de discutir los aspectos de la aparición de la tecnología, la ciencia moderna y la revolución industrial, la demografía y los aspectos de las teorías sociológicas de la gerontología como marco teórico. Los estudios empíricos de la investigación se ha centrado en un estudio de caso de la población de adultos mayores de la ciudad de Florianópolis, capital del estado de Santa Catarina, siguiendo la hipótesis de un *nuevo tipo de exclusión social*, causado por la incapacidad/ dificultad en los ancianos realizar las actividades diarias mediadas por las plataformas digitales. Se realizó una triangulación metodológica con las estadísticas, entrevistas estructuradas y abiertas. Los resultados muestran que las personas mayores necesitan una atención especial, dado que "las evoluciones/revoluciones" en la ciencia y la tecnología siempre trae pequeñas o grandes exclusiones.

Palavras-chave: Envejecimiento Humano. Sociedad. Tecnología.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 -	Mapeamento das conexões da BITNET no Brasil em 1991	43
Figura 2 -	Crescimento do número de usuários no Brasil em milhões (1990-2012) e representação da topologia da Internet no planeta	44
Figura 3 -	Representação das múltiplas redes que ligam os continentes e as nações	45
Figura 4 -	Aumento da participação da mulher brasileira no mercado de trabalho	61
Figura 5 -	Aumento da população e diminuição das taxas de natalidade e mortalidade	68
Figura 6 -	Histórico e projeção da idade mediana da população brasileira (1980-2050)	69
Figura 7 -	Crescimento e projeção da população idosa no Brasil (1980-2050)	72
Figura 8 -	Percurso histórico dos instrumentos criados pelo Estado brasileiro em prol da pessoa idosa citados neste estudo	77
Figura 9 -	Mapeamento da localização da residência dos entrevistados	112
Figura 10 -	Arranjo familiar dos participantes da pesquisa	115
Figura 11 -	Nível de escolaridade dos participantes da pesquisa	116
Figura 12 -	Quem os idosos mais ajudam com seus rendimentos	119
Figura 13 -	Preferência dos idosos quanto ao atendimento bancário	128
Figura 14 -	Principais usos das funções do telefone celular pelos idosos	124
Figura 15 -	Principais usos do computador pelos idosos	126
Figura 16 -	Grau de dificuldade no manuseio de algumas tecnologias digitais	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	População de idosos no Brasil: evolução e projeção (1980-2050)	71
Tabela 2 -	Distribuição do universo e da amostra para pesquisa quantitativa	108
Tabela 3 -	Você se considera idoso?	113
Tabela 4 -	Qual é a sua situação conjugal?	113
Tabela 5 -	Arranjo familiar dos participantes da pesquisa	114
Tabela 6 -	Nível de escolaridade dos participantes da pesquisa	114
Tabela 7 -	Renda familiar dos grupos pesquisados	117
Tabela 8 -	Ajuda alguém com seus rendimentos?	117
Tabela 9 -	Quem os idosos mais ajudam com seus rendimentos?	118
Tabela 10 -	Tecnologias mais citadas pelos entrevistados	120
Tabela 11 -	Como os idosos realizam suas movimentações bancárias	121
Tabela 12 -	Existe a opção de escolher entre o atendimento pessoal e o eletrônico?	121
Tabela 13 -	Você utiliza computador?	124
Tabela 14 -	Principais usos do computador pelos idosos entrevistados	125
Tabela 15 -	Detalhamento das categorias de análise a priori	128

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA -	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
TIC –	Tecnologias de Comunicação e Informação
ARPANET -	Agência de Projetos de Pesquisa Avançada
ANATEL -	Agência Nacional de Telecomunicações
AIG -	Associação Internacional de Gerontologia
BITNET -	Because It's Time Network
BPC -	Benefício de Prestação Continuada
CETIC.br -	Centro de Estudos Sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação
CINTED -	Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação
CBT -	Código Brasileiro de Telecomunicações
CEP -	Comitê de Ética em Pesquisa
CNPq -	Conselho Nacional de Pesquisas
CNS -	Conselho Nacional de Saúde
CONTEL -	Conselho Nacional de Telecomunicações
CAPES -	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DARPA -	Departamento de Defesa dos Estados Unidos
ENIAC -	Electronic Numerical Integrator and Computer
EMBRATEL -	Empresa Brasileira de Telecomunicação
EUA -	Estados Unidos da América
FAMED -	Faculdade de Medicina
FAPESP -	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSP -	Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
IPEA -	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INTERNET -	International Network
LNCC -	Laboratório Nacional de Computação Científica
LOAS -	Lei Orgânica de Assistência Social
MPAS -	Ministério da Previdência e Assistência Social
NETI -	Núcleo de Estudos da Terceira Idade
ONU -	Organização das Nações Unidas
UNESCO -	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
OMS -	Organização Mundial de Saúde
PC -	Personal Computer
PNAD -	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios
PNI -	Política Nacional do Idoso
PEA -	População Economicamente Ativa
PNCI -	Programa de Formação de Cuidadores de Idosos
TCP-IP -	Protocolo de Controle de Transmissão e Identificação
RNP -	Rede Nacional de Ensino e Pesquisas
SUS -	Sistema Único de Saúde
TIC -	Tecnologias de Comunicação e Informação
UNB -	Universidade de Brasília
UFBA -	Universidade Federal da Bahia
UFPEl -	Universidade Federal de Pelotas
UFSC -	Universidade Federal de Santa Catarina
UFRGS -	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
WWW -	World Wide Web
-	-

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	21
2.1 Introdução	21
2.2 As origens da tecnologia e do capitalismo: duas faces da mesma moeda	22
2.3 O pós-industrialismo	31
2.4 As origens tecnológicas do pós-industrialismo	33
2.4.1 Da cibernética à cibercultura	38
2.5 Considerações	46
3 TECNOLOGIA E ALTA-MODERNIDADE: REMODELAÇÕES SOCIAIS	48
3.1 Introdução	48
3.2 Social e tecnológico: uma fusão irreversível	48
3.3 A formação da identidade na alta-modernidade	54
3.4 Mudanças em torno da instituição familiar	57
3.5 O imediatismo na alta modernidade	62
3.6 Considerações	64
4 TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E O CONHECIMENTO SOCIOLÓGICO	66
4.1 Introdução	66
4.2 Tecnologia e transição demográfica	67
4.3 A construção do conhecimento social do idoso	74
4.4 A gerontologia no social	80
4.5 Considerações	85
5 REPRESENTAÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXCLUSÃO CONTEMPORÂNEAS DO IDOSO	86
5.1 INTRODUÇÃO	86
5.2 Velhice ou envelhecimento (?)	87
5.3 As representações e a construção social do idoso	89
5.4 O idoso no manuseio das tecnologias digitais	92
5.5 O fenômeno da exclusão social	97
5.6 Considerações	102
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	104
6.1 Introdução	104
6.2 Tipos de pesquisas	105
6.2.1 Estudo de caso	106
6.2.2 Método/abordagem quantitativo	106
6.2.3 Método/abordagem qualitativo: análise de conteúdo	108
6.3 Análise dos dados	111
6.3.1 Dados Quantitativos da Pesquisa	111
6.3.2 Dados Qualitativos da Pesquisa	128
6.4 CONSIDERAÇÕES	138
7 CONCLUSÃO	140
REFERÊNCIAS	147
APÊNDICES	162
APÊNDICE A – Instrumento de Coleta de Dados	163
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	167

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa que compõe esta dissertação de mestrado, realizada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPel, envolve centralmente algumas subáreas tais como a sociologia do conhecimento da ciência e da tecnologia, a sociologia do envelhecimento e, de certo modo, a sociologia da cultura – moderna e contemporânea. As investigações da ciência do social, em uma sociedade cuja complexidade vem apresentando-se a cada dia maior, tem exigido abordagens que se expandem por diversos ramos da sociologia. De certo modo, o mesmo tem acontecido com o uso de métodos e técnicas.

Esta pesquisa partiu do pressuposto de que diariamente as pessoas convivem com “situações tecnológicas” novas e, nas últimas décadas, essas novidades têm sido maximizadas e quase que na totalidade em termos de tecnologias digitais. Diante dessa ubiquidade tecnológica, o foco da investigação foi direcionado para a população com 60 anos de idade ou mais, residente na cidade de Florianópolis, local onde reside o pesquisador. Essa população tem a característica específica de carregar experiências de uma realidade analógica e, compulsoriamente, vivenciar o mundo digital, o qual teve de incorporar após a idade adulta. A esse fenômeno, diz-se “hiato geracional”.

Alguns autores defendem que é a invenção da linguagem a grande responsável pela existência e manutenção da espécie humana. De fato, foi graças à possibilidade de comunicação que a raça do *homo sapiens* conquistou mais territórios geográficos conseguindo se fortalecer em relação às demais espécies. Apesar de conseguir repassar informações entre e intra gerações por meio do uso da linguagem, foi somente na descoberta da ciência moderna – em termos de sociedade ocidental – que o homem marcou mais fortemente o início do desenvolvimento científico e tecnológico, que o mundo vive nos dias atuais. Nas origens da ciência moderna e do método científico é possível compreender que as tecnologias são produzidas para serem aplicadas. Essa aplicabilidade pode gerar mudanças contundentes em todos os campos sociais, como ocorreu nas clássicas revoluções da história.

Com o avanço científico e tecnológico, o homem conseguiu o aumento da expectativa de vida. Essa conquista da ciência, resultado de diversas pesquisas

interdisciplinares – desde o saneamento básico até a medicina curativa e preventiva de alta tecnologia – culminou em conhecimento e conjunto de técnicas que melhoraram a qualidade de vida da população. A Ciência associada ao sistema capitalista tem desenvolvido uma série de tecnologias – desde uma pequena pílula até artefatos gigantescos como uma estação espacial – que tem, evidentemente, reverberado em qualidade de vida e longevidade. Apesar de as taxas de natalidade e mortalidade terem caído consideravelmente, a ocupação do planeta está atingindo números históricos, sem precedentes, com previsões que demandam a atenção de todos. No caso brasileiro as pessoas também passaram a viver mais, com expectativa de vida muito próxima da conseguida em países já desenvolvidos.

É nessa sociedade longeva que diariamente existem demandas próprias da sociedade em rede que devem ser incorporadas por todos os sujeitos para que sejam cidadãos com maior nível de inclusão. A crescente informatização das atividades cotidianas – usos de computadores individuais; serviços bancários; telefonia celular; redes sociais e plataformas virtuais; dispositivos de segurança e transporte entre outros, constituem-se em apenas alguns exemplos.

É sabido que um afazer mediado por plataformas digitais acarreta mudanças práticas aos atores envolvidos. E, uma vez estabelecido que o uso das tecnologias digitais é imprescindível na atualidade, buscamos conhecer e explicar como sujeitos nascidos na sociedade industrial vivem na cibercultura. Ainda, foram explorados elementos que indicassem como os idosos respondem às demandas características da sociedade em rede. Daí a importância deste estudo, isto é, um estudo que conheça as relações desenvolvidas pelo idoso com esses aparatos produzidos pela ciência e pela tecnologia.

Neste sentido, a problemática de pesquisa girou em torno de se buscar conhecer de modo mais detalhado, como a população da chamada “terceira idade” lida com as transformações contemporâneas, no que diz respeito à remodelação social, e como esse grupo social se (auto)percebe diante de atividades cotidianas mediadas por tecnologias digitais, visando os aspectos de inclusão/exclusão dessa população nos diferentes espaços sociais de suas atividades nesta sociedade contemporânea.

Tanto a temática, foco mais amplo da pesquisa, bem como o próprio problema, detalhado de modo mais específico, não podem ser enfrentados a partir de um único ponto de vista. Assim, necessitou-se discutir também aspectos da teoria

gerontológica, que contemplam o envelhecimento a partir de visões mais abrangentes, envolvendo a perspectiva biológica, psíquica e social, bem como abordagens que adentram a própria discussão demográfica que, de algum modo, exigem abordagens quantitativas.

Como hipótese de pesquisa, tem-se as mudanças que ocorreram e ocorrem abruptamente e fazem com que ainda seja baixo o percentual de *imigrantes digitais* que acompanham a transição de uma arquitetura social à outra, com condições suficientes para se *sentirem incluídos* na nova realidade cibercultural. A hipótese indica, então, para a existência de um novo tipo de exclusão social, provocada pela dificuldade e limitações no uso das tecnologias digitais, em um grupo etário determinado.

Definimos como objetivo geral, conhecer a relação cotidiana do idoso no que se refere ao convívio contemporâneo com as tecnologias digitais. Como objetivos específicos, temos: (a) reconstruir historicamente a presença da tecnologia nos campos da economia, do trabalho, da ciência e do social; (b) identificar quais são as tecnologias digitais mais utilizadas pelos idosos; (c) perceber se há ou não registro de dificuldades nos respectivos manuseios.

A dissertação está estruturada em sete capítulos e usa como fio condutor os aspectos históricos dos diferentes momentos em que se desenvolveram as tecnologias, sempre ancorado em abordagens sociais, visto que em cada contexto, em cada momento vivido pela humanidade, pelo menos uma tecnologia foi mais determinante para seu desenvolvimento e, por que não, para a manutenção da espécie.

No primeiro capítulo trazemos aspectos de que privilegiam a natureza histórica do surgimento da tecnologia, da ciência moderna da revolução industrial e do movimento ciberneticista. O entendimento dessas passagens é trazido à tona a partir do Renascimento. O objetivo não é discorrer sobre os sete séculos recentes, mas sim, destacar momentos importantes para a compreensão do hiato geracional existente entre as rotinas desenvolvidas antes e depois da cibernética. Na abertura do primeiro capítulo, buscamos esclarecer que a tecnologia não é algo novo e nem inédito. Ela sempre existiu lado a lado com a humanidade. Historicamente, esses processos podem ser considerados cíclicos.

Na fase pós-industrialista, na gênese do ciberespaço, vai ficando claro que a cibercultura precisa de definições afinadas para compreender a contemporaneidade.

O sistema de produção capitalista não é mais o mesmo e as formas de interação social também foram alteradas. Essa potencialização do comunicar representa muito mais que mudanças locais, quer dizer que tudo pode ser global. O capítulo deixa para o estudo a síntese de que nas várias transformações científico-tecnológicas houve maior ou menor inclusão. Na revolução industrial, por exemplo, formaram-se bolsões de trabalhadores não incluídos, à margem da sociedade salarial. Agora, em meio à cibercultura, existem igualmente excluídos. Pessoas que não foram incorporadas ou que foram incorporadas marginalmente e, por isso, sofrem com papéis sociais inconclusos, não integrais.

Os processos de transformação social não são de fácil compreensão, não se pode recortar e congelar as realidades para compreendê-las. Nesse sentido, o segundo capítulo apresenta um panorama dessa mescla de consequências do moderno e das remodelações sociais com enfoque na tecnologia, apresentando conceitos e características da alta-modernidade. Não é mais possível reverter o amalgamado da fusão destes componentes do sistema social porque a tecnologia tem seu papel fundamental para a humanidade, precisa-se, contudo, entender quais as consequências desse uso desenfreado, desmedido. Para colaborar nesse entendimento, o capítulo faz abordagens de como ocorre hoje a formação da identidade do sujeito, quais as dicotomias envolvidas nesse processo e, depois, analisa consequências já mensuráveis na sociedade de hoje. Temos os arranjos familiares cada vez menores, com a mulher conseguindo cada vez mais espaço no mercado de trabalho levando a família a novos hábitos, como realizar as refeições fora de casa e ocupar o lar mais a noite. O idoso, conforme mostram as estatísticas, tem ficado mais sozinho, ou em casa com terceiros. O imediatismo tem sufocado e angustiando o social que “compensa” esses sintomas por meio do consumismo. O sistema de produção capitalista igualmente explora a condição atual das pessoas fixadas em instituições cada vez mais efêmeras. Existem cobranças para com os atores sociais que passam a criar realidades nas quais não cumprir os padrões estabelecidos tem a carga semântica de derrota, de incapacidade.

O terceiro capítulo trata da transição demográfica em que o planeta está mergulhado. Graças, inclusive, aos avanços da ciência e da tecnologia, o homem tem vivido mais. Apesar da diminuição do número de filhos nos grupos familiares, a expectativa de vida aumentada tem inflado consideravelmente a faixa etária da população idosa do mundo. Essa realidade é mais antiga nos países desenvolvidos,

por isso mesmo algumas destas nações tidas como de primeiro mundo têm melhor preparo para conviver com esse grupo de pessoas que, muitas vezes, demanda condições especiais. No Brasil, com a previsão de inversão da pirâmide etária ainda neste século, as políticas assistenciais para os mais velhos necessitam de atualização e eficácia. Precisamos entender essa nova configuração populacional composta por uma faixa etária economicamente passiva que tende a aumentar ano após ano. Nesse paradigma demográfico, tentamos reunir bases para a compreensão da construção do conhecimento social do idoso. Quais são e como têm se comportado na prática os mecanismos de garantia da participação social do idoso. Apresentamos as principais políticas públicas em favor da cidadania das pessoas com 60 anos ou mais, desde a Renda Mensal Vitalícia, em 1974, passando pelo Estatuto do Idoso, em 2003.

Ainda no terceiro capítulo, abrimos uma seção específica para tratar de uma disciplina que tem ganhado espaço no Brasil, inclusive com programas específicos de pós-graduação, e já possui diversos estudos relevantes pelo mundo – a gerontologia social. O objetivo do texto é situar o leitor em relação às origens e ao estado da arte dessa área multidisciplinar voltada especificamente ao estudo da confluência dos envelhecimentos físico, psicológico, comportamental e social. As três gerações de teorias gerontológicas são apresentadas com enfoque especial as suas contribuições para a compreensão do idoso enquanto sujeito ativo, que ao longo da vida tem se preparado para a última fase – a velhice.

No quarto capítulo optamos por dissertar sobre quem é de fato o idoso, qual a representação, construção e exclusão social que permeia essa população. Os termos utilizados para se referir ao idoso são muitos, todos carregam um sentido específico. Há inclusive certa confusão no social em relação ao envelhecimento e à velhice. Enquanto o primeiro assume a ideia de processo, o segundo refere-se ao estado final da vida. O texto esclarece os conceitos de representação individual e coletiva chegando às representações sociais do idoso, que muitas vezes permanecem associadas à noção de estorvo, de inutilidade. Também tentamos explorar como o idoso se porta no manuseio das tecnologias digitais. Por fim, o tema da exclusão social é discutido pelo viés do processo de envelhecimento, no qual muitas das relações sociais mantidas na fase adulta são enfraquecidas, como quando da aposentadoria, por exemplo, que coloca o idoso diante de novas rotinas e possibilidades de interação.

No quinto capítulo realizamos um estudo de caso com a população idosa do município de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. A pesquisa faz uma triangulação metodológica usando dados do IBGE para o estabelecimento de cotas, pela faixa etária dos idosos. Foram aplicadas 51 entrevistas estruturadas que permitiram conhecer o perfil da população idosa do estudo de caso, especialmente em relação às tecnologias. Depois, realizamos entrevistas abertas com nove idosos, o número foi determinado pela saturação teórica. Os dados quantitativos foram tabulados e analisados, as entrevistas abertas foram transcritas e posteriormente categorizadas por meio de análise de conteúdo. Trabalhamos com seis categorias *a priori*. O resultado da pesquisa buscou entender de que forma se dá a relação corriqueira do idoso com as tecnologias digitais e sinalizou para problemas de cidadania, de falta de oportunidade e de desrespeito. A intersecção geracional coloca o idoso à margem, evitando muitas vezes o convívio com os mais jovens e ignorando as tecnologias por receio e dificuldades.

Tanto o “ser idoso”, quanto sênior, ancião, velho e outras nomenclaturas usadas para dirigir-se àqueles que têm mais de 60 anos têm recebido conotações estereotipadas de cansaço, decadência e doença. Espera-se, com este trabalho, estar contribuindo para um melhor conhecimento e maior qualidade de vida dos idosos, grupo que cresce estatisticamente pelo mundo e é lugar certo para todos, ou pelo menos para a maioria daqueles que persistem na vida.

2 TECNOLOGIA E SOCIEDADE: ASPECTOS RELEVANTES

2.1 Introdução

O presente capítulo foi pensado como base para a discussão da problemática de pesquisa uma vez que trabalha aspectos do surgimento da tecnologia, da ciência moderna e das revoluções industrial e cibernética. Depois de algumas considerações sobre a tecnologia no contexto da humanidade, estabeleceu-se o Século XV como ponto de partida. Tal escolha justifica-se por ser um período ainda envolto pelos pressupostos do absolutismo, quando havia centralização do poder na monarquia – praticamente entre a Idade Média e o Estado Moderno; o Renascimento. Assim, o capítulo inclui elementos dos primórdios do método científico na Ciência Moderna, decisiva evolução intelectual que está estritamente relacionada a uma nova configuração econômica que transformaria toda a Europa com reflexos contundentes pelo mundo: trata-se da Revolução Industrial.

Num exercício constante de diálogo com os impactos e mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais, um pouco mais a frente, abordar-se-ão alguns esforços tecnocientíficos ligados às pesquisas bélicas que gestaram o movimento ciberneticista provocando uma onda tecnológica, novamente, revolucionária. Nessa seara pós-industrialista, conhecer-se-á a origem das pesquisas norte americanas para desenvolvimento das primeiras redes de comunicação entre computadores; inclui-se nesse ponto a Internet. Além de diminuir distâncias, estabelecer a “economia global”, redefinir princípios do modo de produção capitalista e transformar o mundo das comunicações, essa decisiva base científico-tecnológica denominada Internet deu origem ao *ciberespaço*, lugar em que tempo e espaço são relativos, desterritorializados. Ao descrever aspectos dessas revoluções, vai ficando claro que a *cibercultura* precisa de definições afinadas para compreender a contemporaneidade. É tudo relativamente novo e amplamente complexo. No último subitem, dá-se um panorama atual da Sociedade em Rede, mostrando que sua difusão foi abrupta e que além de conectado, o globo está permeado por novas formas de sociabilidade, de interação e, conseqüentemente, de significações e sentidos. A evolução científico-tecnológica é um caminho sem volta, necessária e bem-vinda, mas demanda constante zelo das Ciências Humanas.

2.2 As origens da tecnologia e do capitalismo: duas faces da mesma moeda

O processo de desenvolvimento tecnológico é tão antigo quanto a humanidade. Desde os hominídeos, que surgiram na Terra há cerca de 2,5 milhões de anos, registra-se a existência de tecnologias. Neste caso, a referência se dá à pedra lascada em forma de lança e de cortadores que os primatas antropóides usavam para a caça. Ao escrever a obra “Para onde nos leva a tecnologia”, um importante trabalho de reconstrução das trajetórias históricas do desenvolvimento da tecnologia, Kelly (2012) afirma que por 50 milênios pouca coisa mudou nesse cenário de inovação tecnológica.

Os corpos dos primeiros seres humanos na África continuaram iguais, mas seus genes e suas mentes passaram por uma transformação visível. Pela primeira vez, os hominídeos estavam cheios de ideias e inovação. Esses humanos modernos e revitalizados, ou sapiens (...), avançaram para novas regiões muito além do seu lar ancestral no leste da África. Eles saíram das savanas e, em uma explosão relativamente breve, saltaram de algumas dezenas de milhares de indivíduos na África para cerca de oito milhões ao redor do mundo logo antes da invenção da agricultura, cerca de 10.000 anos atrás (KELLY, 2012, p. 29).

Em geral, a tecnologia é desenvolvida para gerar solução de problemas, melhoria de rotinas e de processos. Uma vez que acompanha a evolução da humanidade e tenta vencer condições adversas e responder a demandas que garantam e aumentem a qualidade de vida do homem, a ciência aplicada à inovação tecnológica pode ser considerada o estopim das Revoluções. Cada período histórico teve respectivamente suas tecnologias cruciais. Ainda conforme Kelly (2012), os “neandertais” passaram por um marco evolutivo, há 50 mil anos, semelhante ao que nossa geração encara neste Século XXI. “Inúmeros cientistas (incluindo Richard Klein, Ian Tattersall e Willian Calvin) acham que esse 'algo' que aconteceu 50.000 anos atrás foi a invenção da linguagem” (KELLY, 2012, p. 31).

Kelly(2012) estabelece diversos elos da invenção da linguagem com a melhoria das técnicas de caça, de cultivo, enfim, de sobrevivência. O progresso propiciado pela descoberta ou invenção e desenvolvimento da linguagem culminou em mais sobriedade e – mais que isso – longevidade. Esse aumento da expectativa de vida remodelou os grupos sociais fazendo surgir, entre outros avanços, a figura dos avós. “Sem avós, é muito, muito difícil transmitir conhecimento (e conhecimento

sobre como usar ferramentas) de geração em geração. Os avós são os condutores da cultura e, sem eles, ela fica estagnada” (KELLY, 2012, p. 38).

Como o presente capítulo não pretende fazer uma exegese da história da tecnologia, dar-se-ão alguns apontamentos a partir do Renascimento, quando a ciência moderna começa a se desenvolver e expandir, a partir da Europa Ocidental e da Inglaterra, berço primeiro do capitalismo. Ben-David (1974, p. 69) afirma que o aparecimento do papel científico que gerou a evolução científica e tecnológica, desde a Idade Média, deu-se a partir da somatória de diversos desenvolvimentos independentes que iam sendo aperfeiçoados, depostos e reinventados.

Foi no reinado de Elizabeth I (1568-1603) que iniciou a corrida colonial inglesa com a adoção dos princípios mercantilistas e a revolução agrária (THOMPSON, 1987). O Estado Moderno adotou o mercantilismo como uma política econômica que dinamiza as práticas comerciais e defende o acúmulo de capitais. A realeza criava mecanismos para o protecionismo – tarifas alfandegárias altas para impedir importação e fortalecer a exportação. Os primeiros estados absolutistas a desenvolverem formas próprias de ingresso no mercantilismo foram: a Espanha, pela colonização da América do Norte, através do metalismo (ouro e prata); Portugal, pelo regime colonial com a descoberta do Brasil agrário (açúcar e tabaco); a França, com a manufatura industrial (perfumes e tapetes); a Inglaterra, pelas trocas comerciais num mercantilismo misto (comercial e industrial); e, a Holanda, que também misturava comércio e indústria (DEYON, 1992).

A partir do século XV, Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda começam a buscar terras fora de seus limites geográficos. Tem início assim a expansão marítima europeia. Já nesse episódio verifica-se um marco histórico possibilitado pelos avanços técnicos com a criação da caravela e da bússola. Também contribuíram para a expansão marítima o interesse da Europa nos produtos das Índias (cravo, canela, noz-moscada, entre outros), o controle italiano sobre o mar mediterrâneo e a centralização política entre rei e burguesia para convencer homens, financiar armamentos e embarcações. Portugal saiu na frente com a navegação. Algumas consequências da expansão marítima europeia perduraram por décadas. O sistema colonial, o escravismo, o acúmulo de capitais e o eurocentrismo são exemplos.

O sistema colonial tradicional representa um conjunto de relações de dominação da Europa sobre a América. A metrópole exerce poder sobre a colônia

seguindo um “Pacto colonial”. O Documento obriga a colônia a enviar para a metrópole matéria prima e, depois, comprar produtos manufaturados. Para dar conta da exploração colonial, surge o tráfico negreiro que coloca o trabalhador na condição de mercadoria; exposto e vendido nos mercados. Depois de anos de exploração e povoamento nas Américas, o sistema colonial europeu dá sinais de crise impulsionada pelo iluminismo, pelo liberalismo e pelos republicanos. Os movimentos nativistas e emancipacionistas ganham força depois da transferência da família real portuguesa para o Brasil (1808-1820), quando ocorre também o fim do “Pacto colonial” com abertura dos portos e liberdade econômica (THOMPSON, 1987).

A Inglaterra está no século XVII, Carlos I assume a coroa após a morte de Elizabeth I. Durante a dinastia dos Stuart inicia-se um confronto entre a monarquia e o parlamento britânico – composto, principalmente, por burgueses. Para o parlamento, a interferência do estado nos assuntos econômicos representava entrave ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Oliver Cromwell (1599-1658) entra para a história como primeiro e único presidente da república inglesa – período do protetorado, uma ditadura. Ainda, o ato de navegação imposto por ele em 1651 estabelece supremacia marítima da Inglaterra para aumento do acúmulo de capital. Com o falecimento de Oliver Cromwell, a monarquia é restabelecida e surge novo confronto pelo poder. Esse segundo processo de grandes transformações na política da Inglaterra ficou conhecido como a Revolução Gloriosa (1688). A vanguarda do movimento é de John Locke (1632-1704) que estabelece uma ideologia de direitos e mais tarde inaugura o liberalismo. Essa vitória do liberalismo político sobre o absolutismo, somada à aprovação do *Bill of Rights*, em 1689, fixou limites à realeza inglesa dando supremacia ao parlamento (ALMEIDA, ITAUSSU, 2000, p. 82). A Inglaterra adere ao regime de monarquia parlamentar, o rei não manda mais.

Aos poucos vai ficando claro que o capitalismo, como modo de produção, é filho da Revolução Científica renascentista, ocorrida nos Séculos XVI e XVII, principalmente. Sem os avanços tecnológicos, muitos feitos não teriam atingido sucesso. Esse esforço de desenvolver a ciência moderna nasce a partir de Copérnico, Galileu Galilei, Francis Bacon, René Descartes e Isaac Newton. A centralidade do trabalho desses pensadores estava na questão do método científico. Ou, ainda, os estudiosos debruçavam-se sobre quais deveriam ser os

procedimentos para atingir o conhecimento. Nesse sentido, e naquele tempo era mais visível, atenta-se para o fato de a ciência não ser a primeira e nem a única forma de conhecimento. Uma teoria é, pois, uma das formas de explicar a realidade. No entanto, não há dúvidas do papel decisivo da construção e do desenvolvimento do método científico para alavancar grandes avanços na civilização ocidental. Abandonando os pressupostos orgânicos medievais (de Aristóteles e da Igreja), os pensadores fundacionistas transformaram a visão de mundo majoritária na Europa. Capra (1982), por exemplo, afirma que:

A perspectiva medieval mudou radicalmente nos Séculos XVI e XVII. A noção de um universo orgânico, vivo e espiritual foi substituída pela noção do mundo como se ele fosse uma máquina, e a máquina do mundo converteu-se na metáfora dominante da era moderna (CAPRA, 1982, p. 49).

Esses fatores aos quais o autor se refere, tais como as crises da fé, do modelo renascentista e do teocentrismo servem de pano de fundo para que os pensadores da época comecem a revisitar as obras de filósofos como Platão e Aristóteles. Numa leitura ordenada da história, pode-se dizer que essa revolução do papel científico se inicia pelos aforismos de Francis Bacon (1561-1626)¹. Considerado o pai do empirismo, o inglês dedicou-se a pensar sobre o conhecimento e sobre a melhor forma de colocá-lo a serviço do homem. Ele “foi o primeiro a formular uma teoria clara do procedimento indutivo – realizar experimentos e extrair deles conclusões gerais, a serem testadas por novos experimentos” (CAPRA, 1982, p. 51).

Assim, em fase de construção, a ciência moderna contava com duas formas de conceber o científico: o empirismo e o racionalismo. Na perspectiva racionalistas todo o conhecimento já está dado *a priori*, desde sempre, nas estruturas da cognição². Os racionalistas acreditam que todo o conhecimento sobre o mundo já existe, antes mesmo de qualquer experiência, nas estruturas cognitivas. Para um racionalista, todo conhecimento é dedutivo, ou seja, ele se dá integralmente nas estruturas de cognição. Logicamente que essas dimensões operam em conjunto. Já no empirismo, não existe conhecimento nas estruturas cognitivas, que antes não tenha passado pelos órgãos dos sentidos (BACON, 1979). Para os empiristas, a cognição é uma tábua rasa. É a partir das sensações, das interações das sensações com os objetos, que esta percepção vai sendo preenchida. Dessas duas correntes,

¹ A obra de Bacon a que se refere CAPRA (1982) é a “Novo organum” escrita em aforismos, Bacon (1979).

² Nesse sentido quer-se falar da relação – cérebro, órgão, mente; é a relação biopsique.

racionalista e empirista, vão surgindo os métodos que se fizeram extremamente potentes na ciência moderna: o método indutivista e o método dedutivista (ANDERY, 1988, p. 175).

Quase concomitante Bacon transforma o modo da pesquisa científica a partir da Inglaterra e René Descartes (1596-1650)³, na França, desenvolve a visão racionalista ao escrever o “Discurso do método” (1979). Descartes busca o conhecimento científico na razão.

Aos 23 anos de idade, Descartes teve uma visão iluminadora (...) percebeu num súbito lampejo os “alicerces de uma ciência maravilhosa” que prometia a unificação de todo o saber. Ele visualizou um método que lhe permitiria construir uma completa ciência da natureza, a cerca da qual poderia ter absoluta certeza; uma ciência baseada, como a matemática, em princípios fundamentais que dispensam demonstração (CAPRA, 1982, p. 52).

O fundamento do método proposto por Descartes em 1637 na obra “Discurso sobre o Método” (1983) é a dúvida. Para o pensador, tudo pode ser posto em dúvida e é assim que surge o conhecimento científico tributário de uma matriz racionalista. Por não confiar nas informações e conceitos dados no social, Descartes livra-se de tudo e passa a viver realidades provisórias – até que seu método lhe permitisse confiar no que havia “testado”. Foi nesse exercício de reflexão que surgiu a máxima do pensamento cartesiano de Descartes: “Penso, logo existo”. A certeza primeira para esse cogito é a da existência do “eu” enquanto pensante. Foi assim que o matemático René Descartes entendeu a realidade e criou seu método analítico, usando a dúvida como recurso e a geometria como modelo. O resultado desse estudo pela nova ciência anunciado pelo pensador racionalista foi uma descrição detalhada dos fenômenos da natureza por meio de um sistema regido por princípios mecânicos. Como o propósito era muito ousado, o que ficou instituído até os dias atuais é a estrutura conceitual criada que perdura por três séculos (DESCARTES, 1983; CHALMERS, 1993).

Diante desses avanços inaugurais das ciências modernas, em busca de um método científico, Isaac Newton (1642-1727) diferencia-se de Bacon e Descartes ao estabelecer uma síntese metodológica do que já fora desenvolvido. Assim, se apropriando de idéias de seus precursores, Newton cria o mecanicismo, a física clássica, a física mecânica e a mecânica clássica, a partir do empirismo e do

³ A obra de Descartes a que se refere CAPRA (1982) é o “Discurso do método”, Descartes (1983).

dedutivismo. Nasce então o método hipotético-dedutivo (ROSA, 2010, p. 56)⁴. As heranças científicas de Newton são muitas e com repercussões sem precedentes. A principal obra do autor foi publicada em 1687. Trata-se do texto “Princípios Matemáticos de Filosofia Natural” que explica, por exemplo, “tanto o porquê de as maçãs caírem, como mostra a razão de os planetas descreverem órbitas elípticas em torno do Sol” (LANA, 2012).

Ainda de acordo com Rosa (2010), a partir da fixação da ciência moderna, há potencialização da confluência de interesses e da interdependência da Ciência para com a Tecnologia. O modo de produção capitalista entra num círculo vicioso de associação perene e dependente da evolução científico-tecnológica. Tecnologia e capital não se dissociam mais e, como confirmação dessa máxima, os avanços gestados até então pela ciência moderna impulsionam novas tecnologias num movimento de grandes transformações nos diferentes campos da sociedade: tem início a Revolução Industrial.

Nesse contexto de mudanças, a burguesia detinha o poder político, o rei não tinha mais os privilégios da nobreza e o feudalismo sucumbira num processo longo e de motivações diversas. Assim apresentava-se o Século XVIII, com comércio lucrativo e necessidade de diversificação das mercadorias para gerar mais negócios. Nesse contexto nasce a Revolução Industrial. A Inglaterra detinha grandes reservas de capital, de carvão mineral e de ferro – fonte de energia das fábricas e matéria prima para produção das máquinas. A abundância de mão de obra barata, incentivada pela “lei dos cercamentos” (*enclosures*) é outro fator que coloca a Inglaterra na vanguarda da industrialização. A lei dos cercamentos expulsou das suas terras cultiváveis senhores e servos oriundos do extinto feudalismo. As áreas foram transformadas em pastagens para ovelhas. A lã para a indústria têxtil estava garantida e o êxodo rural também. Surge assim a propriedade e está montado o cenário de transição do feudalismo para o modo de produção capitalista.

O descobrimento de jazidas de ouro e prata na América, a cruzada de extermínio, escravização e sepultamento da população aborígine nas minas, o início da conquista e saque das Índias Ocidentais, a conversão do continente africano em local de caça de escravos negros: todos estes fatos assinalam o advento da era de produção capitalista (CASTRO, DIAS, 2005, p. 183).

⁴ ROSA (2010) refere-se à obra de Isaac Newton (1987).

Como já antecipamos, o século XVIII reservara à Europa mais um capítulo importante do desenvolvimento da indústria por meio do avanço tecnológico, consagrado e alavancado pela ciência moderna iniciada por Bacon, Descartes e Newton. A primeira tecnologia a auxiliar o modo de produção capitalista e dar o pontapé inicial no cíclico processo capitalista de desenvolvimento da ciência aplicada e geração da dimensão da(s) revolução(ões), foi a roda d'água. Em 1698 o ferreiro inglês Thomas Newcomen (1663-1729) inventa a primeira máquina a vapor, usada para drenar a água das minas de carvão. Porém, apenas sete décadas depois o mecânico escocês James Watt (1736-1819) aperfeiçoa a engenhoca de Thomas Newcomen e traz a máquina para dentro das fábricas. Surge assim o tear mecânico (1765). Em 1814 George Stephenson cria a locomotiva a vapor alavancando os transportes férreos e marítimos (DOBB, 1987) et al.

Essa fase de franco desenvolvimento da técnica, voltada ao aumento da produtividade, resultou no desenvolvimento de outras áreas, como os sistemas bancários – por exemplo. Com tanta riqueza surgindo em meio à burguesia, o luxo desponta e o lazer começa a aparecer na rotina das famílias dos capitalistas (KUMAR, 2006). Com os consequentes desenvolvimentos proporcionados pela invenção da máquina a vapor e pela automatização dos transportes, a indústria acelera sua revolução e propicia uma nova ordem mundial, a modernidade. Na obra “As consequências da modernidade”, Giddens (1991) diz que “modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (GIDDENS, 1991, p.11). Esse conceito é central para o entendimento do porquê de algumas teorias posteriores serem chamadas de pós-modernistas.

O fato é que já nessa primeira fase da Revolução Industrial, sem os meios de produção (terras e maquinários) os trabalhadores foram obrigados a vender sua força de trabalho e surge então a classe proletária. Essa nova fatia da população era formada por homens e mulheres desencaixados do social que trabalhavam para a autorreprodução, ou seja, para reproduzir a força de trabalho e manter sua família na mediocridade. Sem aparatos legais, os trabalhadores vindos do campo chegam às fábricas com altas jornadas, renda mínima, sem férias, sem previdência e sem descanso semanal remunerado. A condição proletária evidencia as contradições sociais entre capital e trabalho, burguês e proletário, seguridade da propriedade e vulnerabilidade da massa. A ordem era produzir o máximo e consumir o mínimo. A

situação de miséria e insegurança permanente com alta rotatividade entre as fábricas alimenta princípios revolucionários em torno do reconhecimento jurídico da classe e garantia de direitos, porém, ainda não há organização coletiva suficiente (CASTELLS, 1999).

A liderança industrial não ficou apenas com a Inglaterra. No século seguinte ocorre a difusão da revolução industrial, principalmente para a Alemanha, a Bélgica, a França, os EUA e o Japão. Importante destacar que a Inglaterra já estava recebendo imigrantes franceses em seus galpões fabris. Nesta segunda fase da era industrial têm-se cartéis, grandes grupos econômicos e monopólios que visam dominar os mercados. A burguesia industrial e a classe proletária estão cada vez mais distintas na sociedade. Esse processo aflora problemas de ordem econômica, política, cultural e social. Também no afã de frear o modo de produção capitalista nascem: o socialismo (utópico, científico e cristão); o sindicalismo; e, o anarquismo (crítica radical que condena toda e qualquer forma de poder) (SCHUMPETER, 1961).

Esses movimentos de luta de classes geram duas principais revoluções no século XIX, uma em 1830 e outra em 1948 – a primavera dos pobres. O marco dos movimentos sociais do século XIX é o Manifesto Comunista, um apelo de Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) ao proletariado – considerado por eles uma classe revolucionária. Um dos reflexos do esforço marxista é a ditadura do proletariado que cria um estado internacionalista operário – oposição ao conceito burguês de nacionalismo (PETTA, 1999).

A permanência do homem estático, fixo, e as ferramentas dispostas em esteiras passando por ele em intervalos de tempos curtos e exatos são resultado de avanços tecnológicos. As alterações no processo de trabalho não são outra coisa senão tecnologia aplicada. Ao apresentar a teoria de Max Weber (1864-1920), Sell(2010, p. 119) diz que:

Segundo a abordagem weberiana, a modernidade é fruto de um longo e peculiar processo histórico-social de **racionalização**. E, embora a razão ocidental tenha trazido para o homem a capacidade de dominar o mundo, especialmente através da ciência e da técnica, trouxe também consequências negativas: a perda do sentido da vida e a perda de liberdade.

Os próximos anos foram marcados por uma passagem da condição proletária da primeira revolução industrial para a condição operária, já característica da industrialização fordista (CASTELLS, 1999). Foram cinco principais condições que marcam o novo cenário trabalhista. A primeira diz respeito à nítida separação entre população ativa, desempregados voluntários e inativos. Depois, vem um recorte exato do tempo e da função do trabalhador na fábrica. Em seu posto, sem perambular pelos galpões, criam-se melhores condições de controle da produção. Essa postura foi explicitada mais tarde pelo Taylorismo, uma tecnologia de administração que resulta em maior produtividade e melhor gestão das indústrias. Essas burocratizações⁵ do trabalho colocam o operário numa linha produtiva monótona e sincronizada. Em outros termos, o Taylorismo pode e deve ser visto como um avanço tecnológico. O filme *Tempos Modernos* (1931), de Charles Chaplin, retrata com bom humor essa fase. A terceira nuance que cria condições para a passagem de proletário a operário refere-se às novas normas de consumo. Henry Ford (1863-1947), empresário da indústria automobilística, aumentou o salário e diminuiu a jornada dos operários para aumentar seu poder de consumo. Possuir casa, eletrodomésticos e carro plasma um discurso de bem estar, de superioridade em relação aos demais operários e movimenta a economia. As duas últimas condições são de ordem mais jurídica. Os operários, diferente do proletariado, têm acesso à propriedade social e aos serviços públicos. Cada operário é visto como membro de uma coletividade e não mais como mero contrato individual sem regras nem consequências quando das rescisões (CASTELLS, 1999).

Na segunda metade do século XX, mais precisamente nas décadas de 1960 e 1970, crescem as especulações sobre a proximidade de uma nova transição, uma reorganização social com promessas de mudanças mais profundas e velozes que aquelas ocorridas do período agrário para o industrial. Assim surge a teoria do pós-industrialismo com o intuito de interpretar a sociedade moderna. Para Kumar(2006, p.14), o “industrialismo clássico, o tipo de sociedade analisada por Marx, Weber e Durkheim, o tipo de sociedade habitada pela maioria dos ocidentais no último século e meio não mais existia”.

⁵Ao revisar, em 1920, sua clássica obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, Weber explora questões da mecanização da indústria nas organizações criando a sociologia da burocracia. O sociólogo alemão esforçava-se para compreender como ocorre a difusão da racionalização na vida ocidental e quais as consequências sociais dessas formas de produção.

2.3 O PÓS-INDUSTRIALISMO

Esse momento social que ficou conhecido como pós-industrialismo é caracterizado como sendo um período de transição. Transição esta que tiraria a sociedade moderna da era industrial manufatureira surpreendendo-a com o informacionismo, baseado no conhecimento e na prestação de serviços. São diversas as abordagens teóricas que podem nos auxiliar no entendimento dessa importante passagem. Como acredita-se que as sociedades modernas evoluíram, principalmente, pela combinação das revoluções cultural, econômica e tecnológica, que juntas geraram mudanças cultural, política, simbólica e econômica, serão apresentados com maior atenção os estudos de Bell (1973), Kumar (2006), Harvey (1989), Castells (1999), Lévy (1998) e Thompson (2012).

Dentro das teorias do pós-industrialismo, três correntes ideológicas ganham destaque: o positivismo (sociedade da informação); o marxismo (avanços do capital, pós-fordismo); e, o pós-modernismo (complexidade, diferença, pluralismo).

No positivismo, o proponente mais conhecido é Bell que na obra “O advento da sociedade pós-industrial”, já em 1973, antevê a passagem da era industrial para um futuro no qual as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) aplicar-se-iam a todos os setores da sociedade. O teórico associa informação e geração de conhecimento como uma força produtiva e aponta uma revolução nos fluxos de informação a partir dos computadores. “A classe de operários manuais e não qualificados está se reduzindo (...) enquanto (...) a classe dos trabalhadores qualificados vai se tornando predominante” (BELL, 1973, p.380). Na sociedade pós-industrial a ciência e a técnica ganham maior projeção. A disputa agora ocorre entre aqueles que sabem e aqueles que não sabem; o saber ocupa o lugar antes ocupado pelas propriedades de infraestrutura física. A ciência torna-se a base do novo poder. Para o positivismo, o ponto alto está no progresso, na racionalidade e no iluminismo.

Já o marxismo, tem sua base teórica fincada na crítica à teoria pós-industrial. Sem surpresas, o marxismo prefere conceber o período como sendo a fase final da ideologia burguesa. Para os marxistas, a formulação mais adequada para interpretar o contexto da época seria uma continuidade do capitalismo. Suscitava-se, inclusive, o termo “pós-fordismo” visto que os teóricos marxistas mantinham o conceito de desenvolvimento capitalista como motor das mudanças.

Por fim, a terceira corrente teórica a estudar o pós-industrialismo rejeita as aplicações universais, as “metanarrativas”. Falamos do pós-modernismo, um conceito que põe em cheque todas as vozes totalizantes e universais e levanta a bandeira para a fragmentação, a não-monotonia, a heterogeneidade e as diferenças. A teoria da sociedade pós-moderna é a mais ampla das teorias, cuja manifestação se dá pelo seu ecletismo e complexidade. No pós-modernismo não existem mais a linearidade histórica, a padronização de conhecimento e nem a verdade absoluta. Essa teoria admite e acolhe todas as formas de mudanças (culturais, políticas, econômicas dentre outras), por isso, atrai teóricos de diversas correntes (HARVEY, 1989).

Nos esforços científicos para entender as principais características de formação e comportamento da sociedade moderna em transição, alguns pensadores clássicos da sociologia deram muita atenção ao “trabalho”, por ser ele – pelo menos no entendimento da época – o princípio organizador das relações sociais. Offe (1994) e Habermas (1970) exploram essas nuances da sociedade industrial do final do Século XIX por meio do entendimento de “capitalismo tardio”, como sendo “um crescimento da intervenção estatal, com o objetivo de garantir a estabilidade do sistema, em uma crescente interdependência entre a pesquisa e a tecnologia, que converteu as ciências numa força produtiva dominante” (HABERMAS, 1970, p. 100). Essas visões eram até certo ponto contrárias às teorias da sociedade pós-industrial, como a de Bell (1973).

Na obra “A sociedade em rede” Castells (1999) estuda as mudanças históricas na estrutura ocupacional que geraram o pós-industrialismo, ou informacionismo como ele próprio defende. É importante destacar que no texto o autor critica o uso exclusivo do termo sociedade de serviços. Desta forma, Castells (1999) muda o enfoque de análise da sociedade em rede abandonando o termo pós-industrialismo e adotando informacionismo.

Nesta perspectiva, as sociedades serão informacionais, não porque se encaixem em um modelo específico de estrutura social, mas porque organizam seu sistema produtivo em torno de princípios de maximização da produtividade baseada em conhecimentos, por intermédio do desenvolvimento e da difusão de tecnologias da informação e pelo atendimento dos pré-requisitos para sua utilização – principalmente recursos humanos e infra-estrutura de comunicações (CASTELLS, 1999, p. 268).

Nesse cenário o trabalhador operário deixa de ser o paradigma da produção, não é mais o *homo faber* por excelência, não é mais o principal criador do valor. Com isso, o operariado perde seu poder político social e as rotinas mudam para trabalhos infraprodutivos como manutenção, regulação e entrega. Diferente da fase industrial em que o “valor-trabalho” gerava bens manufaturados por meio de tecnologias mecânicas numa luta do homem com a natureza, agora se tem “valor-conhecimento” para gerar tecnologia intelectual, telecomunicações; as relações passam a ser mais entre pessoas (Bell,1973). A classe operária vê-se despolitizada e dá espaço à formação da condição salarial. Nessa condição todos são assalariados, tanto burgueses (capitalistas) quanto funcionários, profissionais intermediários e executivos. A relação de patrão e assalariado é relativizada. No social, surgem diferenciações numa condição homogeneizada. Ou seja, ainda que todos tenham renda, a graduação salarial define hierarquias que geram padrões de consumo, de escolaridade e de cultura. Os estados, sobretudo aqueles europeus, são os maiores provedores de serviços e de proteção social (*Welfarestate*) (CASTELLS, 1999).

Ainda para Castells (1999) a condição salarial conserva a alienação e produz o quarto mundo, um bolsão periférico residual formado por homens e mulheres sem qualificação, que não acompanharam o desenvolvimento e, por isso, não servem. São “acampados na fronteira da sociedade salarial”, semelhantes aos antigos proletários. Nesse sentido, Castells (1999) afirma que na terceira fase da revolução industrial exigem-se do trabalhador mais conhecimento e domínio pleno do computador.

2.4 AS ORIGENS TECNOLÓGICAS DO PÓS-INDUSTRIALISMO

A prensa para impressão tipográfica, inventada por Johann Gutenberg (1400-1468) representa o primeiro esforço no sentido de publicar conhecimento para coletivos maiores. Inicialmente utilizou-se o jornal e depois o livro⁶. Pela linha do tempo, depois surge o telégrafo, inventado em 1830 pelo pintor Samuel Finlay

⁶ Vale destacar que a imprensa ocupou lugar de destaque nas dimensões institucionais das sociedades modernas. Nos dias atuais, Thompson (2012) defende que o avanço da mídia por meio da técnica criou formas simbólicas que vão sendo produzidas e reproduzidas com difusão em escala assustadora, jamais vista. O autor advoga que esses modelos de comunicação e interação são responsáveis pela mediação cultural e, por isso, seus estudos quanto aos produtos, recepções, organizações e atividades também podem ajudar no entendimento das remodelações sociais (p. 70-81).

Breese Morse. Quase uma década mais tarde, o homem depara-se com a pintura através da luz, em 1839 o francês Louis-Jacques-Mandé Daguerre conseguiu a primeira fotografia. Na mesma esteira do desenvolvimento tecnológico, o homem avança na técnica e torna possível a transmissão de sons através da eletricidade. O responsável pelo feito é Alexander Graham Bell que em 1876 registra a patente do telefone. Voltando para a imagem, mas agora em movimento, em 1895 os irmãos Louis e August Lumière inauguram o cinema com a primeira exibição pública na França. Um pouco depois da descoberta da sétima arte, em 1899, o engenheiro eletrônico e físico John Ambrose Fleming (1849-1945) debruçou-se sobre os inventos de Thomas Edison (inventor da luminária entre outros equipamentos) e, ao pesquisar válvulas termoiônicas, identificou sinais e frequências que depois foram úteis e decisivas na criação do telégrafo sem fio, do rádio, da televisão e dos primeiros computadores (CHALLONER, 2010).

Como é recorrente no jogo da ciência com a tecnologia aplicada, a evolução da civilização ocidental teve marcos isolados importantes, como as descobertas citadas acima, que envolveram entusiastas de diversas áreas em torno da busca por ferramentas e equipamentos. Porém, a Segunda Guerra (1939-1945) gestou uma especial herança científica e tecnológica para o pós-industrialismo. Pode-se dizer que estamos diante da “criação-mãe” das posteriores invenções tecnológicas. Durante a Guerra, o matemático e filósofo Norbert Wiener (1894-1964) atuou em diversos projetos de pesquisa financiados pelas Forças Armadas Norte-Americanas com o intuito de encontrar maneiras para dirigir artilharias remotamente. O matemático iniciou esses estudos pela teoria das mensagens dentro da ciência da eletricidade, porém, sempre contou com cientistas de outras áreas em sua equipe. Essa interdisciplinaridade de conhecimentos é peculiar ao período e fez germinar a cibernética⁷. Para Wiener (1954) esta nova disciplina nasce para mostrar que certas funções de controle e de processamento de informações dos seres vivos podem ser reproduzidas em máquinas desde que sejam equivalentes e redutíveis a modelos matemáticos.

O grande tributo deste feito foi dado a Wiener não apenas pela (re)significação do termo cibernética, já que Silva (1974) e, mais tarde, o próprio Wiener (1954, p. 15) afirmam que o termo tinha sido utilizado antes por Platão, pelo

⁷ “(...) derivei da palavra grega *kubernetes*, ou ‘piloto’, a mesma palavra grega que eventualmente derivamos nossa palavra ‘governador’” (WIENER, 1954, p. 15).

físico francês André-Marie Ampère e por outro cientista. O empreendimento científico de Wiener, reconhecido e memorado desde a Segunda Guerra Mundial, ocorreu graças à fixação de um ponto de convergência para os estudos complexos da área de automação, sistemas, neurofisiologia, teoria da mensagem, cálculos ultra-rápidos e outros. Ao perceber a necessária criação de uma “ciência” para abarcar esses estudos e, ao estabelecer que seria a cibernética que discutiria essas questões interdisciplinares relacionadas aos controles (mecânicos e naturais), Wiener inicia o revolucionário movimento cibernético (DUPUY, 1996).

As primeiras abordagens do termo “cibernética” datam de 1943, quando Norbert Wiener, Arturo Rosenblueth e Julian Bigelow publicam o texto *Behavior, Purpose and Teleology*⁸ na revista *Philosophy of Science* de 1943. Esse artigo não traz o termo *cybernetics* explícito, porém, apresenta os princípios da nova disciplina por meio de uma taxonomia de sistemas baseados no comportamento dos próprios sistemas – os princípios da retroalimentação, ou *feedback*. Pela primeira vez um estudo inclui informação e comunicação e cruza ações comuns entre seres vivos e máquinas levantando indícios de que no futuro as máquinas poderiam reproduzir movimentos dos humanos – os robôs. A partir de 1943, por meio deste artigo e de outro titulado *A logical calculus of the ideas immanent in nervous activity*⁹ escrito por Warren S. McCulloch e Walter H. Pitts no *Bulletin of Mathematical Biophysics*, o movimento ciberneticistas e instaura e passa a influenciar toda uma geração de pesquisadores.

O biólogo Ludwig Von Bertalanffy é um desses casos. Ele utilizou os princípios da retroalimentação da cibernética de Wiener para desenvolver a Teoria Geral dos Sistemas, a partir da década de 1940, contrária aos pressupostos da termodinâmica. Na obra “Teoria geral do sistemas”, de 1968, Bertalanffy traz à tona, de maneira adiantada, a urgência de se olhar e conhecer cientificamente a complexidade. O livro apresentou ao mundo os “sistemas abertos” dos organismos vivos que, na interpretação do biólogo, promoviam trocas sistêmicas de energia e matéria com o meio na busca por “estados de ordem”. Ampliando o entendimento da teoria proposta por Bertalanffy (1976), perceber-se-á que ele defende uma ciência dos sistemas para inviabilizar o reducionismo, propiciar o estudo da complexidade do

⁸ (BUCKLEY, 1968, p. 221-225)

⁹ (BUCKLEY, 1968, p. 93-96)

conhecimento, fugir da clássica linearidade da ciência moderna e abrir campo para a interdisciplinaridade (BERTALANFFY, 1976).

O fato é que, sem surpresas, as descobertas tecnológicas do século XX que mais repercutiram foram idealizadas no seio dos confrontos bélicos. O grupo de pesquisa liderado por Wiener e Arturo Rosembueth (fisiologia) que incluía Gregory Bateson e Margaret Mead (antropologia) e Julian Bigelow (engenharia) inaugurava as ciências cognitivas de uma teoria geral do funcionamento da mente. Os ciberneticistas sistematizaram as conferências de Macy (1946-1953), reconhecidamente o embrião de grande parte das descobertas revolucionárias da nova fase do industrialismo, do simbólico, da ciência, da técnica e, por conseguinte, do social.

Enfim, da cibernética¹⁰ e doutras descobertas impulsionadas pela segunda Guerra Mundial nascem os primeiros computadores eletrônicos¹¹. O primogênito da família dos computadores recebeu o nome de ABC e foi construído por John Vicent Atanasoff e Clifford Berry na Universidade Estadual de Iowa, em 1942. Mas, a primeira patente para invenção de um computador saiu apenas em 1946, para os norte-americanos John Eckert e John Mauchly da Companhia de Controle Eletrônico dos Estados Unidos da América. Medindo 12 metros de comprimento e 13 metros de altura o *Electronic Numerical Integrator and Computer* (ENIAC) foi utilizado primeiramente em cálculos de balística durante o final da Segunda Guerra Mundial. Segundo Kumar(2006, p. 48):

essa reviravolta esteve em gestação por mais de um século. Suas primeiras manifestações assumiram as formas do telégrafo elétrico, do telefone, do gramofone, do cinema, do rádio e da televisão. Mas o computador foi o ponto culminante. Isto porque como disse um dos mais notáveis cientistas de computadores dos Estados Unidos, Hebert Simon, o computador é único em sua capacidade de manipular e transformar informação e, portanto, desempenhar, automaticamente, e sem intervenção humana, funções que antes haviam sido realizadas apenas pelo cérebro do homem

¹⁰A exposição que Idatte (1972) faz a propósito da cibernética é especialmente ampla por incluir discussões a cerca da coexistência de sistemas complexos. Em certo ponto, o autor afirma que se em determinada coletividade, seja “humana” ou “animal”, existir certa organização, mínima que seja, já se trata de um “sistema cibernético” (p. 117).

¹¹ Em 1835 o engenheiro mecânico Charles Babbage (1791-1871) divulgou seu projeto para desenvolver uma máquina analítica que utilizava cartões perfurados para cálculos, mas a engenhoca nunca saiu do diagrama em condições de perfeito funcionamento. Assim, em 1849, Babbage criou uma máquina diferencial menor que as primeiras (CHALLONER, 2010, p. 306).

Esse progresso científico que inclui o uso de computadores e o desenvolvimento da robótica abre caminho para uma organização econômica complexa. “Essa nova estrutura social está associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionismo, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX” (CASTELLS, 2011, p.51). O incremento do computador e da robótica no trabalho faz com que o operário perca sua importância na indústria e apareçam novas mudanças na estrutura social. Após o “nascimento” do computador, alguns críticos batizaram a década de 1950 como a terceira revolução industrial.

Mas, o que de fato rende a sociedade contemporânea à informação é a convergência das tecnologias até então existentes com os demais avanços das telecomunicações (BELL, 1973). O lançamento do satélite *Sputnik*, pela União Soviética, em 1957, dá o primeiro passo rumo à era espacial e – somado aos grandes investimentos em telefonia e malha de fibra ótica, à televisão e à popularização dos microcomputadores – a ciência aplicada à tecnologia faz o mundo encurtar distâncias geográficas¹².

Ao observar o social nesse novo cenário, percebe-se que há maior diversificação e interdisciplinaridade gerados pela valorização do conhecimento e aparecimento de novos setores de atividades. Nesse sentido, tecnologias como o *just-in-time* pode ser citado como exemplo. Trata-se de uma inovação desenvolvida para reduzir custos por meio da gestão exata dos estoques e do tempo e, assim, otimizar lucros. Primeiro vende-se o produto para depois fabricá-lo e entregá-lo (HALL, 1984).

Enfim, o globo enfrenta um processo de remodelação generalizado em suas estruturas. Esse fenômeno social nasce a partir de um novo paradigma tecnológico incentivado e gerado na criação e expansão de tecnologias de informação e comunicação. “As redes de comunicação digital são a coluna vertebral da sociedade em rede, tal como as redes de potência (ou redes energéticas) eram as

¹² Um estudo importante a respeito dessa mudança social foi feito pelo canadense Marshall McLuhan (1911–1980). Ao descrever a história da humanidade através dos meios de comunicação utilizados respectivamente, o autor chega ao conceito de Aldeia Global. Nessa visão os *mass media* aproximam cada vez mais os cidadãos reestruturando as noções de tempo e espaço, diminuindo a privacidade e ampliando a troca de conhecimento. Como o estudo de McLuhan ocorreu, principalmente, a partir da televisão, ele ficou conhecido como profeta da Internet porque sua teoria seria perfeita se na época fosse possível haver participação imediata nos programas de TV por parte da audiência.

infraestruturas sobre as quais a sociedade industrial foi construída (CASTELLS, CARDOSO, 2012,).

A partir de 1960, outra inovação tecnológica potencializou e transformou sem precedentes a Sociedade em Rede. A Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DARPA) torna possível a comunicação entre uma rede de computadores. Até então as informações “viajavam” por milhares de quilômetros, mas não através dos computadores. Uma nova tecnologia gestada com interesses de proteção em caso de guerra, desenvolvida pelos militares norte-americanos, permitia proteger, alterar e manipular um sistema de comunicação ameaçado pelos soviéticos no caso de uma guerra nuclear (CASTELLS, 1999).

A Arpanet, como foi inicialmente denominada a Internet, possibilitava o acesso e a proteção de informações a partir de inúmeros (e sigilosos) computadores espalhados em pontos diferentes do território norte americano. Mais tarde, com objetivos bem diferentes daqueles de uma extinta Guerra Fria, a arquitetura de rede idealizada pelas forças militares americanas foi sendo utilizada por diferentes indivíduos e instituições mundo a fora até popularizar-se como *Internacional Network - Internet* (RECUERO, 2002).

2.4.1 Da cibernética à cibercultura

A convergência das telecomunicações com a informática a partir da década de 1970 potencializou as novas formas sociais do então recente pós-modernismo. Na modernidade cartesiana os “limites do mundo” eram definidos, o local era certo, exato, fechado, totalizante. Já na emergente sociedade em rede o globo estava sendo permeado por sistemas de conexão, não existem questões pré-determinadas, a complexidade é tanta que se fosse possível “abraçar” o turbilhão de informações e sentidos gerados, num grande esforço apenas imaginário, ao fazer esse exercício paralisante o todo já teria sofrido modificações; não seria mais o mesmo. As noções de tempo e de espaço perderam-se, imbricaram-se. O “aqui” é global. Nessa nova configuração, têm-se novas percepções para o presente, tem-se um novo universo conectado e, igualmente, novos fluxos – com pequenas totalidades. Ao estabelecer a existência e o rápido desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e

comunicação, há de se olhar para as implicações desse “dilúvio de informações” na cultura. Inevitável, assim, conhecer a “cibercultura” (LÉVY, 1999).

Existem importantes melhorias científico-tecnológicas que foram desenvolvidas no interstício da façanha dos engenheiros militares norte-americanos de permitir a comunicação digital entre computadores e da ramificação da Internet pelo mundo para fins comunicacionais entre os civis. Sem maiores aprofundamentos, citam-se aqui quatro desses determinantes quase puramente técnicos que são considerados basilares para o estabelecimento da cibercultura e das suas teorias: (1) Na segunda metade da década de 1970, um grupode *hackers*¹³ do Vale do Silício desenvolveu o microprocessador *Altair* – que serviu ao primeiro *Personal Computer* (PC), computador pessoal, que podia ser transportado e utilizado em casa. Trata-se do *Apple I*, avanguarda do PC que rendeu grande sucesso comercial, iniciando a popularização do computador. (2) Em 1974, Vinton Cerf criou o conjunto de protocolos TCP-IP¹⁴, principal linguagem utilizada até hoje para envio e recebimento de dados. (3) Em 1980, Tim Berners-Lee cria o “WWW” (*World Wide Web*) e permite que as pesquisas sejam feitas por conteúdo de interesse, não mais pela origem/local, como era até então. (4) Em 1994o universitário Marc Andreessen desenvolveu o *Mosaic*, base tecnológica para o *Netscape* – primeiro navegador de Internet para troca livre de arquivos (CASTELLS, 1999).

Pronto, estavam postas as combinações tecnológicas que, juntas e sempre em processo de aperfeiçoamento, revolucionaram – de novo – a humanidade. A telemática¹⁵ tocou numa das necessidades mais básicas e instigantes da humanidade: a comunicação. Mais contundente que isso, a convergência da informática e das telecomunicações deu novas possibilidades, ferramentas e espaços à linguagem, tecnologia responsável pelo surgimento do acúmulo e da transmissão de informação, que gera conhecimento e (re) construção/ aclimação da cultura (LÉVY, 1999).

¹³*Hackers* são profissionais que atuam na programação e manutenção de sistemas operacionais e programas (*softwares*). O projeto da década de 1970 ficou conhecido como *cyberpunk*. Fonte: < <http://project.cyberpunk.ru>>.

¹⁴TCP é a abreviação de *Transmission Control Protocol* (Protocolo de Controle de Transmissão) e o IP refere-se à *Internet Protocol* (Protocolo de Interconexão).

¹⁵Termo criado no final de 1977 quando o então presidente da França, Valéry Giscard d'Estaing, assistiu a sua Inspeção Geral de Finanças apresentar o relatório *L'Informatisation de la Société*, escrito por Simon Nora e Alain Minc (CARVALHO, 2006).

A cibercultura é, talvez, um dos conceitos-chave mais importante para o pesquisador “entrar” na contemporaneidade com um olhar mais abrangente, menos limitado. Como ordem social, essa temática tem recebido olhares diversos e abordagens distintas dos pensadores contemporâneos. Em linhas gerais pode-se afirmar que, no princípio dos anos de 1990, os estudos da cibercultura mostravam-se bastante mascarados, levando muito em consideração as questões técnicas, deixando de lado as reais centralidades da área. “Cultura foi reduzida a termos puramente classificatórios e operacionais:tudo o que é humano é, em alguma medida, cultura” (RÜDIGER, 2011, p. 46).

Os estudos de Lèvy (1999) ganharam espaço e notoriedade por apresentarem equilíbrio entre esses dois polos que se mesclam na contemporaneidade: tecnologia e cultura. Na metáfora do autor, na virada do Século XIX o mundo encontra-se diante de um “dilúvio informacional”, fruto da interconectividade dos computadores. Assim, essa realidade cria:

o ciberespaço¹⁶, (...) termo [que] especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ele abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (LÉVY, 1999, p. 17).

Como bem coloca Elias (1990), os conceitos são ferramentas que abrimos mão para, diariamente, tentar explicar o social. No caso do ciberespaço, há na contemporaneidade uma gama de neologismos que – como o próprio – esforçam-se para desenhar esse novo. Rüdiger (2011) insiste com a comunidade intelectual para que mantenha a epistemologia, a essência dos termos “(...) os acadêmicos e suas clientelas, em todas as áreas, estão criando em escala de massasuma nova versão da figura do filisteu culto que, outrora, quando a sociedade era burguesa, denunciara Nietzsche” (RUDIGER, 2011, p. 45).

Macek (2005) realizou um estudo interessante de revisão cronológica e conceitual das abordagens do termo cibercultura. O resultado dessa exumação teórica estabelece quatro concepções para o termo, a saber: utópica, cultural,

¹⁶Ao apropriar-se do prefixo “ciber” de Wiener, Wilian Gibson (1984) apresenta o termo *ciberespaço* que se refere a um local desterritorializado, acessível e com possibilidade de socialização e comunicação por meio de recursos técnicos como *email*, *chat*, fórum, *blog* e outros.

antropológica e epistemológica. Quanto aos períodos históricos, também são quatro: o primeiro nas décadas de 1960 e 1970 quando criam-se “subculturas” com reunião de *hackers*, pesquisadores, curiosos dos estudos cibernéticos e acadêmicos de informática; o segundo já está quase nos anos 1980 e tem no contexto social-tecnológico a Internet extrapolando as barreiras dos Institutos e Universidades começando (PC e Internet) a tornarem-se usuais no cotidiano desse, ainda, pequeno grupo de usuários; no terceiro período, 1980-1990, o PC está popularizado na América do Norte e Europa Ocidental, surge nos escritórios como ferramenta de trabalho e nos domicílios para o entretenimento; por fim, o quarto período pode-se dizer é a fase de ouro da cibercultura, que reina até os dias atuais. Nessa quarta fase, os usuários já estão agrupados em redes de interação com linguagens específicas e o domínio do computador já é acessível a quase todos. O pesquisador da República Checa define cibercultura “como um amplo movimento social e cultural que está intimamente ligado às tecnologias avançadas de informação e comunicação, ao seu surgimento, ao seu desenvolvimento e a sua colonização cultural” (MACEK, 2005).

Uma das mudanças mais significativas trazidas pela cibercultura está no ato de interação social. A comunicação mediada por computadores redefiniu o que subjaz a tais processos. A cibercultura é a possibilidade de ir além: ampliar a leitura, ampliar as capacidades de produção e de interatividade, ampliar a participação e a imediata avaliação/aprovação ou reprovação. Mas, como lidar com tanta informação “(oni) presente” circulando em alta velocidade? Lemos (2010) orienta pela adoção de ferramentas de filtragem. Segundo o professor e pesquisador da Universidade Federal da Bahia (UFBA), é necessário organizar as informações, diminuir a complexidade¹⁷ por meio da criação de grupos de interesse. Além disso, o autor aconselha os usuários da grande rede de interconexões a hierarquizarem, apossarem-se e atualizarem o conteúdo por meio de nova produção (escrita, por exemplo) para, nesse processo frenético de compartilhamento, criar suas próprias redes e não perder de vista o conhecimento – capital vigente na contemporaneidade.

¹⁷A teoria sistêmica evolucionista de NiklasLuhmann (1927–1998) defende que a sociedade contemporânea chegou a uma complexidade tal que só pode ser estudada a partir de um fundamento epistemológico igualmente complexo. Ver mais em Luhmann (1990).

A remodelação social da mais recente revolução científica e tecnológica nascida no movimento ciberneticista liderado por Wiener durante a Segunda Guerra Mundial ocorreu de maneira abrupta se considerada relacionalmente. Para criar um paralelo, a energia elétrica levou 46 anos para chegar a 30% dos lares norte-americanos; a Internet precisou de apenas sete para atingir o mesmo percentual (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2013).

Na perspectiva econômica da cibercultura, percebe-se que o capitalismo sofreu transformações, instigadas pelo “informacionalismo”. Isso significa dizer que não é mais possível conter as atividades econômicas nos limites das fronteiras das nações. Castells (1999, p. 40) discute esses aspectos econômicos no primeiro tomo da trilogia “Sociedade em Rede”:

No ano de 2000 o número de usuários da Internet passava da casa dos trezentos milhões. O próprio capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas; (...) declínio concomitante da influência dos movimentos de trabalhadores; individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; (...) aumento da concorrência econômica global em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais para a acumulação e a gestão de capital.

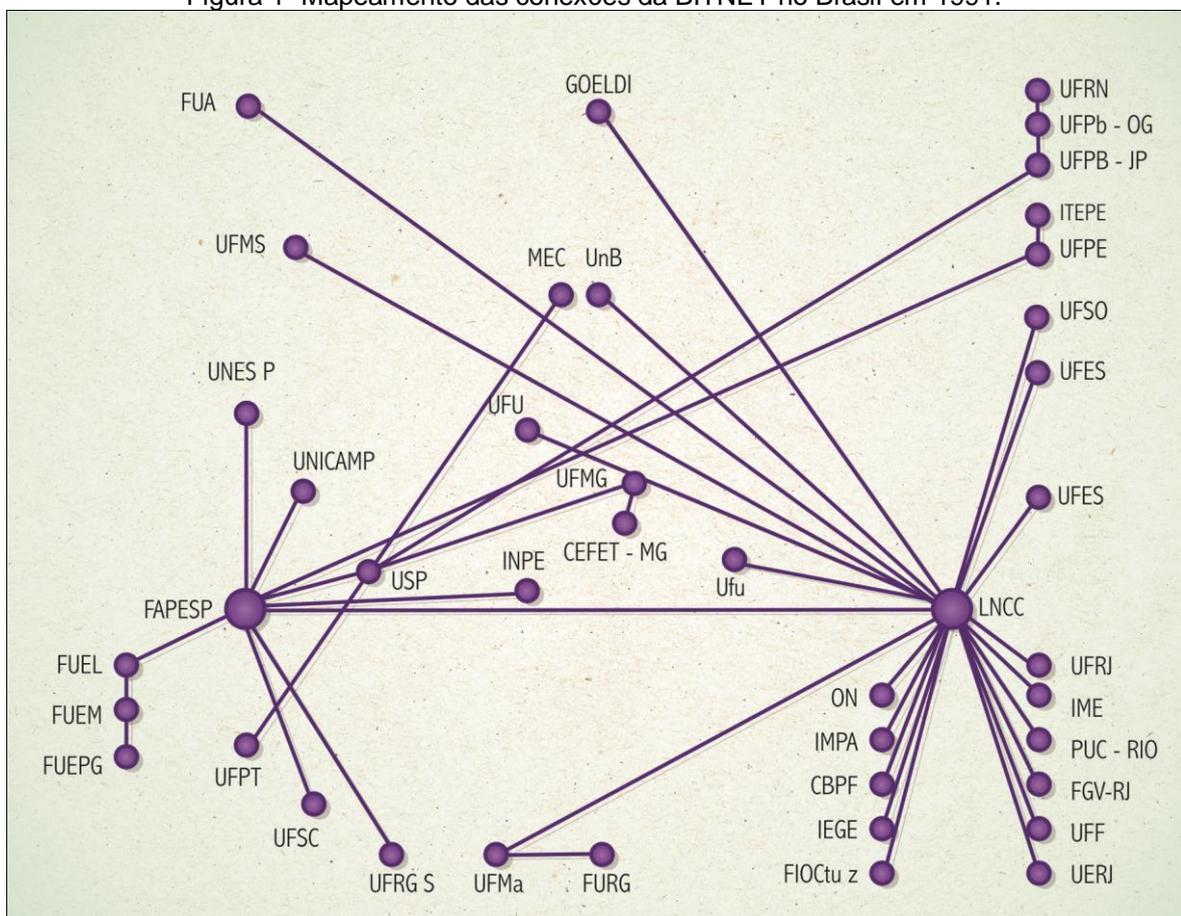
No Brasil, as telecomunicações começaram a ganhar espaços mais significativos nas agendas públicas no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) quando o Plano de Metas pedia atenção à integração nacional. Ainda em 1961 foi criado o Conselho Nacional de Telecomunicações e no ano seguinte o Estado Maior das Forças Armadas redigiu, aprovou e publicou o Código de Telecomunicações (CBT¹⁸), preocupados com o espaço que a iniciativa privada (principalmente multinacionais) vinha tomando no País deixando a nação em relação de dependência. Em resposta a essa chamada das responsabilidades do setor para o governo, em 1965, nasce a Empresa Brasileira de Telecomunicação (Embratel) que assume a coordenação dos serviços que vinham sendo desenvolvidos pelo setor privado. Por fim, em 1967, o Contel ganhou natureza ministerial, passando para o atual Ministério das Comunicações (DIAS, CORNILS, 2004, p. 36).

Sem por menores nas bases históricas e políticas que propiciaram terreno ao desenvolvimento nacional das telecomunicações, a primeira aparição da Internet no Brasil deu-se em 1975 no Centro de Convenções Anhembi em São Paulo. Foi dentro

¹⁸Criado pela Lei n. 4.117 de 1961 que fora substituída pela Lei n. 9.472 de 1997.

da programação do primeiro Seminário Latino Americano de Comunicação de Dados na presença do já citado pesquisador VintonCerf¹⁹ que, representando a ARPANET, promoveu uma conversa dos participantes do evento com militares norte-americanos. O sinal “viajou” de Nova Iorque até o Rio de Janeiro via satélite e, até São Paulo, “via microondas” (CARVALHO, 2006, p. 56). Em 1991 o Brasil já apresentava melhorias no cenário da conectividade. Por meio da *Because It's Time Network* (BITNET), patenteada pelos EUA, algumas universidades brasileiras e órgãos públicos estratégicos dispunham de rede para troca de mensagens, apenas correio eletrônico.

Figura 1- Mapeamento das conexões da BITNET no Brasil em 1991.



Fonte: Adaptado de Stanton (2012)

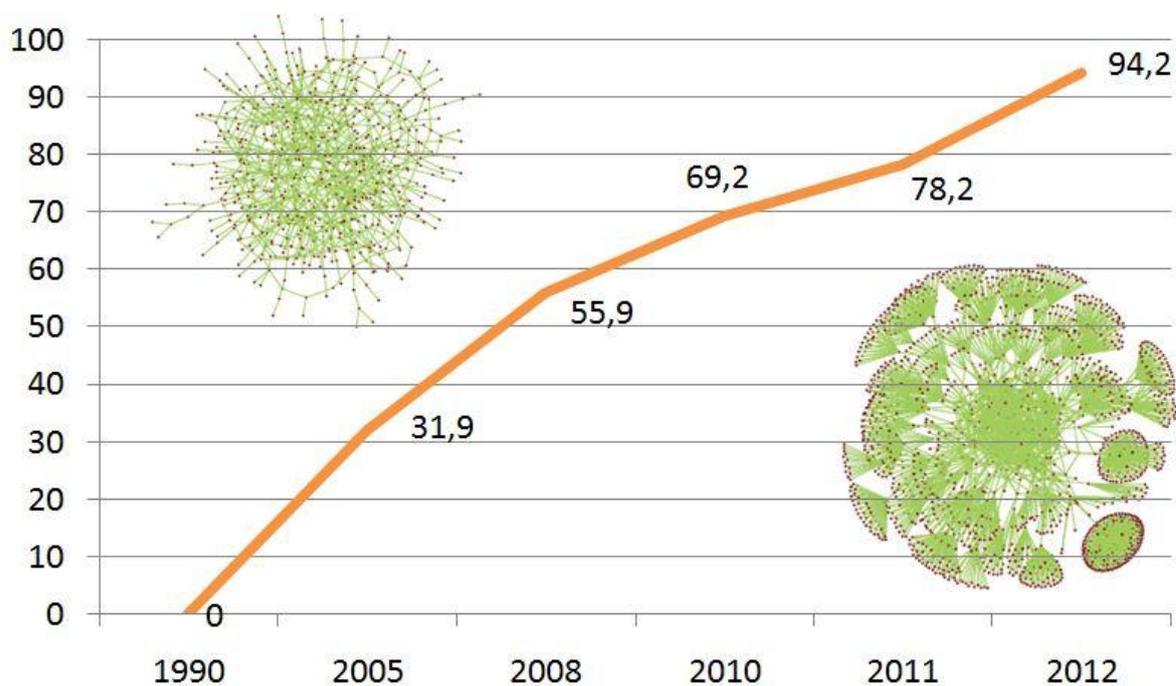
Percebe-se na Figura 1 a ramificação da primeira rede de computadores da história nacional, a BITNET. A formação de “nós” nos quais o tráfego de informação se concentrava – inicialmente – justificava-se apenas por questões físicas, pela localização e pelo investimento dos centros-sede. A *BITNET* foi trazida para o Brasil

¹⁹Inventor do conjunto de protocolos TCP-IP.

quase que concomitantemente pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e pelo Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), então vinculado ao Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) (MANDEL; SILVA; LYRA, 2012). A rede fazia conexão direta com o “Fermilab”, um laboratório americano da Universidade de Chicago gerido em consórcio científico com outras 87 universidades do Canadá, Japão e Itália. Vale destacar que já em 1989 o CNPq estudava a estruturação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisas (RNP) e, em 1991, o Ministério de Ciência e Tecnologia começou a instalação das linhas que, desde então, vêm sendo atualizadas e conectam mais de 800 instituições nacionais à Internet (RPN, 2012).

Destarte, foi em 1995 que a Internet começou a popularizar-se no Brasil, (RECUERO, 2002). Se, por questões técnicas e de governança, a implantação pediu duas décadas, a popularização explodiu rapidamente formando uma curva vertiginosa no número de usuários da Internet no Brasil conforme figura 2.

Figura 2 - Crescimento do número de usuários no Brasil em milhões (1990-2012) e representação da topologia da Internet no planeta.



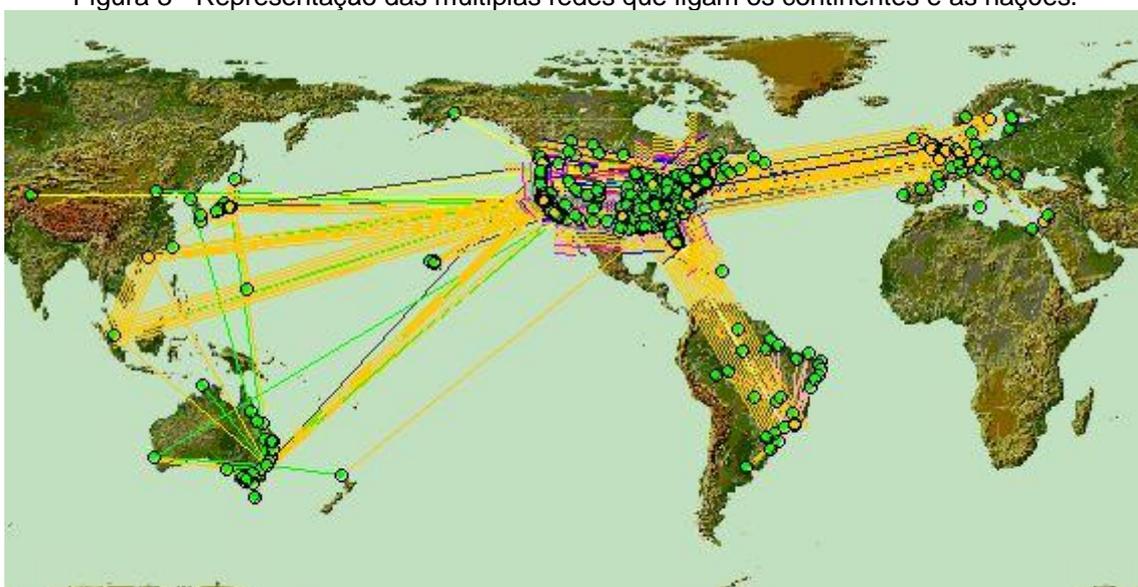
Fonte: Elaborada pelo autor a partir de informações das Sínteses de Índices Sociais da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) e a partir de Mahadevan, et al (2007).

Comparando com a realidade dos anos de 1990, nota-se que em menos de 18 anos depois de a Internet ter começado a entrar nos domicílios e escritórios

brasileiros, chegamos a casa dos 94,2 milhões de usuários. Ainda na Figura 2, atenta-se para a topologia da Internet no mundo. A representação é baseada nas estatísticas de acesso e nas informações dos principais servidores do mundo. A topologia da Internet tem se tornado um campo promissor de trabalho uma vez que realiza pesquisas de identificação de fragilidades da rede e conhece comportamentos dos usuários (CAIDA, 2011).

Diante do número de usuários conectados, o Brasil assumiu desde 2009 a quarta colocação no *ranking* mundial de usuários ativos. O Brasil é antecedido apenas pela China (389 milhões), EUA (245 milhões) e Japão (99 milhões). Chama a atenção o caso de Cuba que vem enfrentando problemas políticos os quais impedem o acesso livre, individual à Internet. Lá, a conexão à grande rede de computadores ainda é restrito a Universidades e a infraestrutura de sinal deixa a desejar. Esses fatores colocam Cuba em último lugar quando o tema é usuários ativos (INDEX MUNDI, 2013).

Figura 3 - Representação das múltiplas redes que ligam os continentes e as nações.



Fonte: CAIDA (2011).

A Figura 3 mostra os cabos de comunicação atravessando oceanos e aproximando os continentes por meio das redes. Olhando para a imagem do “planeta amarrado” e considerando o anel de satélites vigilantes que diariamente coloca milhões de habitantes frente às tecnologias digitais de informação e comunicação, vislumbram-se novos processos em quase todos os campos da sociedade. No econômico, surge a questão do atendimento das imposições globais

em prol da manutenção dos mercados locais. A concorrência mundial fica acirrada e a especialização e produção cada vez mais segmentadas e pontuais. Como exemplo, atenta-se para as montadoras de automóveis. Ao perceber um carro circulando nas ruas brasileiras é difícil pensar que o estofamento foi produzido na China, o motor no Japão, a lataria na Argentina e a montagem ocorreu na Europa. Tudo regido por um eficaz e afinado processo de comunicação e informação justificado na necessidade de baixar custos, otimizar mão de obra e aumentar os lucros. De mãos dadas com os avanços tecnológicos propiciados pela evolução da ciência, em resposta à economia global, as empresas redefinem suas cadeias produtivas segmentando-as e automatizando-as (CASTELLS, 1999; DUPAS, 1999). Nessa sociedade em rede, existem mudanças fundamentais nas engrenagens da economia, do simbólico, do cotidiano. Tudo isso tem lançado alterações nos processos culturais do globo.

2.5 Considerações

Como discutimos, a década de 1990 está plasmada num novo contexto pós-industrial no qual gerar riqueza, viver plenamente e exercer poder, depende de informação e de conhecimento. Mais que isso, observou-se que se desenvolver e se manter ativo na sociedade em rede exige investimento na criação e no domínio de tecnologia que processe a informação e a transforme em conhecimento, em serviço, em produto. Na dinâmica atual, nada mais é fixo, nem local. De fato, o mundo está conectado em rede e o conhecimento é capital.

Encerrada essa travessia de um mundo analógico a outro digital, comprova-se a importância determinante da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento humano como um todo. Ora, se o Século XXI representa a era do conhecimento, fica intrínseco que os países que lançarem mão de investimentos para pesquisa e inovação sairão na frente. Na revolução industrial, a Inglaterra despontou em virtude de ter recursos naturais e mão de obra em abundância. Aqui, o determinante é conhecimento aplicado, seja para exploração de camadas de petróleo, para garantir a independência energética, seja para gerenciar e conservar os recursos naturais, avançar na saúde, robustecer o sistema de educação, melhorar a qualidade de vida e por aí segue. O que dita as regras e estabelece as relações de poder está no conhecimento, no acesso e uso da informação. Talvez, a sociedade vivendo os

aparatos do conhecimento científico consiga-se desenvolver pesquisas estratégicas que permitam – pelo menos – diminuir as desigualdades sociais.

Encerrados alguns aspectos históricos das origens das tecnologias do cotidiano, há de se tomar cuidado para que, desta vez, o desenvolvimento seja monitorado e, assim, traga menos (ou nenhuma) seqüela social. Os bolsões do quarto mundo do Século XVIII, formados no abismo da sociedade salarial, poderão estar se repetindo. O não domínio dos aparatos tecnológicos do universo cibercultural pode, em alguma medida, estar pondo pessoas à margem do social.

Hoje, a maioria da população – epistemologicamente – pode ser considerada um *ciborgue* visto que convive com os corpos alterados por tecnologias (vacinas, silicões, próteses etc.). Já que é assim, as ciências sociais precisam entender esses fenômenos, diminuir as complexidades para auxiliar igualmente na inovação, no desenvolvimento. Defende-se a fixação de políticas públicas que atentem para esse prisma porque as revoluções científicas são cíclicas e, em cada etapa, criam-se minorias que padecem. O texto segue tentando discutir um pouco a contemporaneidade, a alta-modernidade e algumas remodelações sociais. O objetivo é dar suporte a reflexões para algumas inquietações suscitadas e outras que deverão surgir ao longo da pesquisa.

3 TECNOLOGIA E ALTA-MODERNIDADE: REMODELAÇÕES SOCIAIS

3.1 Introdução

A contemporaneidade está amalgamada por transformações radicais emergidas da complexidade que se transformou o mundo ocidental na confluência de revoluções técnico-científicas. Encontrar e destacar o lugar do conhecimento humano nesse limbo volátil de mudanças é tarefa emergente para todas as ciências; aliás, estas passam a abandonar seus mundos fechados e precisam cada vez mais dialogar entre si para, juntas, possibilitarem compreensões mais próximas do “real”. O caminho da interdisciplinaridade tem se mostrado o mais promissor para entender de modo mais completo o que venha a ser esse momento atual.

Neste segundo capítulo, trabalha-se com aspectos da alta-modernidade. Um período sucessor do moderno marcado não simplesmente por mudanças de hábitos, mas, principalmente pela velocidade com que estas se verificam. Os elementos discutidos aqui não poderiam ser ignorados no contexto da pesquisa uma vez que, como se tenta demonstrar, existe uma crise paradigmática permeando as interações sociais – sempre mais mediadas por tecnologias. Essa crise mexeu nas instituições sociais tradicionais, que por estarem “desorientadas”, permitiram que a formação identitária do indivíduo ancorasse noutras bases, por vezes efêmeras. Num jogo de dicotomias como certeza e dúvida, real e virtual, local e global, o “eu” passa a aceitar influências diversas, o que traz algumas consequências como a ansiedade e o consumismo. Com arranjos familiares menores, a sociedade vivencia implicações práticas da fusão de esforços científicos como a informática, a robótica, a cibernética, a telemática e tantos outros. Mais que isso, o indivíduo vai se tornando mais dependente das tecnologias para adquirir condições de convívio.

3.2 Social e tecnológico: uma fusão irreversível

São várias as passagens históricas que propiciaram igualmente diversos avanços tecnológicos e científicos, relacionados às transformações sociais vividas pela sociedade ocidental, desde o final do Século XV. A partir de Giddens (1991), Castells (2011), Kumar (2006) e Bell (1973) – para citar apenas alguns – é possível elencar fatos tidos como principais: a interdependência global das economias; o

colapso do estatismo soviético; o fim do comunismo e da Guerra Fria; o desenvolvimento acelerado das tecnologias de comunicação e informação; a reestruturação do capitalismo potencializada pelas inovações tecnológicas; a diversificação das relações de trabalho; a mulher assumindo postos no mercado de trabalho e o incremento da família heterogâmica patriarcal²⁰; a intervenção do estado para regular os mercados; aumento da concorrência; integração global (globalização); a União Européia; e, a linguagem binária na computação atrelada à Internet.

Com esse processo transitório e globalizado, as possibilidades da comunicação (ação comum, intercâmbio, troca) sinalizam para o que alguns autores defendem ser o fim da era moderna. A história ganha múltiplas vozes; primeiro pela mídia de massa (*mass media communication*), depois pela globalização e, mais tarde, pela Internet – Sociedade em Rede. Vive-se então na pós-modernidade? Ao longo do texto verificar-se-á que para a maioria dos estudiosos sim, porém, essa mesma maioria usa de um vasto aparato lexical. Castells (2011, p. 412), por exemplo, usa o termo “pós-modernidade”; Giddens (1991, p. 14) prefere “modernidade tardia” ou “alta-modernidade”. Enfim, circulam diversos neologismos tais como neomodernidade, modernidade radical, modernidade inconclusa e modernidade líquida²¹.

De imediato, é importante destacar que o modernismo esteve calcado no movimento intelectual iluminista (Jay, 1984, p. 30). Comparando os modos de vida modernos e contemporâneos, Lyotard (1994) fala em pós-modernismo, podendo este termo, para o referido autor, assumir sentido de um divisor de águas entre hábitos, costumes e valores. Para Laclau (1988), o "pós-modernismo não pode ser uma simples rejeição da modernidade, mas sim, precisa envolver uma modulação diferente de seus temas e categorias" (p. 65). Assim, o que se tem como certo é que há um “depois” do modernismo; contudo, o início deste não tem uma linha histórica

²⁰ O anticoncepcional pode e deve ser visto como uma tecnologia uma vez que teve papel fundamental no ingresso da mulher no trabalho remunerado, extra-familiar; pois, elas tiveram a oportunidade, pela primeira vez, de realizar planejamento familiar. Conforme (CHALLONER, 2010, p. 744) em 1960 testes clínicos realizados em Porto Rico aprovavam para fabricação a pílula anticoncepcional, desenvolvida em 1956. Assim, advertimos aqui que o conceito de tecnologia não se restringe a artefatos “maquímicos” (DELEUZE, GUATTARI, 1980), como geralmente é pensado.

²¹ Dada a complexidade e, por vezes, pouco consenso na definição do que essa contemporaneidade representa – se é uma extensão radical da modernidade ou uma remodelação de uma arquitetura social inédita – o presente estudo utilizará o termo alta-modernidade para referir-se ao período, que inclui a contemporaneidade.

nítida, definida, como ocorreu do industrialismo para o pós-industrialismo. Para Agger (1992), "o pós-modernismo é uma teoria da descontinuidade cultural, intelectual e social que rejeita o linearismo das noções iluministas de progresso" (p. 93).

Em Giddens (1991), é possível perceber a alta-modernidade por meio da presença de formas dicotômicas cotidianas, que ganham corpo ao mesmo tempo em que aumenta a complexidade do social. Nesse sentido, o autor trabalha, por exemplo, "segurança e perigo", "confiança e risco", "tempo e espaço" e assim por diante. Num exercício de síntese, pode-se verificar essas dicotomias na interconexão entre dois extremos: influências globalizadas de um lado e disposições pessoais de outro.

Sob a filosofia do Iluminismo, o mundo foi dicotomizado (por exemplo, o Ocidente e o Oriente, os seres humanos e a ciência, a natureza e a metafísica, a mente e o corpo). Além disso, dentro destes pares, existe uma hierarquia. Um dos elementos de cada par é considerado superior ao outro, e com direitos automáticos maiores. Tomemos, por exemplo, a dualidade Ocidente / Oriente. Sob uma visão modernista baseada na filosofia do Iluminismo, o Ocidente é considerado civilizado, sofisticado, avançado; o Oriente é visto como selvagem, exótico, primitivo (FERNANDEZ-BALBOA, 1997, p. 3-4).

Harpham (1994) diz que, desde a modernidade, o ser humano está em processo de maior racionalidade. Segundo o autor, por meio da ciência moderna e da tecnologia, o homem tem buscado controlar a natureza de maneira totalizante e universal. Giddens (1991) corrobora essa visão atribuindo à modernidade as características de "conhecimento" e "controle" – quanto mais conhece, mais o homem é capaz de adaptar a natureza em seu favor. Contudo, na trajetória interpretativa das mudanças contemporâneas, Giddens (1991; 2002) relata que esse curso da modernidade teve um imprevisto, algo não pensado: a alta-modernidade, fruto do excesso de controle que gerou descontrole, resultado de muita instabilidade em todos os sistemas. Ainda, conforme Giddens (1991), na alta-modernidade as pessoas passam a confiar menos em tudo; se na modernidade havia confiança na técnica e na ciência, na alta-modernidade há ceticismo. Para cada questão contemporânea, as explicações são muitas e complexas, nesse meandro, as pessoas desconfiam dos discursos, resguardam-se em si mesmas propiciando o processo de individualismo.

Para compreender aspectos da alta-modernidade, é crucial ter claro que a história é marcada, desde sempre, por mudanças de paradigmas. Mas, o que chama a atenção (na alta-modernidade) é a maneira abrupta com que as possibilidades vão se transformando e potencializando. Até aproximadamente a década de 1940, essas mudanças eram mais lentas. Ainda, chama a atenção como a interação e as formas simbólicas mediadas por tecnologias têm interferido na formação do “eu”, da identidade (THOMPSON, 2012). Então, pelo exposto, a alta-modernidade é também resultado dos esforços científicos, da cibernética, da robótica, da telemática e assim por diante. Essa automatização se funda na possibilidade da transferência instantânea da informação.

A vida cotidiana²² contemporânea apresenta problemas de violência, criminalidade, mobilidade (tráfego), poluição e tantos outros. Apresenta também grandes avanços em direção à melhoria da qualidade de vida. Mensurar prós e contras de cenários culturais é um dos desafios dos estudos sociológicos (GIDDENS, 1991). Ao mesmo tempo em que a população ocidental contemporânea está cada vez mais concentrada em centros urbanos, os atores estão deixando de lado a interação social física.

Hoje vivemos num mundo no qual a capacidade de experimentar se desligou da atividade de encontrar. O sequestro das experiências de locais espaçotemporais da vida cotidiana vai de mãos dadas com a profusão de experiências mediadas e com a rotineira mistura de experiências que muitos indivíduos dificilmente encontrariam face a face (THOMPSON, 2012, p. 266).

Situações desse deslocamento do “eu aqui” para “(ciber) espaços” podem ser facilmente encontrados na contemporaneidade e nascem da fusão de diversos esforços científicos e tecnológicos tidos sobre a mesma rubrica, a da informática. Essas possibilidades foram se enraizando pela sociedade e a comunicação tornando-se, por consequência, cada vez mais segmentada. Assim, a cibercultura permite agrupar pessoas com interesses comuns num único ciberespaço,

²² O termo utilizado por sociólogos norte-americanos abraça uma interpretação mais aprofundada que nasce de questões ligadas àquilo que se faz no dia a dia. A rotina estrutura e forma, o que se deve cumprir nas jornadas diárias. A realidade não é fixa ou estática visto que se desenrola através das (inter) relações humanas. José Machado Pais (2002) expressa a dificuldade de colocar claramente o objeto desta área da ciência e reivindica para a sociologia do quotidiano uma forma em que o social somente “se insinua, não se entrega [...] nos damos conta de que é nos aspectos frívolos e anódinos da vida social, no ‘nada de novo’ do quotidiano, que encontramos condições e possibilidade de resistência que alimentam a sua própria rotura” (PAIS, 2002, p. 30). Outra obra importante nesse sentido é deHeller (2008).

independentemente da posição geográfica dos participantes (LÉVY, 1999). Permite ainda vivências, ou “sequestros” de realidades como Thompson (2012) denomina.

Passa-se então para alguns exemplos de transformações emergidas dessa ubiquidade tecnológica. Pode-se começar pela própria educação. Na modalidade a distância, uma equipe de professores de Harvard leciona disciplinas para uma turma formada por mais de mil alunos das mais diversas nações. Seguindo os exemplos, têm-se as lojas virtuais: comprar, sem sair de casa, os mais diversos produtos e pagar através de números de cartões e senhas – comandos binários que o internauta confia, mas, muitas vezes, não conhece os princípios de funcionamento e de segurança. Apertar botões, fornecer *chip*, senhas e impressões digitais, programar equipamentos domésticos, utilizar elevador, passar por uma cirurgia a laser, pegar um ônibus, inscrever-se em programas sociais, cursos, processos seletivos ou outros dessa natureza, realizar pagamentos, fazer uma foto ou vídeo, estacionar o carro num centro de compras ou simplesmente tomar um café instantâneo; tudo requer domínio das tecnologias digitais. No campo da arte, a modernidade deu início ao que antes era inimaginável. Na alta-modernidade, em menos de uma hora, é possível entrar e sair de museus Europeus, da América ou da Ásia por meio de ferramentas como o *Google Street View*²³. Na música e no cinema a revolução das tecnologias digitais também é surpreendente. Ao invés de comprar diversos discos ou uma coletânea, o amante da música pode “baixar”, em segundos, centenas de obras e passá-las imediatamente para um dispositivo portátil com menos de dez centímetros quadrados e capacidade de armazenamento superior ao de uma discoteca. Para as editoras não é diferente. Uma biblioteca virtual cabe na bolsa e pesa menos que um quilograma, um *tablet*.

Essa observação das possibilidades da presença mediada, ou da interação mediada por tecnologias, poderia seguir por várias páginas. Mas, para finalizar, citam-se ainda dois exemplos importantes à reflexão da problemática de pesquisa: (1) o caso da segurança pública, em que há vigilância constante dos espaços públicos e, de uma central de monitoramento, policiais têm visão de diversos pontos estratégicos para, se necessário, acionar viaturas próximas às ocorrências; e, (2) a

²³*Google Street View* é um recurso desenvolvido pela empresa Google que disponibiliza vistas panorâmicas de 360° na horizontal e 290° na vertical permitindo aos navegadores visões reais de regiões do mundo ao nível do chão. Mais informações em <www.google.com>.

medicina, área em que tornou-se possível a realização de exames, como de ultrassonografia, a distância (WECHSLER, 2013).

Giddens (1991), ao observar mudanças na dicotomia “espaço e tempo”, afirma que as pessoas podem passar a apresentar certa desorientação, como se fizessem parte de um universo de eventos incompreensivos na totalidade e sem controle. De fato, têm ocorrido muitas mudanças com relação aos modos tradicionais de interagir com “os objetos do mundo”²⁴. Para Boaventura de Souza Santos (2010), os conflitos paradigmáticos da alta-modernidade de fato podem apresentar consequências inéditas, desconhecidas. Assim, o autor diz:

A verdade é que, depois de séculos de modernidade, o vazio do futuro não pode ser preenchido nem pelo passado nem pelo presente. O vazio do futuro é tão-só um futuro vazio. (...) assume-se que estamos a entrar numa fase de crise paradigmática, e portanto, de transição entre paradigmas epistemológicos, sociais, políticos e culturais (...) é necessário definir o paradigma emergente (SANTOS, 2010, p. 322).

Na pré-modernidade e na modernidade, tempo e espaço andavam juntos e davam direção às ações dos sujeitos. Agora, porém, na alta-modernidade, a referência de estabilidade, certeza e segurança deu lugar a sensações de desconforto e ansiedade com ritmos acelerados de mudança. Na obra “Consequências da Modernidade”, Giddens (1991) propõe-se a trabalhar essas questões em quatro frentes:

Deslocamento e reencaixe: a intersecção de estranhamento e familiaridade; Intimidade e impessoalidade: a intersecção de confiança pessoal e laços impessoais. Perícia e reapropriação: a intersecção de sistemas abstratos e cognoscibilidade cotidiana. Privatismo e engajamento: a intersecção de aceitação pragmática e ativismo (p. 124).

Mergulhado nesse universo de dicotomias como local e global, virtual e real, necessidade real e necessidade construída/ideológica, o indivíduo da alta-modernidade precisa encontrar um porto para ancorar suas inseguranças e angústias. Thompson (2012) denomina essa áurea da alta-modernidade como “sobrecarga simbólica” e alerta para o fato de que a crescente “disponibilidade dos materiais simbólicos mediados por tecnologias pode não somente enriquecer o

²⁴ Conforme Rodrigues (2010, p. 161), “chamamos aqui de ‘objeto do mundo’ tudo aquilo que é produzido pelo conhecimento, seja ele de que natureza for: filosófico, científico, literário, artístico, tecnológico, religioso, ou de senso comum. A natureza desses objetos também pode ser real concreta, real abstrata, real virtual. Chamo aqui de ‘real’ toda e qualquer experiência compartilhada por grupos sociais, independentes do tempo e do espaço”.

processo de formação do *self* como também gerar efeito desorientador” (THOMPSON, 2012, p. 274). Para fugir desse constante “estado derisco”, as pessoas tributam aos sistemas peritos²⁵ mecanismos de segurança, ou seja, as pessoas depositam toda a sua confiança à dimensão técnico científica desenvolvida pelos chamados peritos. A noção de sistemas peritos é trabalhada Giddens (1991), o autor exemplifica tal fenômeno com a confiança existente na tecnologia do transporte aéreo – viaja-se sem jamais ter estudado aviação. Pode-se citar também a confiança da sociedade no sistema bancário; do internauta nos serviços de correio eletrônico e assim por diante. Tudo está permeado pela confiança nos sistemas peritos e, conseqüentemente, pelos próprios sistemas peritos. Ao mesmo tempo em que o “eu” da lata-modernidade duvida de tudo e se resguarda no individualismo, ele possui confiança que subjaz a sua própria existência. Nesse constante jogo de risco e confiança persiste a sensação de ansiedade que precisa ser estabilizada. Para isso, as pessoas procuram mecanismos de reencaixe – aproximações e interações com outros atores sociais(GIDDENS,1991).

3.3 A formação da identidade na alta-modernidade

Nos contextos que antecederam à modernidade, as tradições dominantes quase que ditavam a formação identitária dos indivíduos por meio das instituições consagradas como a religião e a família. As oportunidades vistas como únicas, por exemplo, no mundo do trabalho. Na alta-modernidade o cenário é outro: tanto a autoidentidade quanto as relações sociais passam a assumir condições de risco para que se formem, há constante transformação nos dois núcleos (do indivíduo e das relações) e isso gera necessidade de rápida adaptação (BAUMAN, 2001). Ao descrever mudanças dessa natureza e comentar reflexos da alta-modernidade na sexualidade, paternidade, maternidade e outros campos da vida humana, Giddens (1991) traz uma reflexão que ratifica o olhar de Santos (2010): vive-se numa fase de crise das relações sociais na qual diariamente se busca reconstruir, adaptar o “eu”. Para exemplificar, pensa-se numa simples mudança de emprego; grande parte das relações sociais se desfazem quase que totalmente. E, na alta-modernidade, tais

²⁵Em Giddens (1991), “sistemas peritos são experiências técnicas ou competências profissional” plasmados, existentes, inquestionáveis. Algo que se confia sem ter conhecimento de causa. Como exemplo o autor fala da moradia. Mesmo sem ter estudado arquitetura, há confiança de que o prédio não vai cair.

trocas são cada vez mais frequentes e necessárias. Basta que se observe nas empresas o número de funcionários com mais de 15 ou 20 anos de casa, provavelmente é bem reduzido em comparação a outros períodos da sociedade industrial e pós-industrial.

Bauman (2001) desenvolve um olhar interessante sobre a identidade na alta-modernidade conferindo ao mundo transformado atributos de excesso de oportunidades, de máxima concentração de tudo no indivíduo. Assim, o autor diz que “nas novas circunstâncias, o mais provável é que a maior parte da vida humana consuma-se na agonia quanto à escolha de objetivos, e não na procura dos meios para os fins” (p.74). E, nessa concentração de esforços na busca pela plenitude o indivíduo desencadeia necessidades de “atualizar-se” nos mais diversos campos e o resultado quase sempre é o consumismo; uma tentativa de gerar satisfação. O autor ainda enfatiza o círculo vicioso, complexo, compulsivo, competitivo e desafiador que se forma porque para consumir é necessário produzir e, para enquadrar-se satisfatoriamente nos meios de produção contemporâneos, como já fora discutido a partir de Castells (2011), exige-se alta qualificação. Por fim, Bauman (2001) insiste na questão da insatisfação perene dos indivíduos da alta-modernidade “Você não está mais livre quando chega ao final; você não é você, mesmo que tenha se tornado alguém” (BAUMAN, 2001, p.74).

Diante da esteira histórica que o presente estudo vem percorrendo, atinge-se um ponto em que é possível perceber que as transformações aconteceram primeiro nas noções de tempo e espaço e assim a realidade foi pasteurizando-se (LYOTARD, 1998). O vivencial foi trocado pela aparência, o fato pelo simulacro, o real pelo virtual, as expressões pelas imagens. Aparência, simulacro, virtualidade e imagens passam a exercer valor essencial na vida social e no imaginário das pessoas à medida que se acelera e generaliza o método de racionalização das organizações e atividades, das relações e composições sociais fundamentadas na técnica, na eletrônica, robótica, informática e telemática (IANNI, 2003).

No entendimento de Dufour (2001), o risco fabricado apareceu na autonomização do indivíduo como imaginário máximo, ou seja, na premência do “eu” individualizado e livre para tudo. A partir dessa confiança, os sujeitos tenderam a uma percepção deles mesmos como autofundadores. Entretanto, essa percepção provoca, contraditoriamente, um sentimento de impotência, uma vez que ter autonomia e liberdade para tudo é um ideal inalcançável. Os sujeitos ficam a serviço

do fracasso, já que não conseguirão tudo o que esperam para as suas vidas. A vergonha do fracasso tornou-se o sentimento circular na alta-modernidade, suprimindo a culpabilidade na modernidade.

O nascimento de um novo sujeito pós-moderno (DUFOUR, 2005) constituiu-se em consenso com os princípios do pensamento aberto que, a partir da segunda metade do século XX, prevalece nas relações econômicas das sociedades ocidentais. De certa forma, é possível dizer que o sujeito pós-moderno se estabelece na transposição do modelo liberal bem-sucedido até então na economia. A confiança de autorregulação do mercado causou confiança parecida nas subjetividades: existiria nos sujeitos uma faculdade de autorregulação, deixando-o de fora de qualquer mecanismo de regulação coletivo. Essa dialética tem tornado as sociedades doentes de individualismo na medida em que a formação do “eu” fica muito fixada nos materiais simbólicos em circulação nos espaços mediados e sai das interações face a face, em que os valores tradicionais da identidade são mais presentes (THOMPSON, 2012).

Desse modo, a precisão de comunicação se revigora sob outro aspecto no qual seria: o individualista. No vazio da troca e no eclipse do face a face, percebe-se o gosto da comunicação midiática, permitindo relacionar-se, mas ao mesmo tempo continuar livre e inominado, intercambiando conhecimentos com desconhecidos com a mediação das plataformas cibernéticas. É o que Lipovetsky (2004) chama de cair nas redes deslocadas. A decadência da comunicação intersubjetiva deixa nas pessoas a impressão de vazio, de incompreensão, de estar só, de não ser compreendido, e – assim – por muitas vezes, estarse perdendo.

Stuart Hall (2006, p. 7) principia um debate a propósito da formação da identidade nos dias de hoje nos seguintes termos:

as velhas identidades, que por tanto tempo firmaram o mundo social, estão em decadência, fazendo aparecer novas identidades e fragmentando o sujeito moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada crise de identidade é vista como parte de um procedimento mais vasto de mudança, que está deslocando as composições e processos centrais das sociedades modernas e agitando os quadros de referência que ofereciam aos indivíduos uma fixação estável no mundo social.

O autor introduz desse modo, o conceito de fragmentação na nova sociedade globalizada, deixando claro que há espaço para o diverso, àquilo que não é tradicional. Esse período histórico-cultural é chamado por Hall (2006) de

“modernidade tardia”, entretanto, é um termo ainda em contenda e as hesitações terminológicas “modernidade líquida” em Bauman (2001), “alta modernidade” em Giddens (2001), “sociedade pós-industrial” por De Masi (2001), “sociedade pós-estruturalista” ou “pós-modernidade” por Jameson (1997), Harvey (1993) e Lyotard (1998) – refletem tão somente nuances das compreensões ontológicas.

Do ponto de vista da dinâmica social, alguma coisa totalmente nova aparece: o elemento integrador de coesão social desmoronou-se. O que era sólido derreteu-se (BAUMAN, 2001). As metanarrativas de base pessoal, grupal e estrutural esvaíram-se. Essa nova era que está sendo gestada é a chamada terceira corrente pós-modernista: o fim da modernidade, no qual a única coisa segura é a incerteza (HARVEY, 1994, p. 103).

Como se vê, um período de tempo relativamente pequeno tem provocado mudanças gigantescas. "A história não tem a forma 'totalizada' que lhe é conferida por suas concepções evolucionárias" (GIDDENS, 1991, p. 11). A história é descontínua, logo é preciso desconstruir esta unicidade evolutiva de sucessão de eventos escritos muitas vezes a partir de idiosincrasias. O compasso das transformações, o escopo de influência mais global e a natureza intrínseca das instituições são alguns dos aspectos mais proeminentes da modernidade, descrições características deste momento histórico. Giddens, (1991), chama atenção para as dualidades, segurança / perigo e confiança / risco, imersas pela difusão em escala mundial das instituições modernas. Os paradoxos da modernidade operam sempre com, pelo menos, dois extremos; ao mesmo tempo em que ajustam mais segurança e oportunidade aos indivíduos, despontam um lado nebuloso, como o autor cita, imprevisível pelos “patriarcas” fundadores da sociologia, que confiavam que as possibilidades benéficas ultrapassariam as particularidades negativas.

3.4 Mudanças em torno da instituição familiar

Atualmente, de modo geral, verifica-se uma condição de dispersão nas relações humanas, com respeitáveis repercussões no contexto intersubjetivo do grupo familiar. As fronteiras entre os subgrupos são muito delicadas e as relações entre os sujeitos têm se complexificado, o que reflete expressivamente nas produções subjetivas. Isso não quer dizer que as relações tenham caído em desuso.

Sem o outro não há sujeito, a parceria sempre foi e permanecerá sendo imprescindível, no entanto, encontra-se, atualmente, muito empobrecida em seu valor simbólico: de autoridade, de amor, de cumplicidade e assim por diante. Nesse sentido, as funções dos indivíduos no grupo e, mais designadamente, diante de cada componente complementar vêm se tornando cada vez mais frágeis e facilmente descartáveis (PASSOS, 2007).

Deste modo pode-se dizer que todos esses enfoques vinculares são características de um mundo individualista, no qual as relações se tornam mais imaginadas e se fragilizam à medida que prevalece a procura do “outro” para a sustentação do “eu”. Para Lipovetsky (1994, p. 83),

o indivíduo se mostra cada vez mais aberto e cambiante, fluido e socialmente independente. Mas, essa volatilidade significa muito mais a desestabilização do eu do que a afirmação triunfante de um indivíduo que é senhor de si mesmo. Testemunho disso é a maré montante de sintomas psicossomáticos, de distúrbios compulsivos, de depressões, de ansiedades, de tentativas de suicídio, para nem falar do crescente sentimento de insuficiência e auto-depreciação.

Também para Giddens (1991), transformações estruturais intensas vêm gerando grandes mudanças políticas e sociais, pré-determinando o viver contemporâneo. Esse modo de vida estaria gerando confusões individuais tais como: impressões de vazio, picos de emoções positivas e negativas, de intranquilidade. A responsável por tais “constatações” seria a globalização, que estabelece um método de alongamento do ser; o “eu” pode estar em diferentes espaços ao mesmo tempo em que pode assumir mais de uma identidade, manifestar diversos comportamentos – tudo na tentativa de adaptar-se melhor ao que é posto para viver com mais plenitude.

Na mesma direção, Fernandes (2004), afirma que na alta-modernidade a sociedade passou a trazer uma mentalidade menos homofóbica em relação às uniões homossexuais, a igreja perdeu grande parte do comando e influência que desempenhava sobre seus fiéis e a prática sexual deixou de ser vista como uma perversidade para se tornar uma livre expressão da sexualidade individual do ser humano. Seguindo o contexto das mudanças na instituição familiar, percebe-se uma nova atitude social frente à homossexualidade; observa-se então mais tolerância,

respeito e menos radicalismo, menos avaliação alheia²⁶. Com a redução desses comportamentos que as pessoas traziam sobre a orientação homossexual dos indivíduos, têm-se crescentes registros de famílias formadas por pessoas do mesmo sexo, unigeracional e menos estáveis. No jogo característico da alta-modernidade, da opção e risco, essas novas formas de relacionamentos apareceram fundamentadas no afeto; enfim, tanto o homem quanto a mulher têm mais independência pura para propor aquilo que melhor acolhe aos seus anseios pessoais (RIOS, 2002).

Outro reflexo que possibilita ilustrar as mudanças nos arranjos familiares é a decadência na figura tradicional do matrimônio. Segundo dados do IBGE (2010), nas últimas duas décadas o número de divórcios cresceu mais de 200 por cento no país; de cada quatro casamentos brasileiros, um tem prazo de validade. Essa transitoriedade ou mobilidade tem raízes no pensamento individualista, pelo qual o julgamento de trocar de parceiro ou parceira se dá mais rapidamente. Nos períodos pré-modernos (e ainda hoje em algumas culturas) a separação era associada a valores não aceitáveis, não admiráveis (FERRO-BUCHER, 1999).

Ao tratar “A antropologia diante dos problemas do mundo moderno”, Claude Lévy-Strauss (1908-2009) escreve que não se pode dar extremo destaque e, mais que isso, a ciência não deve preocupar-se ou tentar responder aos questionamentos discursivos sobre as relações “exóticas” serem ou não moralmente aceitas, ou, por exemplo, sobre a fertilidade assistida dever ou não ser permitida. O antropólogo e filósofo francês defende outra postura:

Aos juristas e moralistas impacientes demais, os antropólogos prodigalizam conselhos de liberalismo e de prudência. Mesmo as práticas e as aspirações que mais chocam a opinião pública têm seu equivalente em outras sociedades que se comportam bastante bem. (LÉVY-STRAUSS, 2012, p. 48)

A autoridade com que o autor acima citado manifesta essa postura necessária ao corpo científico é de quem realizou estudos antropológicos vastos e exaustivos em sociedades e comunidades de quase todas as regiões do mundo. No Brasil, entre 1930 e 1940, Lévy-Strauss estudou a vida coletiva dos índios Tupi-Kawahib.

²⁶O filme “Minhas mães e meu pai”, lançado em 2010 e dirigido por Lisa Cholodenko, conta a história de uma família forçada a enfrentar problemas de natureza pós-moderna. No longa são explorados temas como a sexualidade, a doação de espermatozoides e o uso de drogas.

Na alta-modernidade, o mundo do trabalho igualmente passou por alterações significativas que repercutiram no seio das famílias com reflexos noutras instituições sociais. Isso ocorreu de maneira gradativa e devido, principalmente, à necessidade de ampliação das fontes de renda do grupo familiar. Além disso, como mencionado no capítulo anterior, ocorreu uma remodelação social marcante no que se refere à necessidade de alta qualificação, fruto da globalização econômica. Para Harvey (1989), muitas das mudanças no mercado de trabalho, como a flexibilização das jornadas, foram aceitas como favoráveis por serem imprescindíveis à manutenção do capitalismo, por acontecer em prol da conservação do capital, ou seja, por cultivar as mesmas premissas com vistas à lucratividade.

Assim, a participação da mulher no mercado de trabalho também tem contribuído para as mudanças da alta-modernidade na instituição familiar. Claro que esse não é um fato tão recente assim porque elas já estavam atuantes no início da industrialização, na indústria têxtil, e no século XIX, na agricultura. Contudo, sem dúvidas foi no último século que a mulher passa a se colocar no mercado de trabalho em definitivo logrando para si diversas outras funções que antes eram unicamente masculinas (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002). A presença da mulher deixou de lado barreiras antes existentes. Sem distinção, na contemporaneidade verifica-se o fazer feminino nas forças armadas, nas áreas de segurança e justiça, como, por exemplo, na polícia e no judiciário (GALEAZZI, 2003). Destaca-se aqui também o fato de, em 31 de outubro de 2010, o Brasil eleger Dilma Rousseff – com quase 56 milhões de votos – para o cargo de presidente da República; a primeira mulher na história do país.

Conforme pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2001), a presença da mulher no mercado de trabalho também possui dicotomias características da alta-modernidade. Se a mulher *escolhe* trabalhar fora, enfrenta o *risco* da “reação masculina violenta à desestabilização – ou ameaça de – do modelo pátrio de poder nas relações conjugais” (p. 21). Estes modelos pátrios remontam ao período colonial, praticamente.

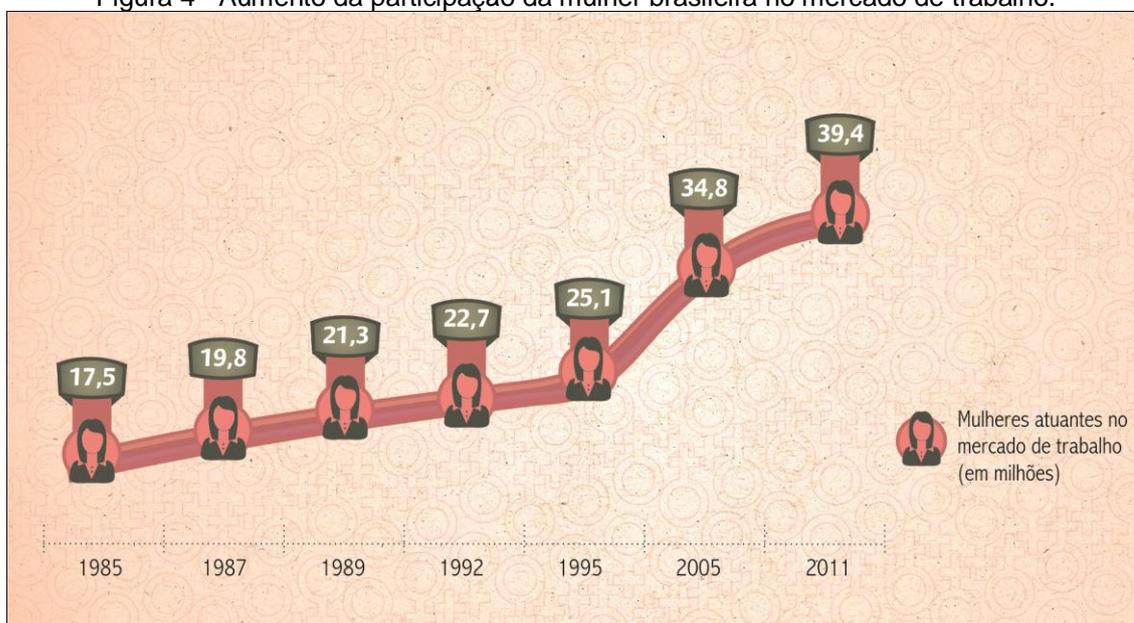
Na contemporaneidade, as brasileiras possuem mais escolaridade que os homens; são 7,5 anos de estudos para elas e 7,1 anos para eles, em média. Quanto ao rendimento médio mensal, os homens recebem, em média, R\$ 1.417,00, já as mulheres R\$ 997,00 (PNAD/IBGE, 2011). Na interpretação de Veturi e Recán (2006),

esse é um dos dados que desnuda os desequilíbrios e desigualdades frente aos gêneros no cenário nacional. Para os autores:

erra muito quem, ao pensar nas mulheres brasileiras hoje, visualiza a dona-de-casa, conformada e satisfeita com sua dependência e submissão ao marido, ou a espera de um. Não é assim que elas se vêem, não é assim que elas vivem. A inserção no mercado de trabalho é valorizada sobretudo por possibilitar a construção de sua autonomia, ou ao menos por trazer independência econômica em relação aos (seus) homens. Mas também erra quem pensa só na trabalhadora, ou seja, na condição da mulher apenas do ponto de vista das classes sociais. Como vimos, já no mercado ou buscando entrar, a maioria das brasileiras acumula o trabalho fora, remunerado, ao trabalho doméstico não pago, a contragosto, suportando a experiência estafante da dupla jornada – um dos traços mais característicos de sua identidade de gênero (VETURI, RECÁN, 2006, p. 28).

Segundo dados do IBGE (2006), em 2005, o Brasil possuía 96 milhões de brasileiros na chamada População Economicamente Ativa (PEA); o marco do ano foi a aproximação dos percentuais de homens e mulheres na composição do número total de trabalhadores formais: 56,4% homens e 43,6% mulheres. O apanhado histórico representado na Figura 4 deixa clara uma curva crescente da presença da mulher no mercado de trabalho brasileiro:

Figura 4 - Aumento da participação da mulher brasileira no mercado de trabalho.



Fonte: elaborado pelo autor a partir das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios 2001; 2005; 2011 do IBGE.

Se a mulher passou a trabalhar menos como “administradora do lar”, certamente em casa também existiram mudanças. Sem a esposa dedicada aos afazeres domésticos, o marido precisa assumir parte das tarefas antes executadas

prioritariamente pela mulher – ou contratar alguém para exercê-las. Os filhos passaram a frequentar berçários e creches cada vez mais cedo. Com a rotina “extra lar”, por assim dizer, as refeições dos integrantes do grupo familiar também ganham as ruas. Logo, percebe-se que a figura feminina no mercado de trabalho carrega consigo diversas outras alterações sociais. A pessoa idosa também pode ter sido foco dessas mudanças pela ausência da mulher nos lares, visto que assim o idoso pode ter ficado sem companhia.

3.5 O imediatismo na alta modernidade

Como se vê dissertando, na complexidade da alta-modernidade as instituições sociais adquirem contornos novos e diferentes das formas antes existentes. Logo, o chamado pós-moderno, seria um tempo em que alguns aspectos da modernidade surgem de forma diferente daquele tradicional e conhecido e essas mudanças se dão, como têm mostrado Giddens (1991) e Bauman (2001) et al, pela captura da natureza da descontinuidade. Deste modo fala-se que o termo pós-moderno é apropriado para as modificações culturais ocorridas no período do pós-industrialismo, mas, não é modificação de paradigma, é um conjugado pós-moderno de pressupostos, experiências e teorias de um tempo já existente.

Uma das primeiras aparições do termo “pós-modernidade” foi no livro “A condição pós-moderna”, em 1979, de Jean-François Lyotard (1924-1998). Na obra, Lyotard diz que a “pós-modernidade” é um período histórico seguido de transformações gerais nas condições da vida humana. Entretanto, na visão do autor, é um período de continuidade à modernidade, por seguir paradigmas dessa realidade anterior (ANDERSON, 1999).

Sabe-se então que há uma ordem nova que rege estilos de vida e atitudes. Vive-se numa seara que conduz (ou conduziu) para além da própria modernidade. O viver modernamente remonta às transformações acontecidas nos três ou quatro últimos séculos, surgidas na Europa (a partir do século XVII) e depois difundidas pelo globo. Como consequência, algumas formas sociais presentes instituíram chances “bem maiores para os seres humanos gozarem de uma existência segura e gratificante que qualquer tipo de sistema pré-moderno” (GIDDENS, 1991, p. 13).

A partir da década de 1950, estilos de vida mais reservados se tornaram proeminentes na propaganda e na cultura de consumo. Os especialistas tinham se convencido de que o modo de vida refletia os padrões de consumo e rapidamente a comunicação deu-se conta disso. Alguns discursos característicos passaram a ser incorporados ao cotidiano: “‘yuppie’, ‘mauricinho’, ‘patricinha’, ‘victéen’, ‘ganguro girl’, ‘sk8er’, ‘clubber’ são algumas das taxonomias midiáticas, empregadas, por vezes, com um tom de crítica moral e sem maiores preocupações com a severidade sociológica” (O’SULLIVAN, 1994, VYNCKE, 2002 *apud* FREIRE FILHO, 2003, p. 91).

Para Giddens (1991) um dos traços acentuados da modernidade refere-se ao modo de vida que ela instituiu, e que desvencilhou os atores de todos os tipos habituais de ordem social, de maneira incomparável. Essas modificações, em termos intencionais, geram alterações nas mais íntimas e pessoais particularidades da existência. Destarte, fica a síntese de que os estilos de vida estabelecem padrões nos quais o pluralismo e a complexidade da identidade pós-moderna são explorados pelos demais operantes do “sistema” – como o capitalismo, que por meio do comércio estabelece necessidades (i) reais que “precisam” ser supridas imediatamente. As pessoas que convivem nessa confluência de interesses e angústias não podem mais se ampararem na estabilidade proporcionada pelos modos de vida habituais, comunitários; assim, o estilo de vida passa a funcionar como uma âncora para a formação da identidade. Como já mencionado, essa âncora não tem local determinado e constantemente muda de “terreno”.

Numa interpretação mais profunda realizada por Fiske (1989), Chaney (1996) e Willis (1990) essas conseqüentes fragilidades identitárias exploradas em prol da manutenção do consumo, adormecem e anestesiaram inúmeras maneiras por meio das quais as indústrias cultural, da beleza e da moda, capitalizam. Noutras palavras, essas frequentes dicotomias de opção e risco motivadas pela atual primazia dos estilos de vida da alta-modernidade representam um nicho para o capitalismo. Acredita-se, dificilmente alguém negaria que tal sistema está sabendo aproveitar e potencializar essa situação de crise das relações sociais.

Por sua vez, Bauman (2001) pondera com Giddens (1991) manifestando que o processo de liquefação dos “sólidos” levou a humanidade à progressiva libertação da economia de seus embaraços políticos, éticos e culturais. Sendo assim, para este autor, esse é o aspecto central da “modernidade líquida”: induz ao fim das metanarrativas, isto é, o fim das visões totalizadoras e universalistas. A pós-

modernidade procura a abrangência sob o foco das sensibilidades e das interações em uma dimensão comunitária e grupal. O que não quer dizer uma renúncia da modernidade, mas uma tensão constante e dinâmica entre estes processos (BAUMAN, 2001).

A sensibilidade pós-moderna é diferente tanto do modernismo quanto do vanguardismo exatamente porque põe a questão da tradição e da conservação cultural como assunto estético e político fundamental, ainda que nem sempre apresente êxito. Entretanto,

o pós-modernismo atual atua num campo de tensão entre tradição e inovação, conservação e renovação, cultura de massas e grande arte, em que os segundos termos já não são automaticamente privilegiados em relação aos primeiros; um campo de tensão que já não pode ser compreendido mediante classes como desenvolvimento *versus* reação, direita *versus* esquerda, presente *versus* passado, modernismo *versus* realismo, abstração *versus* representação (HUYSSSEN, 1991, p. 74).

Aos poucos, vai-se percebendo que de fato o avanço científico e tecnológico criou condições inéditas para novos estilos de vida e que compreendê-los exige atenção à complexidade. A esse respeito, Giddens (1991) aponta que, na alta-modernidade, escolher determinado estilo de vida é uma obrigatoriedade para os indivíduos. Casar-se ou viver mais descomprometido de relacionamento tornou-se uma alternativa na qual são analisados os riscos. Isso provoca por muitas vezes possibilidades de angústias, pois, como avaliou Bauman (1999), a variedade de escolhas consecutivamente oferecidas para os indivíduos provoca ambivalência. Essa é experimentada como angústia de estar frente a uma variedade de escolhas sem apresentar um critério de orientação sobre o que fazer. Portanto, a escolha do estilo de vida tornou-se componente de investigação de especialistas.

3.6 Considerações

O que se verifica até aqui são proposições de retratos do percurso do homem na história recente. Se a ciência moderna serviu de base para a revolução industrial e o movimento ciberneticista gerou a sociedade em rede, o alta-modernidade produziu atores sociais mais individualistas, que são chamados desde o nascimento a cumprirem padrões que não são mais definidos por instituições sociais tradicionais como ocorrera nos períodos pré-moderno e moderno. As cobranças para com as

pessoas contemporâneas são ancoradas e desancoradas em diversas realidades diferentes, nas quais tempo e espaço não são mais definidos. A formação da identidade radicou para o efêmero.

A problemática da presente pesquisa lida com um grupo específico que muitas vezes, sem querer colocar o idoso como sujeito passivo, tem dificuldades para compreender e adaptar-se aos rumos sempre mais numerosos e diversos da sociedade altamente moderna. Como visto, além de cuidar mais de si mesmo, idoso perde a companhia em casa em razão de que as gerações em idade economicamente ativa precisam ausentar-se de casa. No mais, não se pode negar que quando cada qual pensa mais em si próprio, pensa menos no outro. Logo, o idoso precisa de mecanismos estatais que lhe garantam condições de emancipação plena, de proteção social.

Se há algumas décadas o divórcio era rotulado pejorativamente a ponto de nem ser cogitado por muitos, hoje ele quase deixou de existir por um problema axiomático: o casamento que é condição primeira para o divórcio também diminuiu consideravelmente. As famílias estão menores, mais qualificadas, ganham mais e gastam mais. Os espaços sociais servem de comprovação e dão suporte a essas afirmações. Assim nos vemos contemporaneamente: sempre diante de dicotomias, dualismo.

Embora pareça escatológico o olhar à alta-modernidade, os avanços científicos e tecnológicos dos últimos séculos fizeram com que aumentasse a esperança de vida humana. A seguir, abordar-se-á o envelhecimento da população humana e alguns desdobramentos dessa realidade.

4 TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E O CONHECIMENTO SOCIOLÓGICO

4.1 Introdução

Nos sistemas complexos em que a sociedade ocidental se encontra existem alguns temas que não saem da pauta do Poder Público há algumas décadas. A transição demográfica é um deles. Nos chamados países desenvolvidos, o aumento da população vem sendo discutido e estudado há mais tempo que naqueles em desenvolvimento. No Brasil, institutos de pesquisa como o IBGE e o IPEA esforçam-se para conhecer os números absolutos e relativos bem como para interpretar seus reflexos na realidade. O Censo demográfico realizado pelo IBGE a cada dez anos é fonte de informações para diversos projetos de lei e políticas públicas. Os dados levantados são muitos e as variáveis também, mas, desde que foi criado em 1872, em suas doze edições, o Censo demográfico brasileiro chegou à mesma conclusão: há aumento populoso (mais pessoas por quilometro quadrado) e aumento na idade mediana. As razões que justificam esses dados estão diretamente ligadas ao avanço científico e tecnológico propiciado pela ciência moderna.

Neste terceiro capítulo, busca-se apresentar a realidade brasileira no que se refere aos estudos demográficos, mostrando mais especificamente as razões pelas quais o país vem se tornando “grisalho”. Ainda, o texto tenta responder em que medida o idoso está contido na construção do conhecimento sociológico. Nesse aspecto, são retomadas questões do individualismo, mas agora numa perspectiva mais estatística. Sabe-se que o envelhecimento populacional antecipa-se às projeções e que, atrelado a ele, a alta-modernidade transplanta mudanças nas estruturas familiares, hábitos de consumo e de comportamento. Assim, considera-se crucial relatar de que forma as ciências sociais, especialmente a sociologia, vêm se preparando para desempenhar seu papel, na interdisciplinaridade, enquanto lugar das explicações da realidade e fonte de conhecimento científico para contribuir com o desenvolvimento. Nesse sentido, são apresentadas as teorias sociológicas da gerontologia, uma disciplina que tem ganhado espaço no científico justamente por tratar do tema envelhecimento na acepção do “bio-psico-social”.

Dentre as nuances trabalhadas nas páginas que se seguem, notar-se-á com frequência que os avanços da ciência moderna, com conseqüente desenvolvimento

de tecnologias, novamente assume papel de vanguarda para a confirmação do cenário de aumento da longevidade, queda das taxas de mortalidade e natalidade, aumento da esperança de vida, dentre outros. Desde muito antes do início das pesquisas demográficas, quase ciclicamente o país era assolado por doenças infectocontagiosas que levavam centenas de vidas. Nos cenários nacional e mundial, a infraestrutura em saneamento básico, o cessar das guerras e a diminuição das sociedades que passam fome também têm participação na elevação da longevidade e conseqüente aumento populoso. Com o desenvolvimento e a especialização da indústria farmacêutica, vacinas e drogas asseguram a vida de muitos e, de uma década a outra, as curvas dos gráficos comprovam tal afirmação.

Não somente nas pesquisas biomédicas a ciência e a tecnologia foram e estão sendo decisivas para o aumento da longevidade e da qualidade de vida. O Estado, por meio de diferentes instrumentos políticos, conseguiu importantes garantias de assistência aos idosos, grupo etário que mais cresce no país. Porém, se perceberá que existem consideráveis distâncias da redação das políticas até as efetivas aplicações dessas tecnologias no social. De qualquer forma, em algum momento, há de existir a prerrogativa legal.

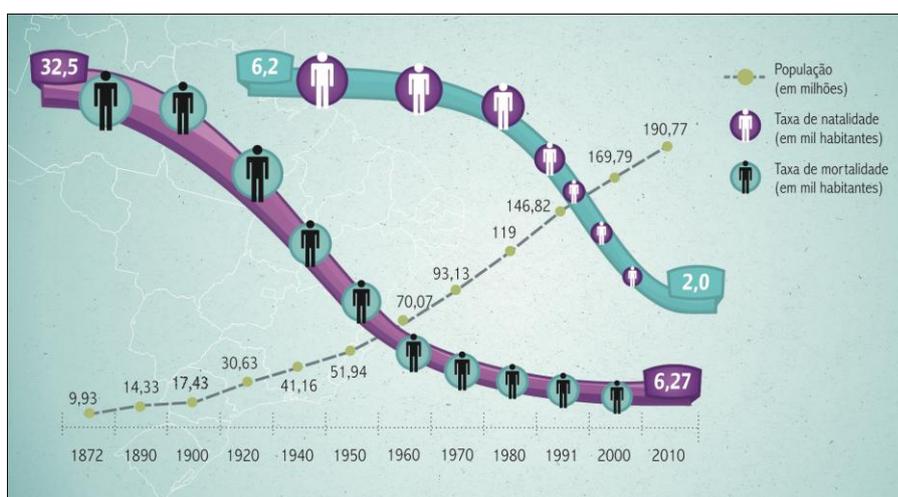
4.2 Tecnologia e transição demográfica

Na gênese dos estudos demográficos existem pelo menos três teorias mais conhecidas: a teoria de Thomas Robert Malthus (1766-1834) divulgada no Século XVIII, que defendia o controle da natalidade para acabar com a fome e a miséria do mundo uma vez que a população crescia muito mais que a produção de alimentos (MALTHUS, 1996); a teoria Reformista ou marxista, que se opunha aos estudos de Malthus e afirmara ser a miséria a responsável pelo aumento populacional – apostava na educação e na correta distribuição dos alimentos para gerar quase que espontaneamente ideais de planejamento familiar; e, a terceira teoria, a de Warren Thompson (1887-1973) que, em 1929, propôs o "Demographic Transition Model". O estudo do americano representa um modelo que analisa a dinâmica demográfica em quatro momentos diferentes: pré-moderno, industrial, moderno e pós-industrial (MOREIRA, SENE, 2005). Na contemporaneidade, já se aceita uma quinta fase ao modelo de Thompson, seria uma sequência da pós-industrial em que o número de mortes supera o número de nascimentos. Ou,

“crescimento populacional negativo” (WONG, CARVALHO, 2006). Mas, apesar dessa possível quinta fase, a superpopulação mundial cresce ano a ano, desafiando os governos e os intelectuais da área.

No Brasil, sabe-se que população atingiu 190,7 milhões²⁷ de habitantes e está crescendo em média 1,17% ao ano, bem menos que os 3% registrados no recenseamento-geral da década de 1950. Porém, apesar da diminuição no percentual de crescimento anual, a dinâmica da transição demográfica tem outros fatores que explicam o fato de o país estar cada vez mais povoado – com mais habitantes por quilômetro quadrado. Até a década de 1940, a fecundidade e a mortalidade subiam linearmente. Entretanto, cinco anos mais tarde, a taxa de mortalidade começou a cair, principalmente em razão dos avanços científicos e tecnológicos na área da saúde, a chamada revolução médico sanitária. Em seguida, nos anos de 1950, a fecundidade mostrava tendências a estabilizar-se, descendo significativamente a partir dos anos 1970 – quando a mulher passa a integrar-se mais aos mercados formais de trabalho e as famílias vislumbram a necessidade radical de planejamento familiar com consequente diminuição no número de filhos pela crise econômica em que o país mergulhara²⁸ (IBGE, 2011; BANDEIRA, 1996).

Figura 5 - Aumento da população e diminuição das taxas de natalidade e mortalidade.



Fonte: infográfico elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE.

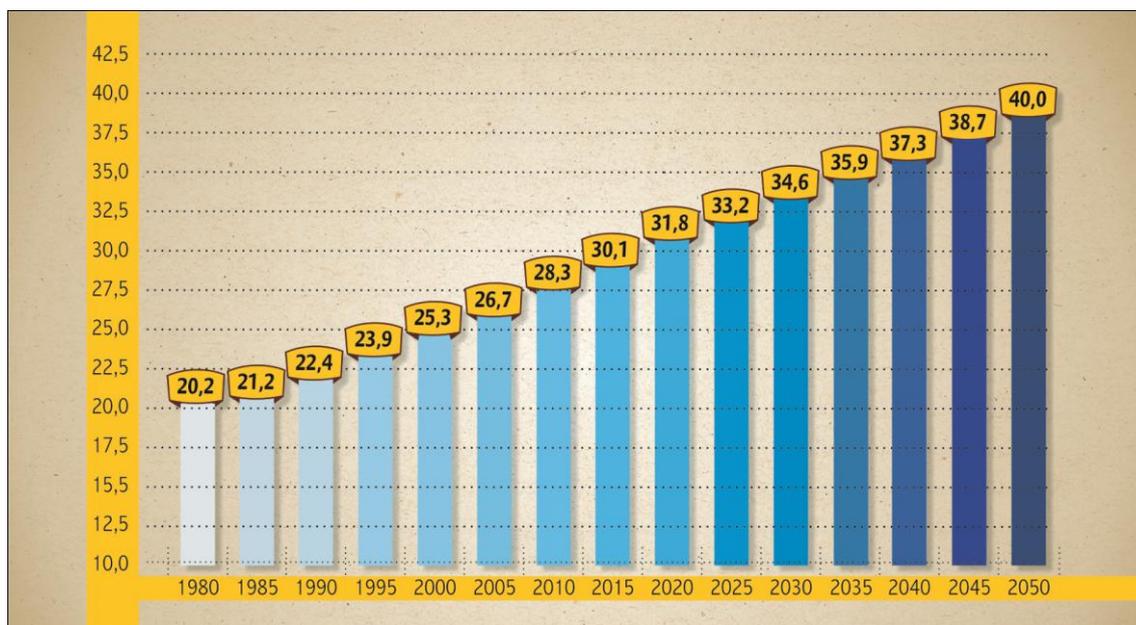
²⁷ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2011, divulgada em setembro de 2012 pelo IBGE, projetou que o Brasil já teria 195 milhões de habitantes.

²⁸ Num mesclo da crise mundial do petróleo, em 1973, do período brasileiro da Ditadura Militar (1964-1985) e dos empréstimos dos países em desenvolvimento a bancos internacionais, seguidos de baixa nas exportações, o Brasil entra num perigoso esquema de dívida internacional e alta na inflação. Foram necessários quase dez anos para o governo conseguir arrolar as dívidas junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e, assim, liberar a economia (BARBOSA, 1992).

Na Figura5 fica expressa a elevação da população nacional desde 1872, quando o IBGE realizou o primeiro Censo, até 2010, pesquisa mais atual. Estão postos também na figura5 os índices históricos de natalidade e de mortalidade. Destarte, com base no infográfico, percebe-se estatisticamente que, apesar de o Brasil crescer menos em números absolutos, o país está “mantendo” mais habitantes dentro das suas fronteiras. Isso implica noutra realidade: o redesenho da pirâmide etária com aumento da idade mediana da população. Noutras palavras, o fenômeno do envelhecimento.

Um dos dados estatísticos calculado pelo IBGE que aponta o envelhecimento na população é a idade mediana. Conforme ilustra a figura 6, a idade mediana do Brasil assumiu uma curva ascendente que vai de 20,2 anos em 1980 para 28,3 anos em 2010. Segundo as projeções do IBGE (2010), em 2050 esse valor será acrescido em quase cem por cento: 40,0, portanto.

Figura 6 - Histórico e projeção da idade mediana da população brasileira (1980-2050).



Fonte: Adaptado de IBGE (2010)

A população idosa nacional é o grupo etário que apresenta os maiores índices de crescimento. No Brasil, a proporção de idosos em relação ao total de habitantes “era de 3% em 1991, 3,6% em 2000 e passou para 4,6% no Censo de 2010” (IBGE, 2011, notas técnicas). Assim, este parece ser um dos grandes desafios do futuro: garantir qualidade de vida a essa população específica. Segundo

estimativas do IBGE²⁹, a atual soma de pessoas com mais de 60 anos de idade é de 11 milhões de habitantes, mas deverá, até o ano de 2025, passar para 30 milhões – o que representará 15% da população nacional (IBGE, 2011).

A transição demográfica e o envelhecimento da população não é uma exclusividade do Brasil. Agendas públicas e privadas das diversas nações olham de maneira especial para este tema, principalmente pelas consequências geradas a curto e em longo prazo. Hoje, o planeta abriga seis bilhões de pessoas; todas estas seriam direta ou indiretamente afetadas se as projeções de nove bilhões de pessoas na Terra, em 2050, forem confirmadas (O'NEILL et al. 2010). Ao estudar impactos da revolução demográfica no meio ambiente por meio da liberação de gases relacionados ao efeito estufa, O'Neill et al. (2010) indicam ainda que não se pode ver apenas o aumento da população, é necessário perceber que existirão, por consequência, reestruturações dos espaços com maior urbanização, redução das famílias multigeracionais e aumento expressivo nas faixas de maior idade (p. 17521–17526).

Sobral (1995) et al. dizem que o Brasil é um país que tem em valores absolutos uma considerável população jovem, entretanto, ao considerar que o idoso é a faixa etária nacional que mais cresce, as políticas públicas estratégicas precisam voltar o olhar para essa informação: dois grandes grupos, de certa maneira economicamente não produtivos, e que exigem muitos recursos sobretudo em um país que apresenta grandes dificuldades na gestão, tratamento e prevenção de doenças.

O mesmo fenômeno de crescimento demográfico pode ser verificado na América Latina. De acordo com o Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (2011), além da revolução demográfica, há uma clara reestruturação das faixas etárias o que redefine a pirâmide populacional desses países. Em 1950, os idosos que viviam nos países latino americanos representavam 6,4% do total de pessoas idosas do mundo; em 2011 um novo levantamento apontou que essa representação subiu para 8,3%.

As alterações na distribuição da pirâmide etária se refletem no acréscimo da participação da população idosa em relação aos demais grupos etários. Acontece, por conseguinte, uma redução dos grupos mais jovens e a ampliação total

²⁹ IBGE (2011), Síntese dos Indicadores Sociais.

da população adulta, individualmente da idosa. Esta nova configuração etária significa o aumento da esperança de vida ao nascer, da população brasileira, a qual recentemente foi avaliada em 70,6 anos para homens e 77,7 anos para as mulheres (IBGE, 2011)³⁰.

A verificação do aumento da longevidade no Brasil pode ser confirmado não apenas pela pirâmide etária do IBGE, mas também (curiosamente) pelas notas de falecimento de idosos. Foi assim que Côrte (2005) estudou essa nuance e, ante o pressuposto de que a longevidade é produzida pelos anos “conseguidos” pelos idosos, o autor pontua que após catalogar e analisar jornais brasileiros de circulação nacional percebeu que as notas de falecimento apresentaram crescimento da idade ao morrer – encontrando nos anos mais recentes muitos casos de óbito aos 90 anos de idade.

Tabela 1 -População de idosos no Brasil: evolução e projeção (1980-2050)

Ano base	Idosos masculinos	Idosos femininos	Total
1980	3.405.006	3.792.898	7.197.904
2000	6.609.588	7.605.769	13.915.357
2012	9.154.711	11.575.895	20.730.606
2025	14.980.693	19.495.380	34.476.073
2050	28.329.840	35.721.140	64.050.980

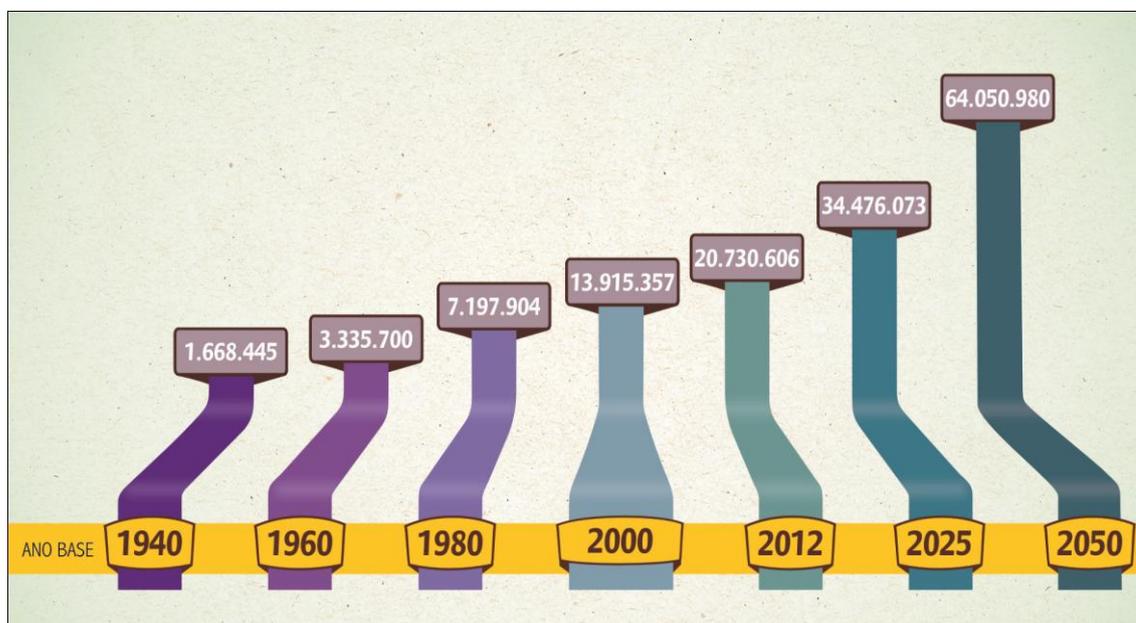
Fonte: elaborada pelo autor a partir de informações do IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2008.

Com relação aos dados do IBGE (2012, *online*), percebe-se que há uma nítida inversão da pirâmide etária nacional. Conforme dados da coordenação de população e indicadores sociais, que faz projeções de cenários com vistas a servir de base aos estudos estratégicos do estado, na década de 1980 a idade média da população era de 20,2 anos, em 2000 esse número subiu para 25,3 e, para 2025, a expectativa é de que um brasileiro viva em média 35,8 anos. Perceba-se que a idade média é diferente da idade mediana exposta anteriormente na Figura 5. Aqui se fala de idade média, que é conseguida por meio da soma das idades de todos os habitantes do país e posterior divisão do montante pelo número de brasileiros. A tabela 1 resume a projeção do crescimento da população idosa brasileira. Percebe-se que as mulheres vivem mais que os homens, conforme já citado por meio da

³⁰ Disponível em www.ibge.gov.br, acesso em 18 dez. 2012.

expectativa de vida ao nascer. A seguir, a figura 7 deixa claro a projeção e o crescimento real da população idosa no Brasil.

Figura 7 - Crescimento e projeção da população idosa no Brasil (1980-2050).



Fonte: IBGE.

Vale mencionar que a questão do envelhecimento e da longevidade humana já se faz presente há muito na história, seja na procura pela eterna juventude, agregada à felicidade completa, ou como inquietação constante do homem em todos os tempos. Na última década, tal demanda tem gerado maior interesse social e científico (BELTRÃO, CAMARANO, 2002).

Como já mencionado, para Côrte (2005), longevidade é o termo empregado para designar o maior tempo de vida alcançado pelas pessoas. Para Carvalho e Garcia (2003), longevidade refere-se ainda ao número de anos existidos por um sujeito ou ao número de anos que, em média, existirão as pessoas de uma mesma geração. Já para Camarano (2004), a longevidade mundialmente sempre foi verificada, no entanto, a novidade neste Século XXI, é o aumento da expectativa de vida ao nascer, consentindo que mais pessoas alcancem idades avançadas. Em estudos recentes, Camarano (2004) expõe sua visão de como convive o idoso brasileiro e qual longevidade é essa a ser calculada no futuro. Assim ele diz:

Embora de forma desigual, os idosos de hoje foram beneficiados com a redução da mortalidade materna, da mortalidade na meia-idade e nas idades adultas e avançadas. São os grandes beneficiários das “pontes de

safena". Sobreviveram às elevadas taxas de mortalidade por doenças infectocontagiosas na primeira infância. Experimentaram um período de expansão econômica, de emprego estável e formal e do Sistema Financeiro de Habitação, mas que acentuou as desigualdades sociais e colocou a pobreza como foco de preocupação. As relações afetivas também foram mais estáveis: casaram e ficaram casados. A fecundidade era elevada e o papel principal da mulher era o de cuidadora dos dependentes da família. O homem manteve-se como o principal provedor (CAMARARO, 2004, p. 589).

Vislumbra-se, então, a partir do que foi dito, um novo cenário para o caso da longevidade brasileira. O estudo do aumento da longevidade no Brasil tornou-se imprescindível para assim se formarem políticas públicas voltadas aos idosos. As atitudes ante o envelhecimento populacional se concretizam à medida que se tem consciência de que as pessoas estão vivendo mais. O impulso da maior longevidade e envelhecimento da população apresenta efeitos sociais, psicológicos e econômicos, que refletem em instituições como previdência social, seguros de vida, aposentadoria e assistência à saúde. Os desafios são muitos. Vários estudos estatísticos sancionam que mesmo com maiores expectativas de vida as maiores demandas no futuro serão por vagas em lares de idosos e por aposentadorias (SCHIRRMACHER, 2005).

Muitas transformações estão ocorrendo na sociedade, e muitas delas implicam no processo de envelhecimento demográfico, que acontece devido ao crescimento do número relativo de pessoas idosas sobre o total da população, ligada à redução de número de jovens, entre 0 e 14 anos. Neste contexto, dados das Nações Unidas indicam que o mundo tem atualmente cerca de um décimo da população com 60 anos ou mais e que em 2050 essa população será de um quinto. Em outras palavras, em 2050 o número de idosos será, possivelmente, superior ao de jovens abaixo de 15 anos (MOREIRA, 1997; 1998).

Além da maior expectativa de vida registrada pelo IBGE em 2011 e da diminuição constante dos índices de mortalidade infantil, a remodelação social contemporânea encontra outras mazelas que são importantes para a compreensão das mudanças que vêm ocorrendo no dia a dia da pessoa idosa. Dados do Censo realizado pelo IBGE no ano de 2010 mostram que 14% dos brasileiros com mais de 60 anos (quase três milhões de habitantes) moram sozinhos. Para a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia esse cenário está atrelado à maior inserção da mulher no mercado de trabalho e à redução do tamanho das famílias, o que acaba por gerar isolamento do idoso e novas configurações sociais (FOLHA, 2012).

4.3 A construção do conhecimento social do idoso

Posto o novo panorama demográfico, têm-se agora novos desafios para a sociedade, em especial a brasileira, sendo então imprescindível estudar e pesquisar o tema quando se pretende conhecer fenômenos relacionados a esse grupo social. Um dos fundamentais encaminhamentos, nesta acepção, tem sido a criação de mecanismos que envolvam/garantam ao idoso seu lugar na sociedade e, sobretudo, a sua cidadania. Essa população compõe-se de pessoas que existem no tempo e no espaço, são possuidoras de sentimentos, pensamentos, percepções, necessidades, desejos e, mais que isso, se apresentam como portadores de direitos e deveres, portanto, são “cidadãos” Teixeira (2008) e Bruno (2003).

Na visão da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2012), a população brasileira depara-se com o processo de envelhecimento sem que as cidades estejam estruturadas para proporcionarem melhores condições para o aumento da qualidade de vida a esse contingente de pessoas que estão envelhecendo. Ainda de acordo com a OMS, muitas das cidades desconhecem a nova realidade social que virá, com as pessoas a cada dia conseguindo estender o seu ciclo vital, adiando, cada vez mais, a chamada velhice. O impacto da transição demográfica repercute principalmente na vida econômica, social, cultural e política.

De acordo com Peixoto e Clavairolle (2005), como a transição demográfica no Brasil tem sido mais rápida do que foi nos países desenvolvidos, seus reflexos estão sendo compreendidos pela sociedade brasileira de forma marcante. Existe um acréscimo da presença respectiva dos idosos e as famílias estão ficando cada vez menores e com arranjos sociais mais diversificados. Também, a população em idade ativa tem se tornado o grupo etário dominante. Pode-se avaliar, por conseguinte, que as bases demográficas da economia e da sociedade têm se alterado velozmente, exigindo um ajuste célere e apropriado que não se alcançará sem a intermediação do Estado por meio de políticas públicas voltadas para essa especificidade (PEIXOTO, CLAVAIROLLE, 2005; REIS, 2011).

Os valores essenciais à representação que uma sociedade tem a respeito da velhice serão os norteadores responsáveis pelas ações que podem (ou não) proporcionar a proteção e a inclusão de seus idosos, bem como a qualidade das relações a serem determinadas com eles (MEDEIROS, 2003). Nas sociedades atuais, a valorização descomunal da força de trabalho pôs os idosos em posição

inferior, aliada ao fato de que as sociedades urbanas industriais indicam o valor do ser humano conforme suas capacidades de produção (DE MASI, 2000). Ao considerar este tema, Almeida (2003) aponta que o processo de envelhecimento no Brasil não se dá de modo igual para todos. Portanto, envelhecer com dignidade não é uma responsabilidade individual, mas sim, uma responsabilidade coletiva. O autor sugere não apenas a criação de políticas públicas como também a garantia de acesso dos idosos a essas políticas. Assim, é clara a necessidade de apresentação de alguns aspectos da proteção social à pessoa idosa no Brasil.

No ano de 1975, o Brasil dá o primeiro passo para firmar uma política social para a velhice com a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que privilegiava as questões voltadas à saúde, à renda, e à prevenção do asilamento (SALGADO, 1982). Foi em 1976, que o MPAS publicou o primeiro documento “Diretrizes para uma Política Nacional para a Terceira Idade”, fruto das conclusões de três seminários regionais acontecidos em São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza, além de um seminário nacional sobre política social da velhice, realizado em Brasília. Os encontros tinham o objetivo de identificar as condições de vida da população idosa brasileira e o apoio assistencial existente para atender as suas demandas (DEBERT, 1997).

As políticas dedicadas à população idosa, até a década de 1980, centralizavam suas ações na garantia de renda e assistência social por meio do asilamento para os idosos em risco social; àqueles que tinham melhores condições sócio-econômicas não eram apresentados programas ou serviços de qualquer natureza. A década de 1980, embora que as grandes questões a respeito do envelhecimento não tenham sido objeto de ações governamentais, representou um período categoricamente rico, em que os idosos começaram a se organizar e apareceram as primeiras associações de idosos no Brasil. Foi ainda na década de 1980 que a sociedade científica começou os primeiros estudos gerontológicos e desempenhou diversos seminários e congressos, sensibilizando, dessa forma, os governos e a sociedade para a questão da velhice (PEIXOTO, CLAVAIROLLE, 2005).

No cenário mundial, o ano de 1982 ficou conhecido como “Ano Internacional do Idoso”, título dado pela União das Nações Unidas (ONU) quando da

Assembleia Mundial sobre a Velhice, ocorrida em Viena na Áustria³¹. Para o Brasil, esse evento pode ser tido como um importante movimento para a transformação na visão política sobre o papel do idoso na sociedade. Para Neri (1991), depois de Viena, passou-se a perseguir o conceito do envelhecimento saudável, tirando o foco exclusivo das políticas voltadas para os idosos dependentes e vulneráveis por meio único de aumento de renda. É importante dizer que o Brasil levou algumas reflexões para a assembleia de Viena, no entanto sabia dos desafios que tinha em “casa”. Nessa assembleia, os EUA e a Índia fizeram diversos seminários para apresentar ao mundo suas visões sobre a velhice. Os norte-americanos destacaram ‘Saúde’, ‘Seguridade de Renda’, ‘Assistência Social’ e ‘Realização Pessoal’. [A Índia] refletia a abertura para a importação de tecnologia gerontológica e a crítica às políticas de segregação etária” (COHEN, 1992, p. 71).

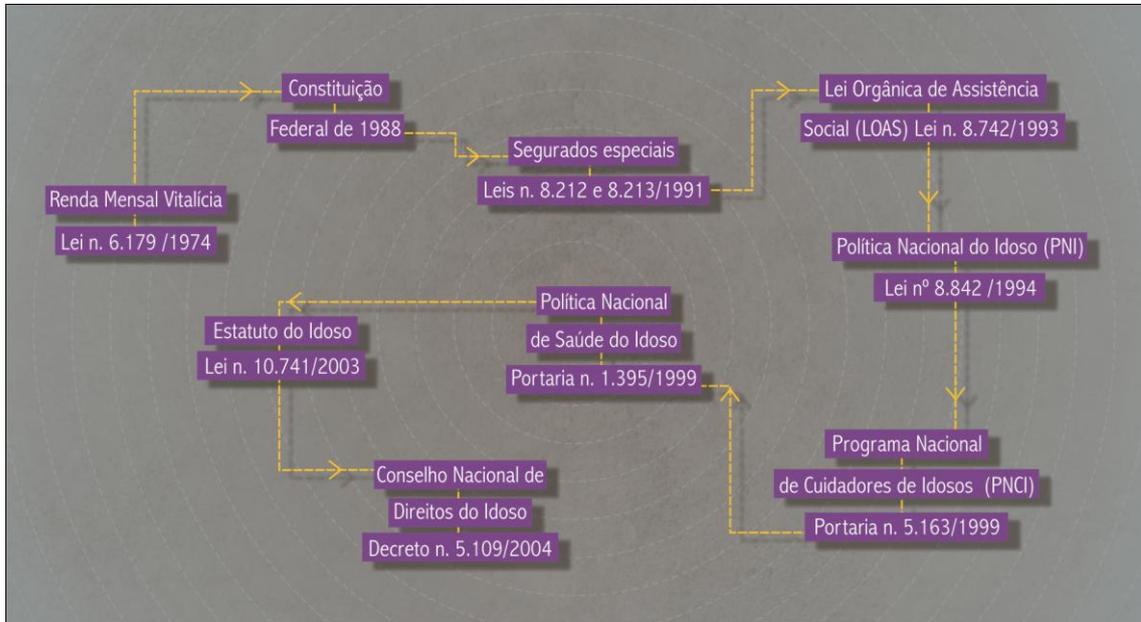
Resultado das discussões mundiais sobre Direitos Humanos, o Brasil adota o tema do envelhecimento saudável no Artigo 230 da Constituição Federal de 1988, o qual estabelece que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 1988). O texto prevê ainda que o idoso seja assistido em sua casa, evitando assim as institucionalizações e, para pessoas idosas com mais de 70 anos, garante gratuidade nos transportes coletivos urbanos.

Um passo atrás, Rodrigues (2010) identifica que – na verdade – o primeiro esforço oficial do governo brasileiro no sentido de propiciar melhor qualidade de vida aos idosos foi idealizado antes mesmo da redação da Carta Magna e da implantação do MPAS, em 1974, pelo presidente Ernesto Geisel (1907-1996). Por meio da Lei n. 6.179, o presidente natural de Bento Gonçalves sancionou a Renda Mensal Vitalícia que “consistia em pagar 50% do salário mínimo às pessoas com 70 anos ou mais, que não recebessem pensão ou aposentadoria e não tivessem nenhuma fonte de renda” (RODRIGUES, 2010, p. 94). Em 1996, a Renda Mensal Vitalícia foi substituída pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), que também independe de contribuição e repassa um salário mínimo aos idosos e pessoas com deficiências. Segundo estudo do Instituto Econômico de Pesquisa

³¹ Em 1966, também na Áustria, ocorreu o sétimo congresso da Associação Internacional de Gerontologia (IAG), criada em 1950.

Aplicada (IPEA, 2010), em 1996 o BPC emitiu 350 mil benefícios contra 3,2 milhões em 2009.

Figura 8 -Percurso histórico dos instrumentos criados pelo Estado brasileiro em prol da pessoa idosa citados neste estudo.



Fonte: Elaborado pelo autor

O terceiro item da figura8 refere-se a uma categoria específica criada para contemplar trabalhadores rurais, pescadores, arrendatários, meeiros e outros que conseguem seus meios de sobrevivência a partir do que produzem/cultivam sozinhos, sem empregados. Na sequência surge, em 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social que, atendendo aos pressupostos da Constituição, estabelece uma rede de serviços e atividades continuadas com vistas à melhoria da qualidade de vida e garantia dos princípios básicos do cidadão. Ainda sob influência dos debates nacionais e internacionais a respeito da questão do envelhecimento, em 1994, a Lei n. 8.842 cria a Política Nacional do Idoso (PNI). O documento foi fundado no princípio de que o idoso é um sujeito de direitos e necessita ser atendido de maneira caracterizada em suas necessidades físicas, sociais, econômicas e políticas (BRASIL, 1994). A PNI traz como desígnio asseverar ao idoso seus direitos sociais, criando condições para gerar sua autonomia, integração e participação real na sociedade. A PNI reconhece a questão da velhice como prioritária no contexto das políticas sociais brasileiras e objetiva criar condições para promover a longevidade com qualidade de vida, colocando em prática ações voltadas não

apenas para os que estão velhos, mas igualmente para aqueles que vão envelhecer. No Art.2º, considera idosa a pessoa maior de 60 anos (CAMARANO; EL GHAOURI, 1999). Vale destacar que inicialmente esses instrumentos citados até aqui reconheciam como beneficiários idosos aquelas pessoas com mais de 70 anos (até 1974), depois 67, 65 e, por fim, 60 anos ou mais, a partir de 2003.

A coordenação da PNI é de competência do órgão ministerial responsável pela assistência e promoção social, com a participação do conselho nacional, dos conselhos estaduais, do distrito federal e dos conselhos municipais do idoso (CAMARANO, 2006). Ainda, por relação direta a esta pesquisa, torna-se crucial mencionar que o texto da Lei n. 8.842 de janeiro de 1994, em suas diretrizes expostas no inciso primeiro do artigo quarto, pede que os gestores públicos governamentais providenciem a “viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações” (BRASIL, 1994).

O próximo marco legal no sentido de melhorar a qualidade de vida do idoso por meio da assistência social veio por meio de uma ação interministerial, em 2008. Trata-se do Programa de Formação de Cuidadores de Idosos (PNCI), que ocorreu quase uma década depois da emissão da portaria de criação. Além de convênios com instituições profissionalizantes, a equipe envolvida no projeto redigiu cartilhas e guias para orientar profissionais cuidadores com distribuição nacional.

No que se refere ao Estatuto do Idoso, instituído em 2003, Rodrigues (2010) conta que o documento traz o resultado de debates iniciados ainda em 1983 e afirma que os artigos 2º e 3º resumem praticamente todos os 23 capítulos. A redação do Art. 2º diz:

Art. 2º - O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhe, por lei ou outros meios todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 2003).

A aplicação do Estatuto do Idoso figura diariamente na imprensa. Notícias de maus tratos, cárcere privado, posse indevida de benefícios como a aposentadoria e pensões, isolamento, humilhação e outros tipos de violência passaram a ser coibidos com maior intensidade e respaldo legal depois da aprovação do Estatuto do Idoso. O Art. 3º fala das obrigações da família, da sociedade e do Poder Público, deixando claro que a responsabilidade pela garantia dos direitos “à vida, à saúde, à

alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária” é dever de todos e – no caso de haver descumprimento – as práticas serão punidas com penas que variam de dois meses a 12 anos (BRASIL, 2003).

No lado econômico, o Estatuto do Idoso, em seus 118 artigos, também traz avanços positivos. Por exemplo, o dia 1º de maio fica fixado como data base para os reajustes anuais dos benefícios dos idosos; atividades artísticas e culturais: 50% de desconto; viagens interestaduais: duas vagas reservadas e gratuitas; programas habitacionais do governo: 3% das unidades exclusivas para idosos; educação: criação de programas de profissionalização específicos. Além disso, remédios, próteses e outros recursos para reabilitação gratuitos, pagos pelo governo; atendimento preferencial no Sistema Único de Saúde (SUS); e, com relação aos planos privados de saúde, fica proibido o tratamento diferenciado em razão da idade do beneficiário, desta forma, as administradoras não podem mais realizar reajustes específicos às pessoas idosas (BRASIL, 2003).

Apesar de as políticas sociais de atenção às pessoas idosas brasileiras retratarem o envelhecimento populacional e garantirem as precisões básicas e a proteção dos direitos humanos, sua implementação ainda está distante da realidade, bem como a fiscalização do que já foi criado. Resta assim, um longo caminho para viabilizar a cidadania dessa faixa populacional. Acredita-se que, para a concretização das Políticas para Idosos, é indispensável em primeiro lugar que o idoso seja o protagonista de suas ações pela luta de seus direitos e o Estado realize parcerias com a sociedade civil, tendo em vista criar estratégias de atuação, para viabilizar serviços de atenção ao idoso (PEIXOTO, CLAVAIROLLE, 2005).

Na obra “Velhos Novos”, ao sentenciar que o marketing lança nacionalmente visões equivocadas dos idosos a fim de atingir uma minoria rica, Reis (2011) afirma que as mudanças da transição demográfica em descompasso com efetivas políticas assistenciais têm feito muitos idosos contemporâneos mais ativos porque “nesse universo ninguém quer parecer envelhecido, para não ser expulso do mercado profissional, sexual e de consumo” (REIS, 2011, p. 23). Porém, a mesma autora avalia que as atenções ao idoso da sociedade ocidental focalizam um perfil quase único, daqueles que consomem desenfreadamente serviços estéticos, químicos farmacêuticos para rejuvenescimento, pacotes de viagens, revigorantes sexuais e por aí segue. Destarte, Reis (2011) questiona o lugar dos outros idosos

que são maioria: “os velhos abonados muitas vezes vivem uma realidade agradável. Os outros não querem mais viver a humilhação, a incerteza e a angústia” (REIS, 2011, p. 23). Num elo com o capítulo anterior onde foram trabalhadas questões específicas da alta-modernidade, percebe-se que a “sobrecarga simbólica” mencionada por Thompson (2012) está, também, sobre os ombros dos mais velhos.

Afora essa abordagem que certamente merece atenção, o que se percebe nas políticas públicas, de maneira mais geral, são tentativas de integrar os idosos aposentados por meio de um novo sentido para o tempo da aposentadoria, focalizando atividades voltadas para o lazer e a atividade física (GOLDFARB, 2004). Essa participação do Poder Público na assistência e proteção ao idoso é destacada por diversos autores. Rebelo (2007), psicólogo e terapeuta familiar, afirma que a transição demográfica exige dos profissionais da saúde uma integração multidisciplinar para dar conta do aumento e da complexidade dos registros de atendimento a idosos.

O envelhecimento populacional nasce associado ao acréscimo da possibilidade de aparecimento de situações de dependência física, psíquica e social, que por vezes não têm tido respostas do Poder Público suficiente ou apropriada. Embora nos últimos anos se tem constatado aumento de redes de serviços de apoio aos idosos, estas ainda não são suficientes para dar resposta às precisões da população. Outra abordagem recente nesse contexto de mudanças demográficas e políticas sociais e de assistências à saúde diz respeito aos portadores de doenças crônicas que, graças aos avanços científicos e tecnológicos, têm ganhado sobrevida e, não se pode omitir, isso aumenta as necessidades em saúde e pede desenvolvimento de respostas sociais adequadas, inclusive, com aumento de investimentos (TRINCADEIRO, 2009).

4.4 A gerontologia no social

As tendências da alta-modernidade cercam os atores sociais por diversas dimensões. No que se refere aos estudos sobre a terceira idade, no Século XIX, em 1867, o médico francês Jean Marie Charcot, publicou seu “Estudo clínico sobre a senilidade e doenças crônicas”. Mas, conforme Cachioni (1999), os estudos desenvolvidos até então olhavam apenas para a relação do tempo e das consequências deste no organismo. Para entender o processo de envelhecimento e

buscar formas de aumentar a longevidade, surge a gerontologia. O termo “gerontologia” foi criado em 1903 pelo médico russo Ilya Metchnikoff (1845-1996). O médico e pesquisador vanguardista, prêmio Nobel de Medicina em 1908, afirmara que “envelhecimento é a consequência da intoxicação crônica do organismo devido a micróbios que produzem putrefação crônica e progressiva do intestino” (METCHNIKOFF, 1903, *apud* RODRIGUES, 2010, p. 22). Uma solução para diminuir os sinais do envelhecimento, proposta por Metchnikoff, seria diminuir o tamanho do intestino. Felizmente a ciência avançou muito até os dias atuais. Porém, fica registrado que, foi juntando as raízes gregas *Geron* (velho) e *Log* (estudo), que Metchnikoff nomeou a disciplina que tem como objeto o envelhecimento humano.

Enquanto disciplina, Zay (1981, p. 240) estabelece que a gerontologia deve atuar em quatro aspectos principais do processo de envelhecimento:

envelhecimento físico (organismo, funções); envelhecimento psicológico (processos sensoriais, perceptivos, cognitivos e afetivos); envelhecimento comportamental (atitudes, motivações, expectativas, auto-imagem, papéis sociais, personalidade); e, envelhecimento social (a influência que exercem reciprocamente o indivíduo e a sociedade, um no outro) .

Zay (1981) tributa a Vladimir Korenchevsky (1880-1959) a paternidade da gerontologia moderna visto que o pesquisador fundou em 1939 o Clube Britânico de Pesquisa sobre Envelhecimento – primeiro centro de estudos gerontológicos do mundo, que a partir de 1950 promoveria o Congresso Internacional de Gerontologia. Este grupo de especialistas buscava compreender o envelhecimento além das questões cronológicas (ZAY, 1981, p. 239).

No que se refere à “gerontologia social”, Zay (1981) indica as primeiras obras sobre o tema. Conforme o autor, a disciplina popularizou-se e tomou maior “corpo” no universo científico depois dos anos de 1940. A primeira obra, segundo Zay (1981, p. 241) foi escrita por Robert James Havighurst (1900-1990) e Ruth E. Albrecht, com o título “Introduction à La gérontologie sociale”, em 1953. Depois, Clark Tibbitts (1903-1985) ganhou notoriedade mundial ao publicar o artigo “La gérontologie sociale, ses origines, sa portée, ses tendances”, em 1963, no terceiro volume da revista Internacional de Ciências Sociais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Assim, imbuído nos estudos da gerontologia social, Tibbitts (1963) conceitua a disciplina como campo de estudos das:

alterações e situações envolvidas no social, a posição e papel dos indivíduos na segunda metade de sua existência, a natureza e os termos do desenvolvimento, adaptação e personalidade, a saúde mental do indivíduo em envelhecimento. Finalmente, [estuda] os processos biológicos e psicobiológicos, na medida em que afetam a atividade e as habilidades sociais no final da vida (...) é o ponto de encontro de vários temas e pesquisas que remontam a diferentes estágios da evolução social [do envelhecimento] (TIBBITTS, 1963, p. 353).

Sobre a discussão de a gerontologia social ser ou não uma ciência³², Paillat (1968) defende que a sociedade não permite mais segregações científicas e que a gerontologia precisa (e nasceu com essa característica) de interdisciplinaridade. Existe a necessidade, advoga a autora, do envolvimento de profissionais das mais diversas áreas. Quando menciona o papel da sociologia dentro da gerontologia, Paillat (1968) elenca alguns temas de estudo do idoso construídos em congressos da Associação Internacional de Gerontologia (AIG): “papel da família e as relações familiares; modo de vida; as condições de vida dos idosos; relações de idosos em várias culturas; impacto da dinâmica social; e, mudanças na idade, no trabalho e no social” (PAILLAT, 1968, p. 266). Longino e Powell (2004) corroboram com a ideia de interdisciplinaridade especialmente na gerontologia e na pós-modernidade ao indicarem que a área possui abordagens amplas e seus estudos ponderam sempre fatores psicológicos, biológicos e sociais do envelhecimento.

Antes de dissertar sobre alguns aspectos das teorias da gerontologia, faz-se necessário citar certas ressalvas que Morgan e Kunkel (2007) trazem à tona em “Aging, society. and the life course”. Na obra, as autoras apóiam-se em Thomas Kuhn (1922-1996) para indicar que muitas descrições de fenômenos tomam para si o rótulo de teoria, porém, de fato, não foram submetidas a métodos científicos, são possibilidades de interpretações de um ângulo. Portanto, são convincentes, mas, não passam de modelos explicativos limitados a realidades bem pontuais (MORGAN, KUNKEL, 2007, p. 27-28). Segundo as autoras citadas esse é o caso das teorias do desengajamento e da atividade e de outras propostas na área da gerontologia. Os estudos pinçam, por exemplo, a questão do que a pessoa fará quando envelhecer ou de que forma esse desligamento se dá e atribuem a tais descrições *status* de teoria. Kuhn (1996) alerta que esse fazer do cientista gera,

³² Prado (2006) afirma que o Brasil precisa melhorar a titulação dos pesquisadores e envolver mais os mestrandos e doutorandos nos grupos de pesquisa para “estabelecer campos dinâmicos e consolidados de conhecimento” na área (p.492).

antes, paradigmas e “quando apreende o paradigma, apreende também o método, geralmente é uma mistura inseparável” (KUHN, 1996, p. 109).

Tendo esses aspectos epistemológicos em mente, ainda é importante destacar que, conforme Rodrigues (2010), não há uma teoria única na gerontologia. Outrossim, a autora afirma que – as teorias que existem – “são muito variadas, [e] às vezes conflituosas entre si” (RODRIGUES, 2010, p.29). Assim, apresentam-se três gerações de teorias.

Na primeira geração, mais positivista, as teorias gerontológicas focam no indivíduo. Destas, as mais conhecidas são: teoria do desengajamento (CUMMING, HENRY, 1961); teoria da atividade (HAVIGHURST, ALBRECHT, 1953); teoria da modernização (COWGILL, HOLMES, 1972); e teoria da subcultura (ROSE, 1965). (THORSON, 2000; CALDAS, 2007; BENGTSON, 2009).

Em linhas gerais, a teoria do *desengajamento social* conceitua desengajamento como sendo a retirada progressiva das pessoas envelhecidas do sistema social. É uma diminuição da interação social que ocorre por iniciativa própria do idoso que o beneficia e – pela teoria – também beneficia a sociedade, à medida que abre espaço e oportunidade para pessoas mais jovens. Esse dito modelo explicativo da realidade do processo de envelhecimento humano é fortemente criticado na literatura existente sobre o assunto. Primeiro porque peca na universalidade visto que analisa apenas a realidade norte-americana, depois porque não prevê uma ocupação para esses desengajados – apenas afirma o “desligamento” dos mesmos através de “ferramentas” do sistema, como a aposentadoria (RODRIGUES, 2010, p. 33).

Na *teoria da atividade* tem-se que a imagem da pessoa está vinculada às funções que ela desempenha. Quando cessam as participações sociais rotineiras (como o trabalho) e ocorrem mudanças na estrutura familiar com a saída de filhos, viuvez, e outras, surgem um novo tempo marcado normalmente pela solidão. Não adaptar-se a esta nova realidade de menos compromissos compulsórios pode levar o idoso a estados patológicos. A teoria da atividade prevê que, para se manter saudável, ativo e perceber-se positivamente, o idoso deve substituir os papéis perdidos por outros. Uma das principais limitações dessa teoria diz respeito ao fato de que incluir na rotina atividades prazerosas compensatórias requer uma situação financeira aquém da vivida pela maioria dos integrantes dessa faixa etária (MARKIDES, LIANG, JACKSON, 1990).

De acordo com Caldas (2007), com os avanços da primeira geração dos estudos da gerontologia social, vem a segunda geração que aborda o envelhecimento humano com olhares mais macros. Assim, o idoso passa a ser visto na coletividade e a velhice recebe associação aos contextos sociais daquele grupo estudado. Neri (2001) aponta as teorias dessa geração e seus principais pensadores:

teoria da continuidade (ATCHLEY, 1989); teoria do colapso de competência (KUYPERS & BENGTSON, 1973); teoria da troca (DOWD, 1975); teoria da estratificação por idade (RILEY, JOHNSON, FONER, 1972); e, teoria político-econômica do envelhecimento (WALKER, MINKLER, 1980) (p. 77-78).

Na terceira geração afirma-se que o sujeito é ativo para com a sua situação no mundo. Nesse sentido, são incluídas nas discussões teóricas questões relativas ao acesso a recursos econômicos, além das possibilidades de considerar os significados que o próprio idoso cria da sua situação. Logo, “o envelhecimento é um processo baseado na experiência” (NERI, 2001, p. 46). Na terceira geração das teorias gerontológicas, o entorno ganha importância.

Dessa forma, a terceira geração ruma por três linhas teóricas próprias. No *construcionismo social*, os indivíduos criam e mantêm significados para suas vidas. O comportamento individual constrói a realidade e dá bases às experiências. Na *teoria crítica*, há um ideal de desenvolvimento humano. Ao longo da vida, o sujeito prepara-se para o envelhecimento por meio de valores como a emancipação, a autonomia, a sabedoria e a transcendência. Por fim, destaca-se a linha teórica da *perspectiva do curso de vida* que percebe no envelhecimento a ausência de um grupo homogêneo (HAGESTAD *apud* BALTES e SILVERBERG, 1995, p. 30). Essa diversidade existente aumenta paralelamente à idade. Ou seja, quanto mais idosa a pessoa é, mais diversa e única em suas interações. A linha teórica da perspectiva do curso de vida vem sendo amplamente utilizada nos estudos gerontológicos contemporâneos por abraçar mais possibilidades de interpretações do idoso e suas transformações, desde o processo do envelhecer, passando pelas implicações da sociedade, do tempo e dos contextos culturais. Tanto para os indivíduos quanto para os grupos (BALTES, SILVERBERG, 1995; CALDAS, 2007).

4.5 Considerações

A presente pesquisa trouxe até aqui abordagens de três importantes revoluções: industrial, cibernética e demográfica. Da conjectura dessas, resta uma sociedade complexa, em rede e grisalha. Seria exagerada tal afirmativa? Do Século XV até o Século XXI as mudanças e remodelações sociais foram tão significativas que fica clara a necessidade de diminuir as complexidades para compreender os fenômenos contemporâneos. Essa pesquisa rumo para tal pretensão. De tudo o que fora citado com relação às mudanças sociais, fica o estrato de que o Brasil tem envelhecido e está conectado em rede. Claro que um fenômeno não pode ser estudado isoladamente, mas, nesse contexto trabalhado, buscar-se-á estudar a população que – na contemporaneidade – goza da condição de pessoa idosa (60 anos ou mais).

Assim, o presente estudo carece de caracterização do idoso contemporâneo, precisa esclarecer de fato quais são as representações tidas no social dessa faixa etária que tanto cresce. Na alta-modernidade, como será (é) construído o “idoso”? Apesar de acreditar-se pertencente, integrado, seria ele vítima de um processo novo de exclusão social? Mas, o que seria esse novo fenômeno de exclusão social? Essas questões serão tratadas no próximo capítulo.

5 REPRESENTAÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXCLUSÃO CONTEMPORÂNEAS DO IDOSO

5.1 Introdução

O idoso é o velho ou o velho é idoso? Não há velho, existe uma melhor idade, uma terceira idade? De ancião asênior, cotidianamente os discursos trazem diferentes termos para referirem-se à pessoa idosa. Não há termo essencialmente correto, existem convenções sociais, criadas e adequadas pela cultura. Dificilmente alguém erra quando ao observar uma criança com os pais a brincar no parque sentencia: está na infância. Contudo, com o passar do tempo, fica mais difícil precisar a fase da vida: seria adolescente ou adulto? O que existe em todas essas definições que podem parecer escorregadias são marcações cronológicas de tempo que se unem aos sinais biológicos do corpo, ou ainda, às interações que cada pessoa exerce no social, tudo interfere no “rótulo” que esta receberá.

Se em princípio for chamado de idoso ou de ancião não faz diferença para muitos, a representação social de um grupo é determinante para a sociedade. O social é resultado dele próprio, a imagem de si emerge do coletivo, como uma consciência única, colaborativa. Nesse sentido, este quarto capítulo diferencia envelhecimento de velhice e busca argumentos para esclarecer alguns aspectos da pessoa idosa contemporânea em relação, principalmente, a sua representação e construção social e a sua atuação no manuseio das tecnologias digitais. Ainda, o capítulo trabalha uma realidade enfrentada por idosos de todo o mundo: a exclusão social. Se os aspectos “bio-psico-sociais” do envelhecimento não são encarados como sendo prioritários, a pessoa idosa e suas questões vão assumindo espaços marginais na sociedade, e isso têm ocorrido principalmente nos países em desenvolvimento.

Muitas vezes, na real vivência da alta-modernidade, o idoso encontra seu lugar fora da família, descartado do mercado de trabalho e de outras rotinas em que sua presença vai se tornando menos frequente. O idoso tem participação na composição da renda familiar, tem grande sabedoria pela experiência de vida, mas não se sente valorizado. A exclusão social pode ser inconsciente. Nem todos envelhecem ao mesmo tempo (cronológico), mas todos merecem o mesmo respeito (humano).

5.2 Velhice ou envelhecimento (?)

Existe uma dificuldade no social em identificar quem é de certo o idoso, já que as pessoas e as culturas apresentam compassos diferentes. As diversas capacidades do indivíduo igualmente apresentam diferentes magnitudes, é por esta razão que a idade pode ser biológica, psicológica ou sociológica (SIMÕES, 1998).

De modo geral, a velhice é entendida como uma forma de autoconvencimento, com a retórica de que as mudanças biológicas ocorrem, mas, o espírito pode resistir à velhice, de modo a retardá-la ou lhe ofertar uma nova extensão (SANTOS, ALMEIDA, 2004).

A abordagem da temática do envelhecimento compreende, fundamentalmente, a análise dos aspectos culturais, políticos e econômicos referentes a valores, preconceitos e sistemas simbólicos que permeiam a história das sociedades. Rodrigues et al (2006, p. 2) apontam que “envelhecimento é um processo vitalício e que os padrões que tornam essa fase saudável são desenvolvidos no princípio da vida”. Ao mesmo tempo, os autores sinalizam para o determinante do contexto sociocultural. Papaléo Netto (2002, p. 10) organizou o que pode se tido como clássica conceituação do que venha a ser o envelhecimento:

O envelhecimento (processo), a velhice (fase da vida) e o velho ou idoso (resultado final) constituem um conjunto cujos componentes estão intimamente relacionados. [...] o envelhecimento é conceituado como um processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas que determinam perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos que terminam por levá-lo à morte. [...] Às manifestações somáticas da velhice, que é a última fase do ciclo da vida, as quais são caracterizadas por redução da capacidade funcional, calvície e redução da capacidade de trabalho e da resistência, entre outras, associam-se a perda dos papéis sociais, solidão e perdas psicológicas, motoras e afetivas.

Já para Simone de Beauvoir (1990) só se poderia falar em velhice quando, além da idade progredida, as falhas e as perdas biológicas não forem mais esporádicas e contornáveis, tornando-se respeitáveis e irremediáveis trazendo fragilidade e impotência. Na sociedade atual, em que se ressalta o culto do corpo, nota-se diariamente nos diferentes meios de comunicação de massa, a decisiva adoção de práticas de rejuvenescimento ou de adiamento do envelhecimento; a

velhice aparece como um sinal de equívoco e desmazelo. Nesse discurso midiático antienvelhecimento, o velho é em muitos casos exposto como “o carregador de excesso de rugas, aquele que apresenta o andar claudicante, as extremidades trêmulas e um comportamento caricato, que vai da inutilidade ao lugar de estorvo na vida da família” (COSTA, 2005, p. 280). O desrespeito social, quando não o desprezo do envelhecimento, implica em constantes ameaças para a autoestima e a dignidade dos idosos. A marginalização de muitas pessoas de idade e a consequente sensação de invisibilidade desencadeiam um processo de impotência – que pode ser inconsciente.

Afastadas as diferentes abordagens conceituais sobre o envelhecimento e a velhice, reserva-se a síntese de que a velhice é uma fase da vida, do mesmo modo como a infância e a adolescência. Contudo, falar que a velhice começa aos 60 anos é mera demarcação social, pois, não representa de forma alguma a individualidade de cada pessoa. Noutras épocas, 60 anos era uma idade quase inalcançável. A sociedade em seu curso forma padrões para o começo da velhice. Uma hipótese levantada por Neri e Freire (2000) dizem que tais convenções ocorrem em resposta às transformações evolutivas comuns à maioria das pessoas dos diversos grupos etários “analisando sempre os fatores biológicos, históricos e sociais” (NERI, FREIRE, 2000, p. 27). Em regra, segue-se o que a Organização das Nações Unidas (ONU, 1982) constituiu: idoso é quem tem 60 anos ou mais nos países em desenvolvimento, e 65 ou mais para nações desenvolvidas, apresentando como referência a idade biológica para a aposentadoria e a perspectiva de vida, que é maior nos países desenvolvidos.

A partir do que foi dito, afirma-se que envelhecimento está mais para processo e velhice para o dado, aquilo já ocorrido, estático e permanente. Novais (1997) defendeu que envelhecer é estar permanentemente pisando em novos caminhos, conferindo novas cobranças e desenvolvendo maneiras psicológicas que levem a ultrapassar dificuldades e conflitos, agregando limites e probabilidades. Já Minayoe Coimbra (2002) concluem a partir de seus estudos que o envelhecimento não é algo homogêneo, cronológico e fisicamente exato. Para os pesquisadores, cada sujeito vivencia essa etapa da vida de uma forma, ponderando sua história reservada e todos os aspectos estruturais (classe, etnia, gênero e outros) a eles ligados, como saúde, educação e condições econômicas.

Com isso é importante apontar que o envelhecimento, por ser um contínuo episódio biológico e cultural necessita ser notado sob um ponto de vista histórico e socialmente contextualizado. O tratamento dispensado à velhice dependerá, muitas vezes, dos valores e da cultura de cada sociedade em particular, a partir dos quais ela estabelecerá sua visão dessa última fase da vida.

5.3 As representações e a construção social do idoso

No que tange aos conceitos de representações sociais, Emile Durkheim (1858-1917) inaugurou os estudos da área ao fundar o “fato social” como objeto da sociologia e estabelecer que “(...) os estados da consciência coletiva são de natureza diferente dos estados da consciência individual; são representações de outra espécie.” (DURKHEIM, 1987, p. XXVI). No entendimento do autor, as consciências individuais têm certa sintonia que, no coletivo, tornam-se algo novo, “*sui generes*”.

Ao diferenciar as representações individuais das coletivas, Durkheim (2003) não caracteriza a representação coletiva como se fosse uma espécie de falsa consciência na qual se imagina que possa mascarar a realidade, antes disso, a representação coletiva articula a ideia e a ação social de forma a esquematizar a vida cotidiana das pessoas, delineando uma espécie de consciência geral que impõe função social aos sujeitos no espaço e no tempo. Neste contexto, a dita sociedade real e ideal se profere não pelo seu caráter antagônico, e sim pela concordância que cria. Ainda segundo Durkheim (2003, p. 52) “uma sociedade não é constituída simplesmente pela massa dos indivíduos que a compõem, pelo solo que a ocupa [...] mas, antes de tudo, pela idéia que ela faz de si mesma”.

A conceituação e os estudos das representações sociais na contemporaneidade ganham contribuições de várias áreas. Chartier (1993, p. 17), ao pesquisar a problemática dos sistemas simbólicos e a composição de poder deles resultante, organizou o conceito de representação como sendo “mecanismos pelos quais um grupo confere ou tenta cominar a sua compreensão do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”. Aproveitando essa ótica interpretativa, a representação como questão simbólica diz respeito às práticas sociais. Ela está ligada e relacionada ao desenvolvimento social de determinado grupo.

Pelo viés antropológico, o tema das representações sociais ganhou corpo com Michel Maffesoli sob o termo “imaginário social”. Em entrevista à revista *Famecos*³³ o autor afirma que “o imaginário é o estado de espírito que caracteriza um povo. Não se trata de algo simplesmente racional, sociológico ou psicológico, pois carrega também algo de imponderável (...) o imaginário estabelece vínculo. É cimento social” (SILVA, 2004, p. 76).

Novamente falar-se-á na complexidade do social. O pesquisador contemporâneo, especialmente das ciências humanas, não pode se furtar da importância decisiva da multidisciplinaridade para compreensão dos fenômenos observados. Nesse caso específico, das representações sociais, Junqueira (2005) faz um apanhado de algumas abordagens possíveis:

Na ciência política, Stuart Hall e os Estudos Culturais colocam as representações na base imediata das identidades culturais e políticas. Ernesto Laclau sublinhou o descentramento da identidade social e política e do correspondente sistema de representação que lhe dá suporte. Na psicologia, Lacan lançou luz sobre a importância da linguagem na construção da identidade individual e a psicologia social se dedicou mais fortemente ao desenvolvimento desta noção, gerando a teoria das representações sociais de Serge Moscovici (...). Na comunicação, autores como Lucien Sfez retomam o veio filosófico de Platão e afirmam que não é mais possível separar representações e realidade (JUNQUEIRA, 2005, p. 147).

De acordo com Moscovici (2003), as representações sociais têm duas demandas que são os fios condutores, quais sejam: a comunicação e a ideologia, do ponto de vista da sua composição, da sua formação e da sua função. Neste sentido, os elementos ideológicos intrínsecos à comunicação intra e intergrupos na sociedade contemporânea, acerca da velhice, expressos de forma negativa refletem-se na desejabilidade social dos idosos de comprovarem que são livres e independentes como justificativa para negação do seu próprio envelhecimento.

Pierre Bourdieu (1930-2002) tem grande participação intelectual quando o assunto é representação, subjetividade do “agente”. Em seu arcabouço teórico, Bourdieu discute a “ação do sujeito” como subjetiva e a “estrutura” como sendo objetiva. Bourdieu (1990), com bastante atenção às relações de sentido, afirma que as representações ganham teor nas práticas sociais e na realidade das instituições. Na representação, cria-se a identidade do outro em relação a um ponto de vista de

³³ Revista científica da Faculdade de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

determinado grupo que usa dessa tática numa tentativa da universalização da sua visão de mundo. Retomando as noções de envelhecimento, Guidetti e Pereira (2008) defendem que o envelhecimento não é apenas uma questão que alcança o aspecto físico do ser humano, mas um tema de ordem psíquica que abrange, muitas vezes, as relações sociais. Assim, o envelhecimento é corriqueiro e natural ao desenvolvimento da vida. Por ser interpretado como inevitável e sendo o destino do homem, pode-se notar, ainda, que está sujeito às decorrências do ambiente em que se insere, bem como, de sua bagagem sociocultural. Sendo assim, esses indivíduos estão suscetíveis às escolhas dos mais novos, como o que lhes é disponibilizado e onde conviverão.

Os idosos são comumente considerados um problema para a sociedade, e neste ínterim dificilmente eles conseguem manter a solidez na família ou em grupo social. No decorrer dos tempos a tendência é diminuir as relações tanto com a família quanto com os amigos, e este fato tem vários motivos que vão desde a própria dispersão que pode ser ocasionada com a idade, quanto pela morte que muitos julgam estar próxima. Muitos idosos se sentem excluídos da vida comunitária, e acabam por se sentirem inúteis. A sociedade não consegue ainda ver o mundo por meio dos olhos dos idosos, para que assim pudessem compreendê-los, e assim fosse possível e mais fácil reintegrá-los nas relações sociais e familiares (NERI, 2001).

Muitas vezes na própria família o idoso é tratado como um incômodo e um ser inútil, muitas vezes podemos observar até em relatos televisivos os maus-tratos aos idosos, como se fossem um mero objeto, que após ter envelhecido não serve mais. Existe por assim dizer, a decretação da morte civil do idoso.

Contudo, perante as leis do estatuto do idoso e a moral oficial imposta nos últimos tempos, o adulto força-se a respeitar a pessoa idosa. Isso até certo ponto, tratando-o com ironia e respeitando-o de forma forçada. Muitas vezes o próprio adulto, no convívio com o idoso, convence-o de que ele é um ser inferior e tenta mostrar-lhe sua própria decadência, tentando fazer com que o idoso sinta-se com deficiências. Apesar destes fatos, atualmente muitos idosos sabem qual é seu papel na sociedade, e sua representação social, muitos não se deixam levar pela opinião de terceiros e levam uma vida ativa até mesmo na gestão de negócios.

Assim, é possível perceber que na medida em que os idosos, enquanto grupo social, conseguem se fazer escutar, geram sua própria transformação e,

portanto, a invalidação de preconceitos e mitos a seu respeito, viabilizando a abertura de caminhos para o resgate da sua cidadania e a captação de seu lugar na família e na sociedade.

5.4 O idoso no manuseio das tecnologias digitais

Conforme tem sido demonstrado, nos últimos anos houve grande crescimento da população de idosos acelerando assim a revolução demográfica e a longevidade. Salientou-se também que este fato é um dos desafios para os próximos anos, principalmente para o estado. Nos dias atuais, talvez inclusive pela alta-modernidade e pelas grandes transformações tecnológicas e sociais, os idosos ainda são considerados em alguns grupos como um problema. Se forem taxados desta forma, certamente encontram dificuldades para manterem-se atuantes na sociedade. Muitos idosos se sentem excluídos da vida comunitária, e acabam considerando-se inúteis. A sociedade não consegue ainda colocar-se no lugar dos idosos, para que assim pudesse compreendê-los. Se isso fosse possível, seria mais fácil reintegrá-los nas relações sociais e familiares (REBELO, 2007).

Falar atualmente do conceito de um envelhecimento ativo para uma velhice mais saudável é a mesma coisa de pensar no desafio de o idoso dominar as novas tecnologias que surgem como sendo cruciais para a garantia de sua independência e, muitas vezes, (re) inserção no mercado de trabalho. Peixoto e Clavairolle (2005) rejeitam a visão preconceituosa de que o idoso exhibe aversão ao uso de novas tecnologias e destacam como imprescindível uma política pública de inclusão digital dessa população como forma de os mais velhos criarem e conservarem seu ligamento com a sociedade contemporânea, que hoje se dá profundamente por meio do amplo aparato cibercultural.

Peixoto e Clavairolle (2005) citam também um novo aspecto que aparece dentro desses grupos de pessoas mais velhas, é o de adultos idosos. Estes compreendem a importância do domínio tecnológico e sabem da importância positiva disso em suas vidas. Porém, as autoras expõem que – no senso comum – a terceira idade é dissociada dos termos “novas tecnologias digitais”, o que põe por muitas vezes este público no limbo. Enquanto os valores subliminares compreendidos na internet não levam em apreço este público, pondo a idade como limitadora e defendendo que este é um interesse dos jovens, os ditos adultos idosos,

que sim, se preocupam por esta tecnologia, automaticamente se compreendem excluídos do ciber-universo, ouvindo por muitas vezes: “você não entende”; “vai estragar”.

Apesar disso, não se pode perder de vista que a sociedade atual supervaloriza a informação, que se invade de forma veloz e clara por meio de diferentes Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC). Em benefício dos melhoramentos que a informática apresenta, tem-se observado um número crescente, tanto em nível mundial quanto em nível nacional, de idosos que se preocupam de forma mais marcante pelo mundo cibernético (NUNES, 2002).

Conhecer e dominar a linguagem e os recursos eletrônicos torna-se salvo-conduto para o ingresso e permanência na alta-modernidade (KACHAR, 2003). Envelhecer com qualidade de vida é imaginável quando o envelhecimento é abrangido como alguma coisa natural que necessita ser enfrentado com tranquilidade, conservando uma vida ativa e engajada socialmente (NERI, 2001). As menções dos autores supracitados nos mostram que a inclusão do idoso no mundo digital está pautada no conhecimento e no domínio das TIC, pois para estar engajado na sociedade atual é imprescindível que o idoso seja seguro na utilização das ferramentas digitais.

Muito embora as TIC não garantam por si a inclusão do sujeito, Braga (2010) afirma que a internet em especial propicia maior circulação social, o que coloca integrantes de grupos economicamente desfavorecidos em “práticas letradas e de natureza hegemônica”. A autora usa como suporte para a reflexão algumas sínteses da teoria de Giddens (1987), na qual se verifica que:

Para Giddens os recursos do poder, autoridade e estrutura de dominação política exercem um papel crucial nos sistemas de produção e reprodução social. Na visão do autor [...] todo processo de estruturação social envolve três elementos: a comunicação de sentido, o exercício do poder e o julgamento qualitativo da conduta. Esses elementos têm implicações tanto para a constituição da estrutura social, quanto para os espaços de agentividade dentro da estrutura criada, já que delineiam: no nível da significação, as normas de construção de sentidos; no nível da dominação, a distribuição desigual de recursos; e no nível da legitimação, a determinação das regras morais e de avaliação social (BRAGA, 2010).

Para Czaja (1997) e Christet al (2002) muitos idosos contemporâneos convivem no enorme mundo da internet - nos ciberespaços. Kachar (2003) e Castells (2011) completam mencionando que a internet é a versão atualizada do "lugar vivo de verdade" ou da "janela para o mundo", é onde eles se conhecem,

paqueram, jogam, se comunicam, compram, apropriam, empoderam, descobrem por muitas vezes sua independência. A comunicação atravessou fronteiras por meio da *www, sites, e-mail, Orkut, Facebook, Twitter, webcam*, computador, vídeos e tantos outros produtos, acessórios e instrumentos que agora fazem parte do sistema de informação globalizado. Nesse ambiente virtual o idoso aspira informações. Nessa realidade virtual ele é instigado, pode trabalhar a sua ansiedade, desordem, agonia, contentamento(KACHAR, 2001; 2003).

Nesse sentido, estudos do Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul apontam que o interesse de muitos idosos pela inclusão digital nasce da necessidade de se colocar na sociedade contemporânea; de não se sentir, em muitos casos, como marginalizados perante esta; e, como forma de aproximação da família e amigos de gerações mais novas. Nos relatórios do grupo, é possível verificar que as tecnologias não são adaptadas de forma igual por todos os atores sociais. Pelo oposto, cada qual as aproveita como ferramentas culturais em práticas que se estabelecem e reproduzem de formas diferentes. No caso da socialização intercedida por tecnologias, as redes sociais configuram-se de acordo com variáveis sócio-históricas, individuais e culturais através das quais os indivíduos se estabelecem e relacionam (WASSERMAN et al., 2012).

As publicações de Zimerman (2000), Machado e Azevedo (2006) confirmam que as ferramentas de comunicação e informação disponíveis na internet se proporcionam para todos aqueles que se mantêm com o pensamento jovem pela procura constante de conhecimento, não implicando a sua idade cronológica e sim a troca de conhecimentos, informações e experiências disponíveis nas comunidades virtuais e e-mail.

Quando se tem notícia de um idoso com mais de 60 anos usando ferramentas computacionais, sejam elas para lazer ou trabalho, isso por muitas vezes intriga algumas pessoas. O medo de enfrentar o novo ou até mesmo de comprometer o equipamento leva uma parcela desses idosos a rejeitarem a novidade antes mesmo de tentar manejar essas máquinas. De acordo com levantamento de janeiro de 2002 do Ibope e Ratings, 1,5% dos 6,3 milhões de internautas domésticos brasileiros têm mais de 65 anos³⁴. Nos EUA, terra natal da

³⁴ Buscou-se informação mais atualizada, contudo, não foi localizado no IBGE nem no IBOPE. Outra fonte acessada foi o IPEA, porém, não foram encontrados dados mais recentes.

grande rede de computadores, a porcentagem de idosos conectados, em 2012, chegou a 7,01% dos 80,8 milhões de usuários domésticos (CETIC.br, 2012).

De acordo com Kachar (2001), os problemas que se tem conhecimento para a aprendizagem do computador pelos idosos podem ser ultrapassados aproveitando algumas táticas, tais como: acompanhar fases gradativas de aprendizagem; ter ajuda de acordo com suas precisões específicas; acompanhar, cada um, o próprio ritmo; alcançar paradas frequentes, no proceder de cada atividade; ficar em um espaço bem iluminado; trabalhar com letras e fontes amplas; estar inserido em turmas pequenas; apresentar mais tempo para a execução das tarefas e fazer contínuas reproduções delas.

Morris (1994) identificou que “muitos idosos vêem a tecnologia computacional favoravelmente e confiam nos benefícios da aquisição de habilidades básicas para dominar o computador”. Mais tarde, Santos (2005) corrobora com a ideia quando destaca a linguagem digital como sendo um trampolim para o ator social interagir com os semelhantes. Por isso, a importância de o idoso também se adaptar a esta nova linguagem tecnológica.

A compreensão do e pelo idoso no mundo digital conjetura na melhora da qualidade de sua vida. O idoso conectado, se comunicando através da internet e das demais TIC, reforça seus laços sociais com amigos e familiares. Além disso, por exemplo, o simples acesso à informação em tempo real é capaz de desvendar que ele ainda pode aprender, consegue “sair na frente”. Combinando a instantaneidade e a velocidade da comunicação, o usuário idoso das TIC se fortalece na sociedade atual e aos poucos vai abandonando aquele pensamento de que o envelhecer é uma etapa depreciativa da vida. Convence-se, por outro lado, que envelhecer é uma fase em que o indivíduo pode conservar suas capacidades e adaptar-se às novas condições do mundo contemporâneo, tornando-se independente e autônomo (MENDES, 2010).

Ainda conforme Mendes (2010) mesmo entre um grupo de idosos o método de interação com o computador e a internet se produz de formas variadas, de acordo com cada sujeito. Por ser culturalmente influenciado, o aprendizado em qualquer área considerará o passado do ser. Cada um, a sua maneira, sente a experiência de inclusão digital de formas desiguais. Isso avigora a importância de se contextualizar a inclusão. Essa diferença na aproximação com as TIC já havia sido constatada por Oliveira (2006). Ele acrescenta especificamente que embora muitos

idosos apresentem dificuldades na aprendizagem para o uso das tecnologias digitais, essa inclusão deve ser instigada, pois pode trazer diversos resultados positivos ao sujeito. Tudo isso em virtude do potencial de comunicação (no sentido mais amplo) que a rede cibercultural apresenta.

Conforme estudos de Fraquelli (2008), a aproximação do idoso às TICs pode ser aprimorada com recursos informatizados nos quais se busque instigar: a audição, a fala, a visão, a cognição, a memória e as características psicológicas. A autora, do mesmo modo como Mendes (2010), salienta diferenças individuais entre os sujeitos, e que nem todos os idosos são entusiasmados da mesma forma por estes fatores na aprendizagem com o uso da informática. Anteriormente, Goulart (2007) havia escrito que a influência de quaisquer fatores pode se tornar mínima se o método de aprendizagem ignorar os contextos culturais, políticos e humanos envolvidos, pois a aprendizagem não pode ser desconectada da realidade do sujeito.

Souza (2011), ao estudar o protagonismo do idoso nos ambientes virtuais no Brasil e na Espanha, concluiu que essa faixa etária atua no ciberespaço de forma “passiva, como receptora dos conteúdos e, raramente, como produtora” (SOUZA, 2011, p. 339). Com o aumento expressivo da população idosa e também do número de idosos conectados à grande rede, aparecem então algumas indagações sobre esses usos. Desta forma é respeitável compreender as redes sociais como um lugar que pode adequar o idoso à liberdade aceitável para interatuar e desfrutar das potencialidades tecnológicas. Mais cauteloso, Machado (2008) diz que alguns estudos sobre o tema já foram concretizados, no entanto ainda existe uma deficiência em relação aos aspectos educativos e sociais do uso das TIC, independente da fase da vida.

Ao oposto do que muito se ouve dizer, a relação de pessoas mais velhas com computadores é crescente e, depois do conhecimento de aproveitar essas ferramentas rápidas e eficazes, dificilmente o idoso as repudia. Entretanto, para que muitos dos idosos, sobretudo os marginalizados socialmente, possam aproveitar o potencial dos computadores de forma certa e sem precisar do auxílio de terceiros, faz-se imprescindível o apoio de órgãos governamentais no fornecimento de cursos, por exemplo, sem custos (AGUIAR, 2006).

Sendo essas algumas das principais transformações paradigmáticas no que diz respeito à relação do idoso contemporâneo com as tecnologias digitais,

percebe-se que as pessoas mais velhas vêm conquistando o seu lugar no mundo virtual. As redes sociais para este público estão se tornando um lugar não somente de entretenimento, mas também fonte de novos conhecimentos e, em muitos casos, de acesso aos direitos e de incentivo às potencialidades artísticas e intelectuais. Sabe-se que por muitas vezes a descoberta da liberdade e possibilidade de se comunicar com amigos e parentes em qualquer lugar do planeta a custos baixos desperta um grande deslumbramento. Com isso, nasce a vontade de conhecer mais e alcançar assim novas conexões (DIAS, 2010).

5.5 O fenômeno da exclusão social

Tem-se conhecimento que no Brasil o processo de envelhecimento vem se intensificando. Isto não quer dizer que o país está organizado para lidar com o envelhecimento, com suas consequências e choques na prestação de serviços sócio assistenciais, na área da saúde, do transporte coletivo, do sistema bancário, para mencionar assim os mais comuns. Os autores que analisam essa questão asseveram que os idosos também passarão mais fortemente pelas consequências da desigualdade social, dos problemas sociais presentes em nosso país. Para Veras (2003, p. 8):

A população idosa se constitui como um grupo bastante diferenciado, entre si e em relação aos demais grupos etários, tanto do ponto de vista das condições sociais, quanto dos aspectos demográficos e epidemiológicos. Qualquer que seja o enfoque escolhido para estudar este grupo populacional, são bastante expressivos os diferenciais por gênero, idade, renda, situação conjugal, educação, atividade econômica, etc.

Estudos vêm confirmando uma maior inquietação com o envelhecimento populacional (RODRIGUES, MARQUES, FABRÍCIO, 2000; TEIXEIRA, 2000; ROSA et al., 2003), sobretudo em países em desenvolvimento, nos quais este fato acontece no contexto de grande desigualdade social. Nestes países, o aumento de idosos vem incidindo de forma muito acelerada, sendo estimados que em 2025 entre os dez países com maior número de idosos, cinco serão países em desenvolvimento (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1998).

Pode-se dizer que as relações sociais envolvem aspectos comportamentais e qualitativos dos relacionamentos e demandam de suporte social. Salienta-se que, com o processo de envelhecimento, as relações sociais passam por

modificações (AVLUND et al., 2003). Sendo assim, a marginalização social dos idosos é um fenômeno inquietante em todo o planeta, sobretudo no mundo ocidental. Um problema que cresce na medida em que se desenvolve também o número de idosos na população.

A baixa prioridade conferida aos idosos pelas políticas públicas (assistenciais, previdenciárias, educacionais e de ciência e tecnologia) demonstra uma percepção imprópria das necessidades particulares desse segmento populacional. Algumas pessoas apostam na aposentadoria como lugar seguro para ver-se livre de algumas obrigações. Entretanto, ao mesmo tempo, a aposentadoria pode ser enfrentada como a porta de entrada para a velhice ou para o exílio. Existiria assim um marco “oficial” para adentrar nessa fase da vida, algo civil, estabelecido, cultural (CHAIMOWICZ, 1998).

Pode-se dizer que em alguns contextos históricos existiu a imputação de poderes à pessoa segundo seu ciclo vital. Depois, a figura da pessoa idosa, nesses mesmos contextos históricos passou por um claro desinvestimento social e político (MINAYO, 2003). No entanto, reconhece-se que o aumento da longevidade é uma aquisição social que assinalou o Século XX em quase todo o mundo, mas tal conquista provocou conflitos e novas demandas para os sistemas de governo, especialmente o de Saúde, e para a família (KARSCHUM, 2003).

Nessa problemática, o idoso compõe, quase sempre, um grupo retirado de seus planos, pois se descobre separado da família, da casa, dos amigos, das relações nas quais sua história de vida foi estabelecida. Pode-se agregar a essa exclusão social as marcas e decorrências das enfermidades crônicas não transmissíveis, que são os fatores fundamentais de sua internação até mesmo nas instituições de longa permanência (FREIRE JUNIOR, TAVARES, 2005). De acordo com estes autores pode-se dizer que a lei que produz direitos aos idosos, as políticas públicas de intervenção frente à exclusão social dos idosos e as políticas assistencialistas a essa “classe”, colaboram muito para sustentar o equilíbrio da vida social dos idosos. Mas a cultura de que tudo isso é concretizado por pena, juntamente com o individualismo da alta-modernidade, o desamparo familiar e o desrespeito social, põe em alerta o social e provoca, por muitas vezes, o falecimento acelerado (biológico) do indivíduo.

As tentativas da alta-modernidade em compreender o envelhecimento focalizam a sabedoria e a felicidade. Como já fora mencionado, no ser humano o

envelhecimento não é exclusivamente biológico. O homem, por suas características racionais, acolhe no processo de tornar-se ancião seus componentes sociais, suas “vidas”, seus relacionamentos e suas interações. Sendo assim, mais que biológico, o envelhecimento humano comporta aspectos de gênero, de etnia, de classe social, de cultura, e de tudo mais imbuído no ser “bio-psico-social” (ALMEIDA, 2005).

Para Tôrres e Santos (2008), se vive atualmente em uma sociedade na qual os direitos sociais são identificados como benefícios, como tutela, como um melhoramento e não como um direito à afirmação de uma vida social digna e de qualidade. Sendo assim, de acordo com Braga (2010), talvez seja um dos grandes mitos e equívocos da alta-modernidade ver a pessoa idosa como sendo alguém que não trabalha e que exclusivamente causa gastos à família e à sociedade; noutra palavra, descartável. Seguir essa linha de pensamento pode ser perigoso, especialmente diante dos dados demográficos apresentados anteriormente. Não se pode descartar a informação de que muitos idosos são os principais responsáveis pela composição da renda familiar (CAMARANO, 2002). Para encerrar as justificativas de que o idoso não é, na maioria dos casos, dependente dos seus familiares, Lima (2011) retoma dados do IBGE em que se verifica quase seis milhões de idosos com filhos ou outros parentes vivendo sob sua responsabilidade e, muitas vezes, juntamente com eles na mesma casa dependendo dos seus proventos para compor a renda (LIMA, 2011, p.29).

Cabe ainda lembrar que a maior parte da população, no que se refere à exclusão social do idoso, concebe o processo do envelhecimento como sendo fase de danos e inabilidades, avigorando a fantasia de que o decréscimo nas interações sociais é próprio a esta fase da vida. Deste modo, existem famílias que creem que o isolamento social seja uma consequência natural e alcança a maior parte das pessoas idosas. Cada grupo social e familiar, para conservar o equilíbrio, necessita basicamente gerar a inserção social dos idosos em alguma coisa produtiva e recreativa (SIQUEIRA, 2001).

Nesse ponto de vista, conforme o paradigma do desengajamento, os indivíduos na terceira idade afastam-se progressivamente de sua atividade social, para uma maior introspecção, como se ficassem se organizando para a morte súbita e fatal. Como já mencionado, uma morte civil. Assim, nota-se o decréscimo em todos os tipos de envolvimento do idoso nas atividades próprias da vida, em favor de um cotidiano mais limitado para que suas atividades não se distanciem dos

modelos impostos pela sociedade que, na maioria das vezes, exalta a energia do jovem. Como a alta-modernidade reforça os paradigmas de energia e juventude, conseqüentemente, vai alijando cada vez mais a pessoa idosa (NÉRI, 1991).

Sabe-se que nas sociedades pré-industriais os idosos eram apreciados pela sua astúcia, foram reverenciados, adorados e completamente identificados com os valores vigentes naquela época, tinham como resultado, alto *status* social. Em contrapeso, com a industrialização crescente, as corporações e instituições raramente aceitam alguma pessoa que não produza, que não cause lucros, separando, progressivamente, a chance para pessoas em idade acima de 60 anos do trabalho para composição da renda. Dessa forma, a sociedade industrial gerou transformações estruturais e paradigmáticas que, por sua vez, levaram a mudanças drásticas no modo de conviver da terceira idade (COSTA, 2007).

Do ponto de vista do capital, o envelhecido simula o trabalhador que já se tornou privado e atrasado e que necessita oferecer espaço às novas gerações de trabalhadores, dotados de conhecimentos modernizados e de uma maior disposição para o trabalho. Como dizia Karl Marx (1983), o capital não se atenta ao tempo de duração da força de trabalho, uma vez que seu esquadrão industrial de reserva tende a ser numericamente farto. Portanto, o velho necessita ser expulso, retirado do mercado de trabalho. A aposentadoria, de certa forma, adota, simbolicamente, o sentido de remoção ou saída da vida produtiva. Isso é bem claro pelas suas denominações em outros idiomas, como no inglês (*retired*) e no francês (*retrait*). A velhice, então, é aparentemente abandonada pelo projeto capitalista de educação, uma vez que a elite industrial jamais teve um projeto para os trabalhadores que envelheciam, a não ser mencionar táticas para os eliminar da esfera produtiva tal como a garantia do direito à aposentadoria – dando lugar aos adolescentes trabalhadores, de modo recente educados ou formados.

Para tanto, Peres (2004) aduz que a dificuldade que se nota com a discriminação por idade no mercado de trabalho tem influenciado sobremaneira na exclusão dos trabalhadores mais envelhecidos. Os atuais modelos bem-sucedidos de automação e de acumulação flexível colaboram e muito para a desvalorização dos idosos, uma vez que se unem às ideias de inovação e de velocidade. Deste modo, a condição de exclusão vivenciada por esses trabalhadores oferece uma determinante cultural bem expressiva, e a sua superação depende de

transformações estruturais no campo do mercado de trabalho, ou, ainda, no campo da educação.

No entendimento de D'Urso (2010), a vida humana, o bem maior de cada pessoa, origina-se de uma união, entretanto a sociedade se conduz pela individualidade, pelo desrespeito e pela desunião. Nesse aspecto, o individualismo social tem devastado em numerosos pedaços aquilo que necessitaria ser um todo, onde cada pedaço exclusivamente aprecia o seu mérito, esquecendo-se que existem outros. O mencionado autor acrescenta ainda que, como a sociedade cultiva a perfeição, o bem-sucedido, o belo, o saudável física e mentalmente, então algumas parcelas da população acabam sendo afastadas por ostentarem algum traço não admissível, por exemplo, serem carregadores de alguma deficiência, doentes, ter alguma anormalidade, formando-se, portanto, agrupamentos de pessoas excluídas da sociedade, e os idosos, excepcionalmente, fazem parte desses grupos, pois, na grande maioria, são bastante prejudicados por não dominarem as novas formas de interação mediada por tecnologias, por exemplo. Logo, o idoso não é excluído apenas no e pelo mercado de trabalho, mas também em tantas outras rotinas cotidianas nas quais sua participação vai sendo esquecida e/ou evitada (D'URSO, 2010).

Este tipo de vulnerabilidade gera por muitas vezes a exclusão social. Kowarick (2003, p. 69) mostra que a batalha contra as condições de marginalização é uma função essencial do Estado, sendo os programas de intervenções intitulados de "inclusão social". É necessário e respeitável prestar atenção às desiguais e emergentes formas de exclusão social para, depois, seguir com a aplicação de políticas públicas com maior grau de sucesso.

É individualmente extraordinário adotar-se uma abordagem apropriada no âmbito da identificação do problema que viabilize uma averiguação completa e planejada. A exclusão social é, na maioria das vezes, combatida por programas assistencialistas que apresentam como foco conservar os mais vulneráveis com determinado nível de satisfação, impedindo, portanto, a rebeldia e os riscos políticos (TSUGUMI, 2006).

Para Silva (2003), a categoria do envelhecido na época presente não tem declarado grandes alterações dos tempos remotos. Mesmo com o desenvolvimento tecnológico e social, muitos problemas ainda são localizados quando se trata do envelhecimento, pois não têm inovações, mas diferenças acentuadas. A

urbanização e a industrialização acentuaram as diferenças que, integradas aos preconceitos e estigmas, vêm evidenciando que as experiências acumuladas durante a vida não estão sendo aceitas pelos mais adolescentes.

5.6 Considerações

O envelhecimento é natural, um estado da vida. O olhar que a sociedade tem em relação às pessoas idosas e as percepções que elas próprias carregam de si e do estado “bio-psico-social” em que se encontram é determinante para, inclusive, barrar ou acelerar estados de marginalização ou inclusão, de discriminação ou valorização. Quando a pessoa idosa rompe cenários de exclusão digital e coloca-se em frente ao computador conectada à Internet, está ampliando suas possibilidades de interação social. No ciberespaço, o idoso pode conversar com amigos e familiares, trocar mensagens e textos, divulgar seus talentos como artesanatos, comprar, programar excursões em grupo, namorar, enfim, pode reforçar e ampliar seus laços de amizade, otimizar seus afazeres diários, sair da rotina e muito mais. Contudo, para isso, o idoso precisa antes ter rompido alguns paradigmas geracionais. Aprender o uso das tecnologias digitais é determinante para qualquer outra situação posterior.

Nesse ponto da necessidade de saber lidar com as tecnologias digitais é que muitos idosos “estacionam (ram)” à margem da sociedade, se retraem e deixam de lado a cibercultura. Estariam eles deixando de usufruir das novas possibilidades de interação social mediadas pelo computador como exposto acima? Não somente isso, o idoso que deixou de lado as tecnologias digitais tem enfrentado dificuldades no cotidiano que vão além da simples interação voluntária com amigos e outros “*hobbies* em rede”. Na contemporaneidade, os serviços mediados por plataformas digitais estão em quase todas as rotinas da sociedade. Como sobrevive nesse universo alguém que não foi alfabetizado, não nasceu permeado por códigos binários, telas planas interativas, tempo e espaço desconexos? Como reage um idoso ao deparar-se com a necessidade quase diária de “dialogar” com máquinas, “alimentar” aparelhos?

As relações intergeracionais podem representar um nicho científico para exercícios de compreensão da sociedade contemporânea. O idoso de hoje representa um grupo cravado numa fenda geracional entre o analógico e o digital.

As transformações propiciadas por tecnologias, desde os hominídeos ou mais fortemente pelo movimento ciberneticista, o “conviver”, representam cada vez mais complexidade e exigem igualmente, para o científico, reduzir essas realidades complexas para tentar compreendê-las. A sociedade ocidental contemporânea pode olhar para seus idosos e interpretar sua existência como um hiato geracional, um grupo com características mescladas entre imigrantes e nativos digitais. No capítulo cinco, um estudo de caso da cidade de Florianópolis (SC) que dentre outras abordagens, tenta explorar um pouco como convive o idoso nos dias atuais. A hipótese de pesquisa, os métodos e a ida ao mundo real, tudo será exposto, analisado e interpretado.

6 MÉTODOS, ANÁLISES E INTERPRETAÇÕES

6.1 Introdução

Tanto na proposta de pesquisa inicial, por ocasião do ingresso no mestrado, como nas nossas reflexões posteriores, com relação à elaboração do projeto de pesquisa, definição de problema, objetivos, referencial e procedimentos metodológicos, existia o interesse de trabalhar com questões sociais contemporâneas que permitissem – após transformadas em problemas sociológicos – dissertar sobre as remodelações do social, mediadas pela tecnologia, na sociedade de hoje.

Aos poucos, foi ficando clara a existência de um hiato geracional no que se refere ao uso contemporâneo das tecnologias digitais. Percebeu-se que as pessoas que na contemporaneidade possuem 60 anos ou mais, acompanharam ativamente a transição de uma realidade analógica (pós-industrial) para outra digital (cibercultural). É esse o ponto em que se fala de “hiato” – uma fenda entre gerações; lacuna que separa hipoteticamente nativos e imigrantes digitais³⁵.

Ao revisarmos a literatura com o objetivo de estabelecer um referencial teórico, ficaram claras, conforme já dissertamos em capítulos anteriores, as mudanças que têm ocorrido a partir de três principais revoluções: industrial, cibernética e demográfica. Desse complexo processo de intersecção de gerações e combinação de revoluções tecnológicas e capitalistas, interessou-nos o grupo de pessoas “idosas” da contemporaneidade. Assim, objetivou-se investigar mudanças gestadas pela cibercultura, tendo como foco as “pessoas idosas”, para conhecer e explicar os impactos relevantes das tecnologias digitais nas suas rotinas, para, posteriormente, confrontar as informações coletadas com a hipótese de pesquisa, qual seja: existe presença oculta de um novo tipo de exclusão social, aquela causada pela impossibilidade/dificuldade real do sujeito em lidar com mediações digitalmente tecnologizadas.

Neste quinto e último capítulo, apresentam-se as opções, e efetiva utilização de métodos, técnicas e os passos que foram dados para a verificação empírica da questão de pesquisa, bem como a verificação da hipótese central. Deste modo,

³⁵Prensky (2001) utiliza os termos Imigrante e Nativo digital ao estudar a relação aluno/professor no processo de ensino aprendizagem.

foram utilizados dados estatísticos do IBGE, os quais nos apoiamos tanto nos aspectos de revisão teórica, como nesta abordagem metódica, além de métodos quantitativo e qualitativo para realização desta investigação que, não deixa de ser um estudo de caso, pois ficou circunscrita no município de Florianópolis, capital do estado brasileiro de Santa Catarina. Assim, na coleta de dados realiza-se uma triangulação metodológica e na análise e interpretação destes, trabalhou-se com análise de conteúdo.

6.2 Tipo de pesquisa

A presente pesquisa foi conduzida a partir de uma triangulação metodológica. Conforme D'Ancona (1998, p. 47) “entende-se por triangulação a aplicação de distintas metodologias na análise de uma mesma realidade social”. A primeira abordagem de método que utilizamos foi o *Estudo de Caso*. Se considerarmos nosso objeto de pesquisa e a dimensão espacial em que este objeto se situa, a Cidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, é possível, sim, afirmarmos que se trata do conhecimento, em profundidade, de um “caso”: o caso dos idosos, no que se refere à relação com a tecnologia, na cidade de Florianópolis. A segunda abordagem, em que método e técnica não podem ser desvinculados do próprio estudo de caso, pelo contrário, constitui-se em dimensão central para um efetivo “mergulho” ao objeto empírico, foram utilizados os dados do IBGE, que deram suporte ou serviram de *background* para a realização de uma dimensão *quantitativa* da pesquisa, através da aplicação de *entrevistas estruturadas*. A terceira abordagem metódica foi uma pesquisa *qualitativa* em que se *analisaram os discursos* oriundos de entrevistas “abertas”, *semiestruturadas*, realizadas com os sujeitos pesquisados. A opção pela triangulação justifica-se pela complementaridade e maior aproximação do real. “A técnica da triangulação tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo” (TRIVIÑOS, 2010, p. 138).

6.2.1 Estudo de Caso

Ao abordar o estudo de caso (YIN, 2005, p. 32) argumenta que “é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade (...) no qual são utilizadas várias fontes de evidência”. Já para Becker (1997) o estudo de caso em ciências sociais está mais relacionado com uma comunidade, uma vez que é nela que o indivíduo envolve-se com o universo de significados e com os processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Sendo assim, para Becker (1997, p. 118)

O estudo de caso geralmente tem um duplo propósito. Por um lado tenta chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo, ao mesmo tempo, o estudo de caso também tenta desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estruturas sociais.

O recorte empírico para o estudo de caso é a população idosa do município de Florianópolis, capital do estado brasileiro de Santa Catarina. Segundo dados do Censo 2010 do IBGE, Florianópolis possui 421.240 habitantes. Destes, 48.423 possuem 60 anos de idade ou mais – logo, considerados em termos de legislação, como idosos. Esse número representa 11,5% do total da população do município.

6.2.2 Método/Abordagem Quantitativo

Na pesquisa quantitativa buscou-se mais identificar estatisticamente o perfil dos atores sociais diante das tecnologias digitais em suas rotinas, para isso, optou-se pela técnica da entrevista estruturada. A abordagem quantitativa permitiu identificar quais as tecnologias digitais que as pessoas idosas mais utilizam e suas escalas de dificuldade no respectivo manuseio. Por fim, com a realização das entrevistas estruturadas, foi possível elencar os principais serviços mediados por plataformas cibernéticas utilizados e não-utilizados pelas pessoas com 60 anos de idade, ou mais, residentes em Florianópolis. A contribuição do método quantitativo torna-se fundamental para o estudo na medida em que o mesmo dá subsídios para caracterizar a população idosa no que se refere a traços gerais importantes no contexto da relação com as tecnologias digitais. A adoção de métodos quantitativos nas pesquisas sociais é defendida por Triviños (2010):

A entrevista estruturada, ou fechada, pode ser um meio do qual precisamos para obter as certezas que nos permitem avançar em nossas investigações (...) é capaz de ser útil para evidenciar, na prática, certos comportamentos que nos interessam colocar em alguma perspectiva ou convencer-nos de sua ausência (TRIVIÑOS, 2010, p. 135-136).

Para estabelecer a amostra da pesquisa quantitativa, optou-se pelo método de amostragem não-probabilístico, não-causal, por cotas. Conforme GIL (2012) “de todos os procedimentos de amostragem definidos como não probabilísticos, este é o que apresenta maior rigor” (p. 94). D’Ancona (1998) diz que esta é “uma das modalidades mais populares e parte da segmentação da população de interesse em grupos, a partir de variáveis sócio-demográficas relacionadas com os objetivos da investigação” (p. 196). Destarte, a pesquisa não é representativa estatisticamente, serve-nos para indicar tendências do perfil dos idosos do caso estudado que recebe maior vigor diante da triangulação metodológica.

D’Ancona (1998) et al. deixa claro que na amostragem por cotas “é o próprio pesquisador que elege os entrevistados, em qualquer momento e lugar (...) a única condição que se impõe é que se ajuste às cotas fixadas” (D’ANCONA, 1998, p. 199). Assim, ao sair para as entrevistas, o pesquisador coloca-se em local público, de ampla circulação como ruas, praças, parques e centros comerciais; contudo, não se sabem as chances de determinado elemento da população vir a participar da amostra. Sabe-se, outrossim, que para participar é necessário cumprir determinadas características, estabelecidas em cada “célula” da cota.

A Tabela 2 apresenta a distribuição da população fixada para esta pesquisa com a respectiva amostra, seguindo as faixas etárias definidas pelo IBGE nos estudos censitários:

Tabela 2 – Distribuição do universo e da amostra para pesquisa quantitativa

Faixa etária	População		Amostra	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
60-64	7.639	9.019	8	9
65-69	4.930	6.124	5	6
70-74	3.573	4.627	4	5
75-79	2.235	3.492	2	4
80-84	1.348	2.473	1	3
85-89	573	1.375	1	1
90-94	184	568	1	1
95-99	38	177	-	-
100 ou mais	9	39	-	-
Subtotal	20.529	27.894	22	29
Total	48.423		51	

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010, e de D’Ancona (1998) et al.

Observa-se que, conforme D’Ancona (1998), para a amostra por cotas dividiu-se a população de cada cota por mil, chegando-se assim ao número de participantes da entrevista estruturada. Esse critério varia de pesquisa para pesquisa e depende muito dos objetivos do estudo (p. 198). Na presente pesquisa, a aplicação de entrevistas estruturadas buscou traçar perfis mais característicos dos idosos e suas relações com as tecnologias digitais. No apêndice A é possível conhecer o instrumento de coleta de dados desenvolvido para a pesquisa e no apêndice B tem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

6.2.3 Método/Abordagem Qualitativo: análise de conteúdo

Destaca-se que este processo de pesquisa qualitativa não segue uma linearidade, portanto, ocorreram diversas retomadas de angulações teóricas – idas e vindas nas diferentes etapas da construção do conhecimento. Argumenta-se aqui que idosos representantes dos perfis identificados na etapa quantitativa foram oportunizados a falar livremente sobre temas correlatos ao problema de pesquisa. Nessa espontaneidade, fica mais rica a coleta de dados pelo pesquisador. Com base nos perfis identificados na pesquisa quantitativa, foram abordadas três questões abertas a fim de perceber mais subjetivamente a situação contemporânea do idoso de Florianópolis frente às tecnologias digitais. Essas perguntas foram: “você poderia falar um pouco sobre suas atuações profissionais e sua família?”;

“você se considera idoso?”; “o que é ser idoso?”; e, “como é sua relação com as tecnologias?”. Os entrevistados dessa etapa foram escolhidos intencionalmente dentre os participantes da amostra quantitativa.

Como a pesquisa qualitativa foi desenvolvida por saturação teórica, dos 51 idosos entrevistados na fase quantitativa, três foram convidados para uma primeira rodada de entrevistas semiestruturadas. O critério para definir o número de entrevistas é a saturação dos depoimentos, isto é, quando as novas contribuições coletadas não trazem mais informações relevantes, desconhecidas e importantes para o estudo do seu conteúdo. Nesse sentido, foram realizadas três rodadas de três entrevistas cada, totalizando nove informantes na pesquisa qualitativa.

Assim, para atender a complexidade e as visões holísticas da pesquisa, adotou-se a técnica da entrevista semi-estruturada. Nessa segunda etapa, a abordagem qualitativa está vinculada diretamente à *análise de conteúdo*; conteúdo este oriundo das falas dos sujeitos de pesquisa que, após gravadas e degravadas, em forma de texto, seus conteúdos são analisados a partir da construção de categorias de análise previamente propostas pelo pesquisador, (categorias *a priori*), além das categorias emergentes, ou seja, aquelas imprevistas, mas que estão relacionadas diretamente com o interesse da nossa pesquisa.

A análise de conteúdo tem as suas raízes na Sociologia do Conhecimento. Ela tem sido utilizada amplamente nos estudos sociais da ciência, principalmente a partir da década de 80, com o maior desenvolvimento da Sociologia do Conhecimento Científico. A análise de conteúdo é propícia para descobrir conteúdos e estruturas de mensagens que somente adquirem significado quando avaliadas dentro de uma estrutura conceitual mais ampla e que contemple a dimensão de sua historicidade. A utilização desta metodologia tem sido empregada para esclarecer mecanismos de significação que não são imediatamente perceptíveis (Pereira, 1998).

Quando defende a análise de conteúdo, Bardin (2012, p. 34) diz que “apelar para esses instrumentos de investigação laboriosa de documentos é situar-se ao lado daqueles que, de Durkheim a Bourdieu passando por Bachelard, querem dizer não ‘à ilusão da transparência’ dos fatos sociais”. No mesmo sentido, Bardin (2012) cita dois objetivos principais para que determinada pesquisa faça uso da análise de conteúdo: a “superação da incerteza” vinda ou tida muitas vezes apenas com base em leituras simplistas do real ou exclusivamente em observações estatísticas; e, o

“enriquecimento da leitura”: para fugir dos olhares espontâneos, muitas vezes sem pertinência (p. 35). Desta forma, com a análise dos conteúdos orais coletados, buscou-se validar mais amplamente as leituras de mundo, partilhando de uma ciência mais holística e heurística e menos generalizável. Ao mesmo tempo, buscou-se nas mensagens expressas pelos atores – em meio as suas rotinas – elementos para a compreensão de fenômenos que, *a priori*, não teríamos referências para submetê-los ao entendimento científico e tão pouco para gerar conhecimento.

Por definição, “análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2012, p. 37). Esse método privilegia a contextualização do que é dito, das mensagens; sejam elas a “fala”, o “calar”, o “suspirar” e assim por diante. Ainda conforme a autora, a análise de conteúdo tem três etapas principais: (a) pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados; (b) inferências; e, (c) interpretações.

Por fim deseja-se mencionar que a presente pesquisa foi submetida e aprovada junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pelotas. Além de servir para a validação dos instrumentos utilizados, visto que os mesmos foram avaliados e receberam contribuições de uma comissão de profissionais de outras áreas, o parecer favorável desta instância dá cumprimento ao estabelecido na Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996 do Conselho Nacional de Saúde.. O parecer consubstanciado da relatoria foi registrado na Plataforma Brasil sob o número 213.403.

6.3 Análise dos dados

6.3.1 Dados Quantitativos da Pesquisa

Na pesquisa quantitativa, os dados obtidos foram tabulados com destaque para as perguntas que suscitaram contrastes relevantes frente à problemática de pesquisa. Nesse sentido, as respostas foram reunidas em tabelas e gráficos para melhorar a descrição dos fenômenos observados, principalmente utilizando a porcentagem da frequência das respostas. Inicialmente, destaca-se que os respondentes residem no município de Florianópolis, em média, há 35,8 anos. O respondente que reside há mais tempo disse “82 anos” e o que reside há menos tempo disse “quatro anos”.

Dos 33 bairros oficialmente reconhecidos pelo IBGE e cadastrados no Geoprocessamento³⁶ da Prefeitura Municipal de Florianópolis, 21 tiveram respondentes envolvidos na pesquisa – tanto da ilha quanto da região continental. A Figura 9 dá mais detalhes sobre a localização da residência dos 51 informantes, bem como os locais em que os mesmos foram abordados pelo pesquisador. Percebe-se que foram oito os pontos em que o pesquisador realizou as entrevistas estruturadas e que 15 dos 33 bairros têm moradores presentes na pesquisa.

³⁶ Projeto da administração municipal que organiza as informações geográficas. Disponível em <<http://geo.pmf.sc.gov.br>>. Acesso em 15 de jan. de 2013.

sentido de se captar a autopercepção dos informantes, quando indagados sobre esse conceito de “idoso” que, como já fora mencionado, recebe significações diversas e é muito mais fruto de convenções sociais que propriamente de realidades individuais.

Tabela 3 - Você se considera idoso?

Resposta	Frequência	Porcentagem
Sim	08	16
Não	43	84
Total	51	100

Fonte: pesquisa (2013).

Percebe-se que, apesar de todos os entrevistados pertencerem “legalmente” ao grupo que também socialmente é tido como de “idosos”, 84% não se consideram dessa forma. Esse apontamento majoritário de recusa indicado pela pesquisa pode estar relacionado com um entendimento semântico de não-pertencimento, motivado, talvez, pelos estereótipos e aspectos negativos associados à expressão “ser idoso”. A porcentagem de idosos que disseram “sim” não chega a 20%, o que indica que a maioria dos idosos entrevistados não se considera como tal.

Com relação à situação conjugal do grupo entrevistado, a maioria é composta por idosos viúvos (39%). Chama a atenção ainda a presença de situação conjugal bastante diversificada entre os informantes. Se por um lado 23% continuam casados, 16% disseram estar namorando, solteiro ou em união estável – número ligeiramente inferior aos 22% que assumiram estar separados ou divorciados.

Tabela 4 - Qual é a sua situação conjugal?

Resposta	Frequência	Porcentagem
Casado	12	23
Solteiro	03	6
Separado ou divorciado	11	22
Viúvo	20	39
Namorando	03	6
União estável	02	4
Total	51	100

Fonte: pesquisa (2013).

Diante das informações da Tabela 4, percebe-se uma confirmação dos apontamentos teóricos e estatísticos apresentados anteriormente com relação às remodelações sociais nas estruturas familiares. Estas, já podem ser percebidas

inclusive entre os idosos que, como sujeitos da chamada alta-modernidade e suas transformações, experimentam situações que possivelmente em períodos anteriores não seriam constatadas com a mesma dispersão de ocorrência. Quer-se dizer que a pesquisa encontra uma manifestação clara do fenômeno contemporâneo de remodelação social no comportamento conjugal dos entrevistados. Uma das possibilidades indicadas para o cenário pode dizer respeito ao menor culto à manutenção dos casamentos. Atenta-se para o dado de que o número de separados/divorciados é muito próximo ao de casados.

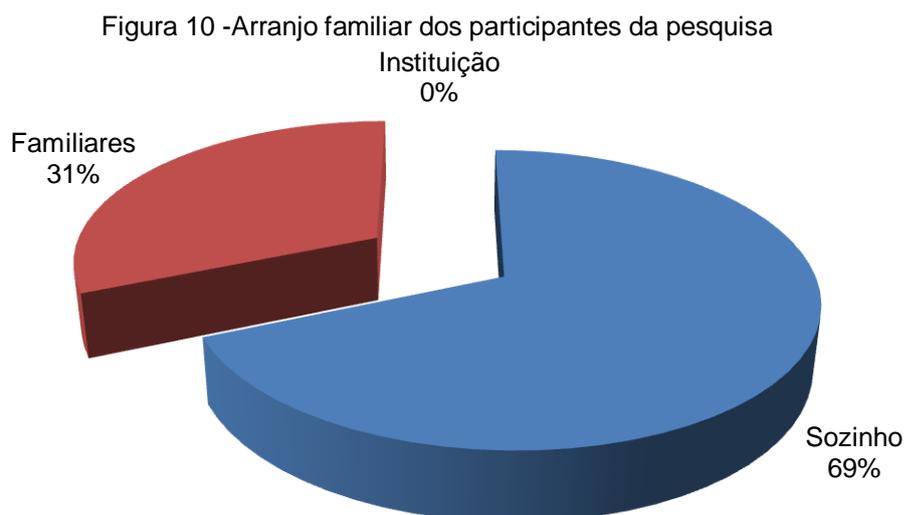
Ainda com relação ao arranjo familiar dos idosos participantes da pesquisa, verifica-se que 69% vivem sozinhos enquanto 31% indicam morar com familiares. Como mostra a Tabela 5, nenhum dos informantes mora em instituições como asilos, lares e outros.

Tabela 5 - Arranjo familiar dos participantes da pesquisa

Resposta	Frequência	Porcentagem
Sozinho	35	69
Familiares	16	31
Instituição	0	0
Total	51	100

Fonte: pesquisa (2013).

A seguir, a Figura 10 apresenta de outro modo, facilitando a visualização da representatividade de idosos que residem sozinhos. A grande área azul corrobora a necessidade de atenção específica às políticas públicas de assistência à pessoa idosa. Morar sozinho tem fatores positivos e negativos em qualquer fase da vida. Pelo lado positivo, quem não conta com a presença ininterrupta de outras pessoas pode tornar-se mais independente. No entanto, considerando os laços de amizade e a rotina da pessoa que reside só, podem surgir sinais de solidão e outras conseqüências associadas. Outra questão que pode ser considerada, no contexto do idoso que mora sozinho, é que às vezes estes optam por contratar um cuidador ou recorrem à ajuda voluntária de terceiros. Dependendo da situação, o idoso pode ser posto em condição de vulnerabilidade no que se refere à segurança e independência financeira, principalmente.



Fonte: pesquisa (2013).

Visando a conhecer melhor o perfil dos idosos residentes na cidade de Florianópolis, questionou-se a respeito do nível de escolaridade. Assim, chega-se à Tabela 6.

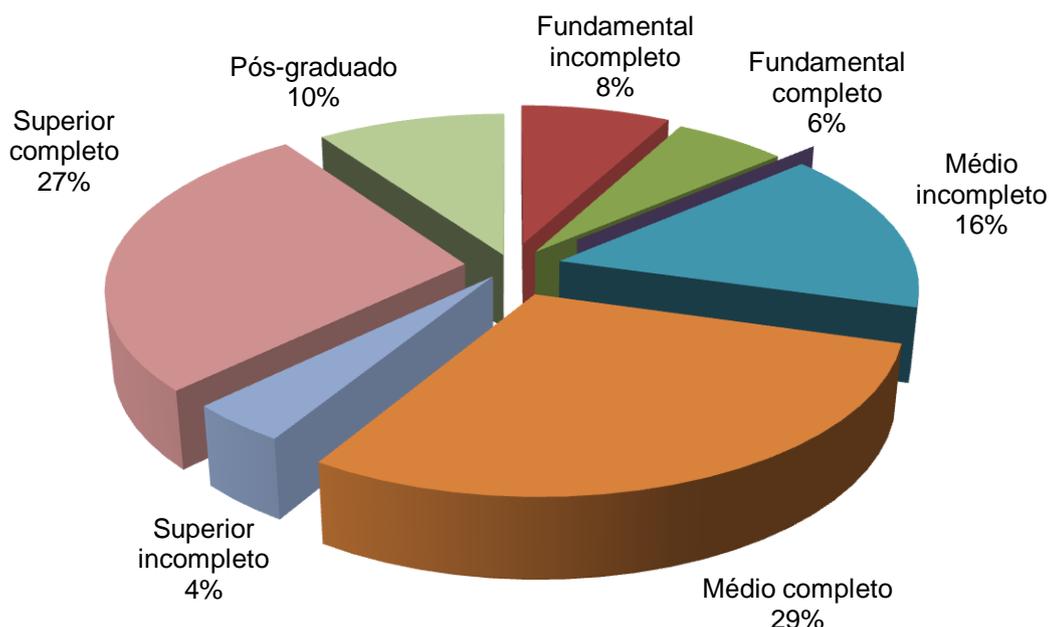
Tabela 6 -Nível de escolaridade dos participantes da pesquisa

Resposta	Frequência	Porcentagem
Nunca frequentei a escola	0	0
Ensino fundamental incompleto	04	8
Ensino fundamental completo	03	6
Ensino médio incompleto	08	16
Ensino médio completo	15	29
Ensino superior incompleto	02	04
Ensino superior completo	14	17
Pós-graduado	05	10
Total	51	100

Fonte: pesquisa (2013).

A primeira observação importante é a de que nenhum dos participantes é analfabeto. Destaca-se ainda o fato de 10% dos idosos possuírem pós-graduação e 17% terem concluído curso superior. A escolaridade do grupo pesquisado concentra-se mais a partir do segundo grau e para além deste nível.

Figura 11 -Nível de escolaridade dos participantes da pesquisa.



Fonte: pesquisa (2013).

Segundo o Censo 2000 do IBGE, essa é uma realidade específica das capitais e grandes centros, onde o acesso à educação foi mais fomentado historicamente. Na mesma pesquisa, o IBGE constatou que em média os idosos de Santa Catarina estudaram 3,7 anos. No Distrito Federal, sede da capital brasileira, esse número salta para 6,8 anos. O pior cenário identificado pelo IBGE em 2000 é o dos estados do Maranhão e de Tocantins, que empataram com uma média de 1,5 anos de estudo entre os idosos. Desta pesquisa censitária nacional surgiu o Programa Brasil Alfabetizado, uma política pública para elevar o grau de escolaridade dos brasileiros em faixa etária fora da idade escolar³⁷. Entretanto, isto também demonstra as transformações que a sociedade brasileira vem sofrendo nessa contemporaneidade e de modo muito acelerado. Há poucas décadas atrás, certamente este dado apresentar-se-ia muito diferente.

Quando questionados sobre a renda familiar, oito entrevistados preferiram não responder (16%). Alguns destes alegavam que a informação era desnecessária,

³⁷ Antes de 2003 já existiam outros programas de mesmo objetivo como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), de 1967-1985; e, a fundação Educar, de 1986-1990. Vale destacar que o governo federal condiciona o orçamento anual das Instituições de Ensino, prefeituras e unidades federativas ao cumprimento das metas desses programas. Uma forma que tem se mostrado eficaz, mas que requer cada vez mais vigilância com vistas à manutenção da qualidade do ensino. Ou seja, evitar que em prol dos números se abra mão da qualidade.

outros questionavam a intenção da pergunta. Dos que responderam, houve uma divisão bastante marcante entre aqueles que têm renda de um a três salários mínimos (49%) e os que recebem quatro ou mais salários mínimos (51%).

Tabela 7 - Renda familiar do grupo pesquisado

Resposta	Frequência	Porcentagem
Até um salário mínimo (R\$ 678,00 ou menos)	04	9
Até dois salários mínimos (R\$ 1.356,00 ou menos)	09	21
Até três salários mínimos (R\$ 2.034,00 ou menos)	08	19
Até quatro salários mínimos (R\$ 2.712,00 ou menos)	07	16
Até cinco salários mínimos (R\$ 3.390,00 ou menos)	09	21
Mais de cinco salários mínimos (R\$ 3.390,00 ou mais)	06	14
Total	43	100

Fonte: pesquisa (2013).

Com relação à renda familiar, verificou-se ainda se os idosos entrevistados ajudavam alguém com seus rendimentos. A pesquisa revela um dado bastante considerável: 94% dos informantes dividem sua renda. Apenas 6% dos idosos não utilizam a renda para ajudar pessoas próximas. Conforme consta nos diários de campo do pesquisador, ao falar sobre essa questão, 11 entrevistados demonstraram insatisfação com a necessidade de ter que dividir os próprios proventos. Tal reação observada pode estar relacionada, por exemplo, com o fato de o idoso não saber como lidar para cessar a necessidade de auxílio financeiro. Contudo, ao contrário, duas outras entrevistadas fizeram comentários positivos e manifestaram alegria ao comentarem que conseguem ajudar netos e filhos mensalmente no pagamento de cursos universitários e aluguéis.

Tabela 8 - Ajuda alguém com seus rendimentos?

Resposta	Frequência	Porcentagem
Sim	48	94
Não	03	6
Total	51	100

Fonte: pesquisa (2013).

Ao todo, os 51 idosos apontaram 12 diferentes atores sociais que recebem ajuda a partir da sua renda mensal. Para fins de tabulação, as respostas foram reunidas em cinco grupos, conforme Tabela 9. Foi surpresa a frequência das respostas relacionadas à caridade. Esse dado, numa análise relacional, pode indicar em alguma medida que a pessoa idosa mantém muito presente os valores coletivos; em detrimento dos individuais. O fato constatado de a pessoa idosa realizar doações pode ainda estar associado às questões religiosas.

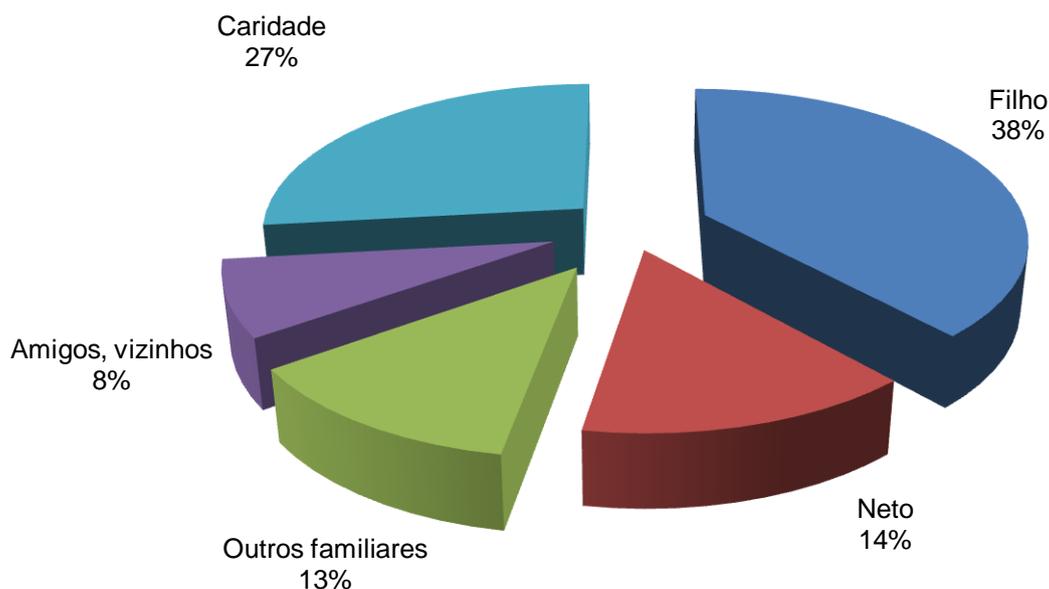
Tabela 9 - Quem os idosos mais ajudam com os seus rendimentos

Resposta	Frequência	Porcentagem
Filho	43	38
Neto	16	14
Outros familiares	14	13
Amigos, vizinhos	09	8
Caridade	30	27
Total	112	100

Fonte: pesquisa (2013).

A partir da Tabela 9 pode-se observar ainda que 38% dos idosos ajudam seus filhos. Conforme fora citado anteriormente, sabe-se que em muitos casos o idoso que é detentor de aposentadoria acaba assumindo a manutenção do grupo familiar que, igualmente, tem passado por mudanças. As famílias que possuem pessoa idosa em casa, às vezes, incluem a renda desta no orçamento. A Figura 12 ajuda a visualizar melhor a distribuição das respostas dos idosos.

Figura 12 - Quem os idosos mais ajudam com os seus rendimentos



Fonte: pesquisa (2013).

Até aqui, tem-se que o grupo de idosos entrevistado para estudo de caso do município de Florianópolis é caracterizado por – na maioria das respostas – não considerar-se idoso, viver sozinho, em situação conjugal de viuvez, com nível de escolaridade acima da média da maioria das capitais brasileiras, com renda bastante variável, mas que permite a constatação de que a maioria recebe mais de quatro salários mínimos e, por fim, que quase a totalidade dos idosos ajuda terceiros com sua renda mensal.

Posto esse perfil mais geral, entrar-se-á agora em questões que estão vinculadas mais diretamente ao tema de pesquisa e à problemática, ou seja: a relação cotidiana desses idosos com as tecnologias informacionais/digitais. Entretanto, a pesquisa não poderia deixar de “qualificar” esse idoso, em termos de alguns parâmetros sociais. A primeira pergunta nesse sentido solicitou aos respondentes que elencassem seis tecnologias consideradas principais nas suas vidas. O objetivo desta questão foi instigar os idosos a pensarem sobre “tecnologias” e, na sequência, anotar as manifestações espontâneas a fim de obter um indicador possível a cerca do fato da conotação que a pessoa idosa possui com relação ao termo. Assim, analisando as respostas, percebe-se que há um quase consenso social de que tecnologia é apenas produto eletrônico, artefato físico. Nenhum dos

informantes manifestou, por exemplo, tecnologias da área da saúde como vacinas e medicamentos. Também não foram mencionadas tecnologias sociais.

Tabela 10 - Tecnologias mais citadas pelos entrevistados

Resposta	Frequência	Porcentagem
Televisão	56	18
Energia elétrica, luz	16	5
Meios de transporte (carro, avião, moto)	22	7
Eletrodomésticos (geladeira, batedeira, micro-ondas, liquidificador, ferro de passar, congelador)	53	17
Construções, prédios, casas	11	4
Computador, <i>notebook</i>	52	17
Telefone, celular, <i>tablet</i>	43	14
Rádio	48	16
Relógio	02	1
Antena parabólica	02	1
Dentista	01	0
Total	306	100

Fonte: pesquisa (2013).

Cabe ressaltar que diversos idosos repetiram respostas na tentativa de completar as seis principais tecnologias solicitadas. Apesar do equívoco, como o objetivo era justamente manter a espontaneidade, o entrevistador não avisava da repetição, tomando nota de todas as manifestações. Isso explica porque algumas tecnologias têm mais de 51 indicações. Para ficar mais claro, toma-se de exemplo a “televisão”, em que cinco idosos repetiram sua menção, totalizando 56 frequências. No caso dos eletrodomésticos, decidiu-se por agrupar as respostas, visto tratarem-se de itens relacionados e não existir aparente prejuízo para o estudo.

Esse conceito estereotipado, limitado de tecnologia pode ser explicado por ser esse o conceito mais divulgado nas falas de senso comum. Com a consagração dos métodos científicos, a tecnologia e a inovação tornaram-se conceitos amplos, mais abrangentes. Numa observação genérica, é possível afirmar que na contemporaneidade existe tecnologia em quase todos os processos cotidianos, do alimento que se mantêm conservado por meses até o silicone que recompõe partes do corpo. Apesar de existir esse entendimento, na espontaneidade, constata-se que a expressão “tecnologia” ainda fica restrita a artefatos maquínicos.

Todos os idosos participantes da pesquisa responderam que são clientes de algum banco. Sobre as formas utilizadas para movimentações financeiras, fica claro

que 65% dos idosos utilizam caixas eletrônicos, enquanto 31% dirigem-se ao atendimento pessoal direto. Verifica-se que apenas 4% usam o computador para realizar serviços bancários de suas contas e nenhum dos informantes realiza esses serviços a partir do telefone celular.

Tabela 11 - Como os idosos realizam suas movimentações bancárias

Resposta	Frequência	Porcentagem
Pessoalmente, no caixa	16	31
No caixa eletrônico	33	65
Pelo computador, via Internet	02	4
Pelo telefone celular	0	0
Total	51	100

Fonte: pesquisa (2013).

Na pesquisa estruturada, perguntou-se ainda a frequência com que os idosos realizavam tais movimentações financeiras em suas contas. As respostas mostraram que 55% dos informantes movimentam a conta uma vez por mês, 18% disse duas vezes ao mês, 21% respondeu uma vez por semana e 6% afirma movimentar a conta diariamente. Na sequência, quis-se saber se nos seus bancos existe a opção de escolha entre o atendimento pessoal e o do caixa eletrônico.

Tabela 12 - Existe a opção de escolher entre o atendimento pessoal e o eletrônico?

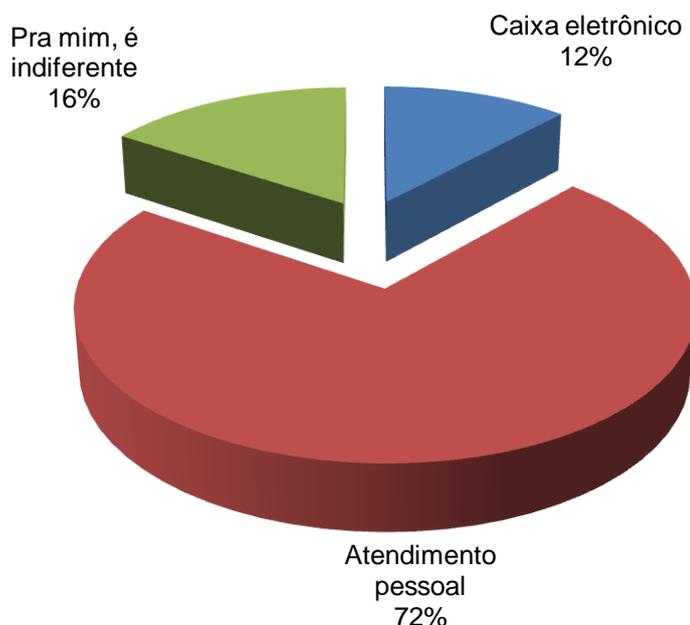
Resposta	Frequência	Porcentagem
Sim, sempre	29	57
Sim, às vezes	17	33
Não, nem sempre	05	10
Não, nunca	0	0
Total	51	100

Fonte: pesquisa (2013).

A Tabela 12 mostra que a maioria dos idosos respondeu “sim, sempre” existe a opção. Porém, percebe-se que 33% disseram “sim, às vezes”. Nesse caso, encontra-se um indício de que nos bancos o idoso nem sempre é atendido da maneira que deseja, isso é corroborado pelos 10% que afirmam que “não, nem sempre” lhes é oferecida a opção de escolha entre o atendimento pessoal e eletrônico.

Para encerrar essa abordagem do idoso e suas interações mediadas por tecnologias digitais nos serviços financeiros, buscou-se descobrir qual é a preferência do idoso quando está precisando de atendimento bancário.

Figura 13 - Preferência dos idosos quanto ao atendimento bancário.



Fonte: pesquisa (2013).

Nota-se que 72% dos idosos preferem o atendimento pessoal, isso pode estar relacionado com dificuldades desse público em lidar com o terminal de autoatendimento, com inseguranças, receios de errar e ter ou causar prejuízos, entre outras possibilidades. Cruzando os dados coletados, tem-se que o idoso nem sempre tem à disposição a oportunidade de escolha entre as modalidades mais tradicionais de atendimento nos bancos, apesar de a maioria absoluta preferir ser atendido por pessoas ao invés de máquinas.

Nesse ponto, existe uma reflexão importante a ser feita. Esta, diz respeito à transferência de responsabilidades que pode ser observada nas empresas bancárias contemporâneas. Alguns bancos não permitem mais que o cliente entre na fila de atendimento nos caixas para realizar pagamento de faturas que possuem códigos de barra. A alegação dos atendentes é de que essa operação deve ser feita nos terminais de autoatendimento. Ou seja, pagam-se taxas para um serviço que o próprio cliente vem sendo forçado a realizar. O mesmo ocorre com os gerenciadores financeiros virtuais. Um *software* executa as operações que o cliente programa, sem

envolvimento efetivo da instituição financeira. Esse afastamento do homem nas tarefas é verificável ao mesmo tempo em que o próprio dinheiro torna-se cada vez mais virtual, numérico.

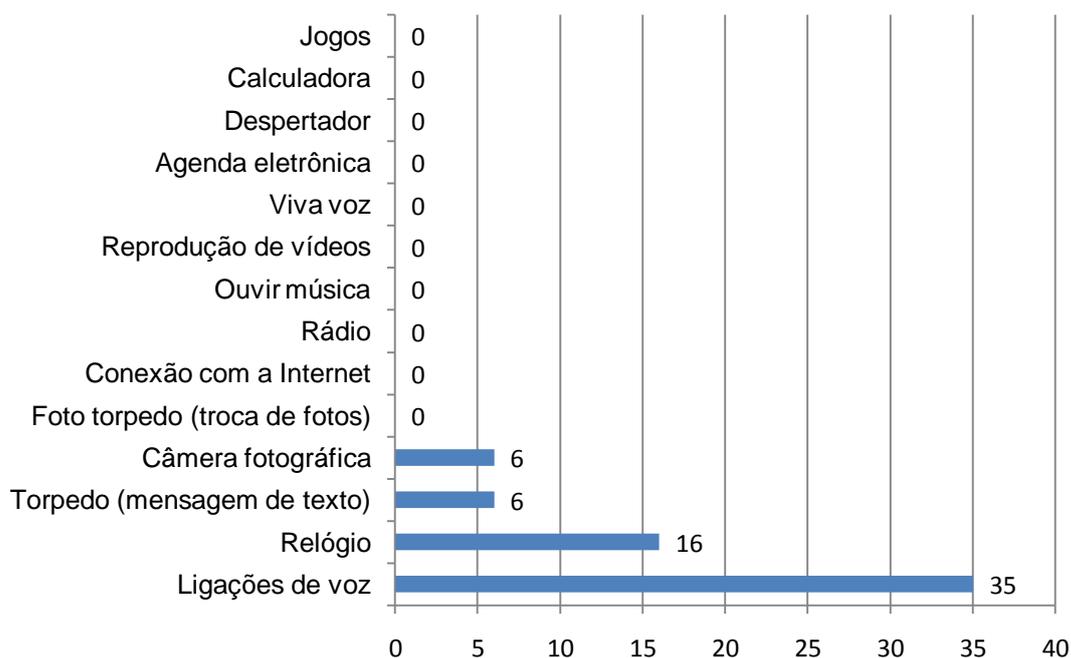
Avaliando anotações do diário de campo do pesquisador, mesmo na etapa quantitativa, é possível observar manifestações de insegurança dos idosos em relação aos caixas eletrônicos e às filas preferências. Um dos comentários anotado de uma informante de 73 anos relata que ao mesmo tempo em que existem as filas preferenciais, quase sempre tem apenas um atendente que vai intercalando o atendimento geral com o prioritário. De alguma forma, a reestruturação da cadeia produtiva do sistema bancário – impulsionada também pela tecnologia – tem influencia na redução marcante do número de funcionários nos bancos, bem pontuada no comentário da informante.

Seguindo os aspectos do uso cotidiano das tecnologias, perguntou-se aos idosos se eles possuem telefone celular: 69% disseram “sim” e 31% responderam “não”. Pode-se afirmar então que entre os idosos o telefone celular também é bastante comum, muito embora um terço dos entrevistados não utilizam esta tecnologia. No Brasil, dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)³⁸ indicam que existem 254,95 milhões de linhas de telefonia celular ativas, para 190,77 milhões de habitantes. Logo, é claro que muitos brasileiros possuem mais de um celular.

Outro questionamento feito aos idosos buscou saber quais as funções dos aparelhos telefônicos são mais utilizadas. De uma lista com 13 possibilidades, os informantes deveriam atribuir uma das cinco opções (Uso sempre; Uso às vezes; Não uso; Raramente uso; Nunca uso). Tanto durante a aplicação das entrevistas quanto na tabulação das respostas, percebeu-se que as respostas se concentraram nas funções mais tradicionais dos aparelhos e que não houve significativa dispersão entre as opções da escala, ficando a maioria das respostas para “Uso sempre” ou “Nunca usei”. A Figura 14 mostra a síntese das respostas:

³⁸ Disponível em www.anatel.gov.br.

Figura 14- Principais usos das funções do telefone celular pelos idosos.



Fonte: pesquisa (2013).

OBS: A linha azul indica o número de informantes que disseram "Uso sempre".

Buscaram-se aspectos semelhantes com relação ao computador, tem-se que 73% dos informantes possuem computador em casa, enquanto 27% não possuem. Sobre o acesso à Internet, 49% estão conectados, 38% não pertencem à grande rede de computadores e 13% não souberam responder. A pergunta seguinte indagava se o idoso utiliza computador.

Tabela 13 - Você utiliza computador?

Resposta	Frequência	Porcentagem
Sim	31	61
Não	20	39
Total	51	100

Fonte: pesquisa (2013).

É importante fazer a ressalva de que, como mostra a Tabela 13, o número de idosos que utilizam computador é menor que o número de idosos que possuem computador. Isso pode ser explicado pelo fato de que na residência existe computador para uso do grupo familiar, contudo, o idoso não o usa. Dentre aqueles idosos que usam computador, questionou-se quais os principais usos. Os resultados são apresentados na Tabela 14:

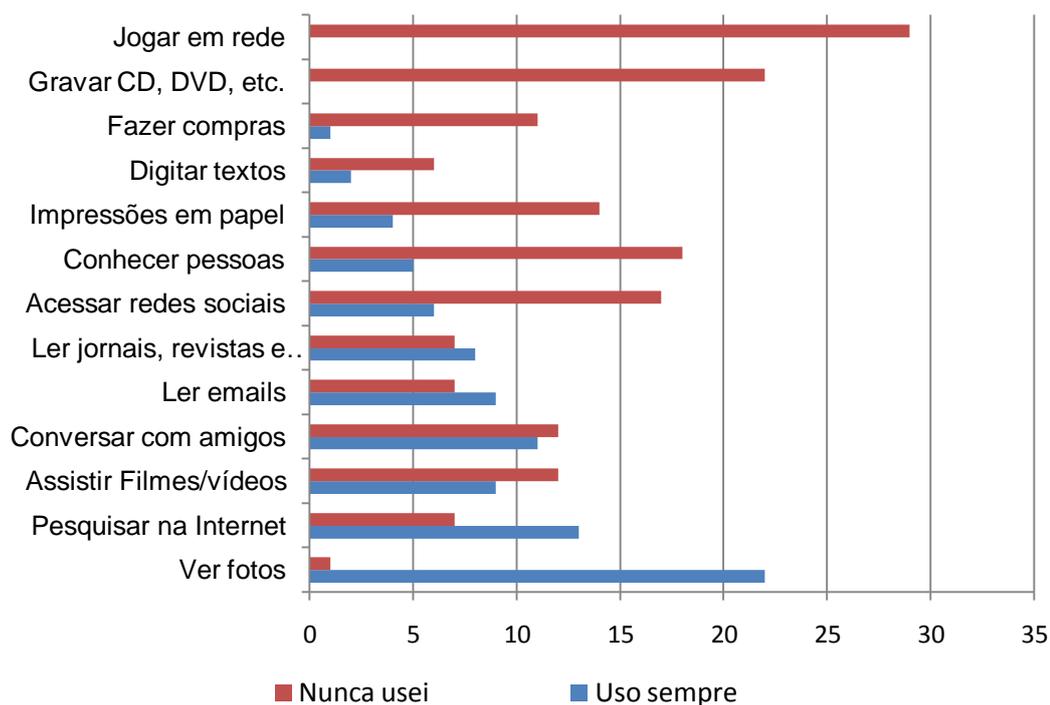
Tabela 14 - Principais usos do computador pelos idosos entrevistados

Resposta	Uso sempre		Nunca usei	
	Frequência	%	Frequência	%
Ver fotos	22	24	1	1
Pesquisar na Internet	13	14	7	4
Assistir Filmes/vídeos	9	10	12	7
Conversar com amigos	11	12	12	7
Ler emails	9	10	7	4
Ler jornais, revistas e outros	8	9	7	4
Acessar redes sociais	6	7	17	10
Conhecer pessoas	5	6	18	11
Impressões em papel	4	5	14	9
Digitar textos	2	2	6	4
Fazer compras	1	1	11	7
Gravar CD, DVD, etc.	0	0	22	14
Jogar em rede	0	0	29	18
Total	-	100	-	100

Fonte: pesquisa (2013).

Novamente a tabulação apresenta apenas as extremidades da escala de opções de respostas porque as indicações contidas nas variáveis “às vezes” e “raramente” não trariam valores expressivos. O que se percebe com bastante clareza diante dos dados de usos do computador por idosos é o destaque nas atividades que podem ser classificadas como de pouca complexidade para a maioria das possibilidades expostas aos usuários comuns. Assim, no grupo pesquisado, fica posta a inexistência de idosos que jogam online e que realizam gravações de mídias móveis como CD e DVD. Comprar pela Internet também não é habitual entre os idosos que usam computador. O que eles mais fazem é ver fotos, assistir a vídeos, fazer pesquisas, conversar com amigos, ler email e acessar redes sociais. Vendo por esse aspecto, nota-se grande manuseios de ferramentas/usos que reforçam a interação social, ainda que virtual. Porém, no mesmo cenário, percebe-se que 50% dos entrevistados vão somente até a quarta função elencada. Logo, têm-se sinais de inclusão marginal. Na Figura 15 a leitura das respostas pode ser facilitada com ajuda do gráfico que contrapõe o que os idosos fazem (em azul) e não fazem (em vermelho) quando estão usando o computador.

Figura 15 - Principais usos do computador pelos idosos



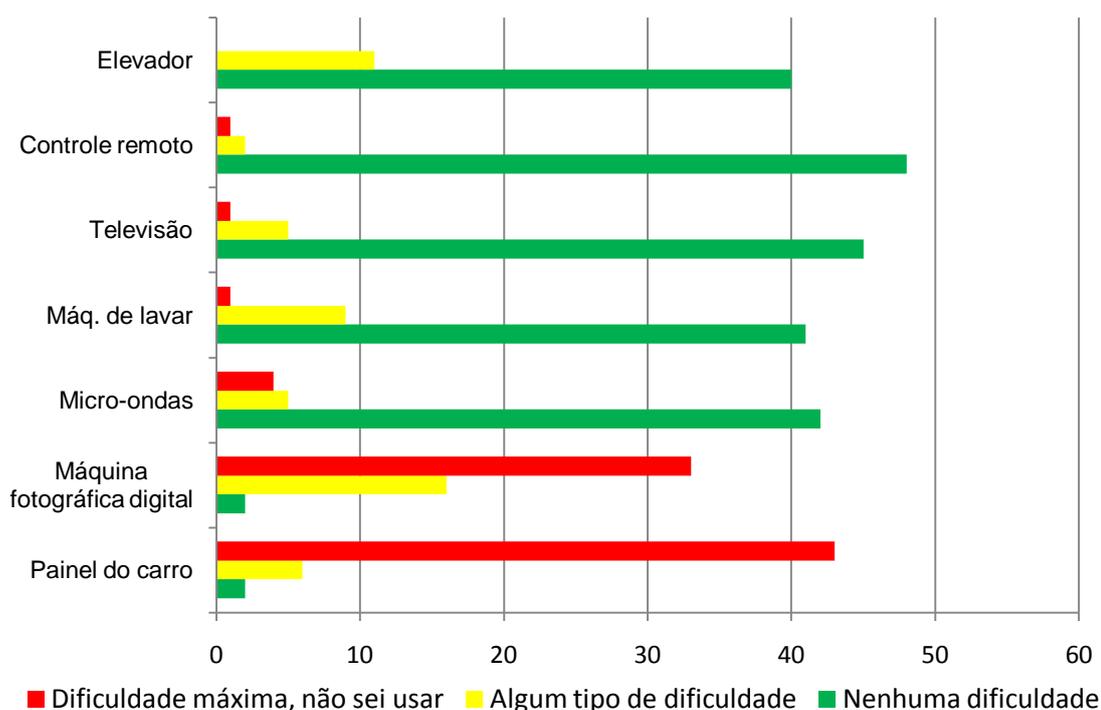
Fonte: pesquisa (2013).

As anotações do diário de campo mostram que durante as entrevistas existiram relatos de idosos que usam o computador para, por exemplo, conversar com filhos que estão estudando fora, para apreender novos artesanatos, receitas e danças. Nesse aspecto, as teorias gerontológicas têm tido nas possibilidades da Internet um complexo campo de estudos. A saúde, o direito, o acesso à informação, tudo precisa convergir para receber esse público que inicialmente é mais passivo no mundo cibernético, mas, em breve, pode tornar-se grande produtor de conteúdo, principalmente quando as primeiras gerações nativas, cibernéticas cruzarem a linha dos 60 anos. Quando terão mais tempo para navegar. Aos poucos, a imprensa colaborativa, construída no hipertexto dos blogs e redes sociais como um todo, vão ganhando espaço e despertando um espírito crítico na sociedade ocidental. Cita-se o exemplo de uma estudante catarinense que criou um blog para denunciar a precariedade da escola pública em que estuda. Em menos de um mês de postagens diárias com compartilhamentos em perfis estratégicos do governo e da comunidade, o Estado viu-se pressionado a reformar o prédio para conter a projeção negativa que chegou aos noticiários nacionais. Tudo isso a partir de um celular com câmera e acesso à Internet.

Quando a entrevista se encaminhava para as últimas questões, perguntava-se ao idoso se ele já se sentiu constrangido por não saber ou não querer utilizar determinada tecnologia digital. Sendo mais direto, queria-se perceber a relação, a autopercepção do idoso em relação à hipótese de existir presença oculta de um novo tipo de exclusão social, causada pela impossibilidade/dificuldade real do sujeito em lidar com mediações digitalmente tecnologizadas. As respostas dão conta de que um terço dos entrevistados já se sentiram constrangidos diante de atividades que exigem domínio de tecnologias.

Pensando no dia a dia de um idoso, elencaram-se sete tecnologias que talvez ele conviva e, a partir dessa relação, perguntou-se: possui/conhece? Se a resposta fosse afirmativa, solicitava-se que o informante avaliasse sua relação com a referida tecnologia por meio de um número: “0”, “1” ou “2”. Se a resposta dada fosse zero, ele diz não ter nenhuma dificuldade no manuseio daquela tecnologia; se fosse um, entende-se que ele tem algum tipo de dificuldade; e, se fosse dois, a dificuldade é máxima e, portanto, conforme explicado na realização das entrevistas, o idoso está assumindo “não saber usar”.

Figura 16 -Grau de dificuldade no manuseio de algumas tecnologias digitais



A Figura 16 ratifica o que vem sendo exposto sobre a real relação do idoso contemporâneo com as tecnologias digitais. Há dificuldade no uso desde as mais cotidianamente necessárias até aquelas mais esporádicas e de uso não compulsório.

6.3.2 Dados Qualitativos da Pesquisa

Na pré-análise foram feitas as transcrições dos áudios das entrevistas semi-estruturadas (cujo modelo usado está no apêndice A) realizadas com nove idosos residentes em Florianópolis. Ainda nessa primeira etapa, foram realizadas leituras atentas dos textos das entrevistas – o que Bardin (2012) chama de “leitura flutuante”. O exercício utiliza perguntas de apoio como “o que está dizendo esta pessoa realmente? O que ela não diz? O que diz sem dizer? As frases e temáticas se encadeiam entre si?” (p. 98).

Na etapa da *exploração do material*, realizou-se a codificação – um processo detalhado, sistemático e trabalhoso de agrupamento dos dados brutos coletados nas entrevistas em unidades agregadoras com características muito próximas. Nesta fase foram estabelecidas as categorias de análise. Categorias *a priori*, conforme Tabela 15.

Quando se usa o termo categorias *a priori*, diz-se aquelas que servem de guia principal para “olhar” o comportamento da hipótese de pesquisa na dimensão empírica. Por outro lado, a categoria emergente é aquela que surgiu ao longo do trabalho de análise dos conteúdos, de certo modo imprevisível e não necessariamente vincula aos objetivos e hipótese previamente estabelecidos e que podem vir a ser objeto de discussões, inferências e/ou de estudos futuros.

Tabela 15 - Detalhamento das categorias de análise *a priori*

Categorias/termos correlatos	Características
a) Velhice (autopercepção com relação à fase da vida)	Considerar-se ou não velho ou envelhecido; percepção do processo de envelhecimento; como se percebe a pessoa idosa. Qual o significado tributado a “idoso”, por eles mesmos.
b) Relação com a tecnologia (nível de dependência)	Grau de dispensabilidade ou indispensabilidade; necessidade do uso dentro de dimensões de frequência.

c) Acessibilidade ao aprendizado	Como normalmente se dá – se é que ocorre – o contínuo aprendizado com relação às constantes inovações tecnológicas; sentimento de dificuldades, facilidades.
d) Preconceito/discriminação	Sentimento de algum nível de preconceito ou discriminação social com relação ao momento da vida e à tecnologia.
e) Nível de inclusão social (no que se refere à relação com a tecnologia)	Sentimento de quem está incluído, integrado, em algum nível com relação à tecnologia; que exprima sentimentos de conforto, de positividade, de desafios em relação ao convívio, não obstante a idade, com as tecnologias.
f) Nível de exclusão social (no que se refere à relação com a tecnologia)	Sentimento de quem está de alguma forma, em algum nível excluído, apartado com relação à tecnologia; que exprima sentimentos de desconforto, de negatividade ou de repulsa em relação ao convívio, não obstante a idade, com as tecnologias.

Fonte: elaborada pelo autor a partir das informações da pesquisa 2013.

Para as citações dos entrevistados referenciados no presente capítulo, utilizar-se-ão os nomes de nove praias da ilha de Santa Catarina seguidos da idade e do gênero dos informantes. Esse procedimento garante a não-identificação do respondente, conforme informações constantes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, lido e assinado pelos participantes da pesquisa.

a) Velhice

Na categoria “velhice” são apresentados trechos dos textos analisados que representam de que forma o idoso enxerga a sua própria condição “bio-psico-social”. Ou ainda, manifestações espontâneas do idoso com relação ao termo “ser idoso”. Nesse sentido, a análise de conteúdo identificou 12 principais passagens nas quais se percebe que os entrevistados manifestam-se sobre o tema.

Não! Nunca me considerei e acho que eu nunca vou me considerar idosa. Não me considero e não consegui me vestir de acordo com a minha idade. Não me considero, me considero muito jovem. Idoso é quando não serve pra mais nada, uma pessoa que já não caminha, não passeia, não conversa...parou! Porque desde que a pessoa tenha vida, pra mim, não é idoso (BRAVA, 60 anos, mulher).

Percebe-se na resposta de Brava e na recorrência de nove outros informantes que de fato o “ser idoso” tem no social uma carga semântica bastante negativa. No caso de Naufragados (64 anos, homem) “(...) idoso é quando se está sempre reclamando, com muita dor, com dor aqui e dor acolá; reclamando, reclamando de

dor". A associação com questões negativas também pode ser evidenciada pelo número de adjetivos manifestos nos 12 trechos analisados. Foram cinco adjetivos: doente, cansado, velho, inútil e coitado. Além disso, dois substantivos também apareceram nesse contexto: trapo e coisa.

Gente que não tem mais aquela disposição para o trabalho, para o lazer, quem não tem mais aquele ânimo é idoso. Enquanto tiver ânimo, pode fazer muita coisa importante pra si, pras pessoas, pra família. Se não trabalha, pode ajudar, fazer alguma coisa de útil em prol de alguém. Quando a pessoa não consegue mais fazer nem isso, acho que já é um idoso. E, se é idoso, tem que ficar quietinho, só passear, aproveitar, não se envolver com mais nada (CACUPÉ, 63 anos, homem).

Dois informantes, por outro lado, manifestaram-se ao fato de serem idosos com referências alegres e positivas sobre esta que é a última fase da vida. É o caso de Joaquina (68 anos, mulher):

Eu me considero idosa. Não posso não me considerar. Pra mim é bom, melhor do que quando eu era jovem porque agora eu tenho liberdade, a gente tem vários tipos de trabalhos, passeios, tudo o que eu não tinha quando eu era nova, não saía viajar, não conhecia nem os parentes de fora. Agora posso tudo. (...) desde de que passou de 50 anos a gente já é idosa.

Na fala de Joaquina pode-se discutir não apenas tranquilidade com a sua situação de idosa como também a representatividade de vitória, de liberdade expressa no texto. Talvez, Joaquina vê mais positivamente a terceira idade por ter sofrido muito antes de atingir essa condição. Joaquina não é a única. Jurerê (76 anos, mulher) também fala da fase idosa transparecendo alívio e conquista. Observa-se que em ambos os casos a tributação de alegria por estar/ser idoso contrapõem-se a sofrimento noutras fases anteriores da vida.

Agora, vou pra casa das amigas, saímos pra fazer natação, comemos a vontade...com certeza eu estou na melhor fase porque eu sofri muito com o meu marido. Vinte anos com problema de coração. Quando ele morreu, eu não sabia mais nem onde era o centro, fiquei meio tola. Hoje já me viro sozinha, saio por ai com minhas amigas. Eu fiquei 56 anos casada, é uma vida! (JURERÊ, 76 anos, mulher).

Ao mesmo tempo em que sente a morte do marido, a informante deixa claro que com a viuvez pode exercer sua liberdade, sendo idosa consegue fazer programas que antes não lhe eram possíveis. Nesse cenário de ser ou não ser idoso, emergem questões que podem servir de base para outros estudos específicos. Esse relato da dependência da mulher no casamento, que acaba

servindo ao marido e deixa de lado sua interação social é um caso e a sensação de libertação exposta por Joaquina, quando da aposentadoria e suas possibilidades, é outro. Destarte, fica a síntese de que dez respondentes trazem o “ser idoso” com recusa, ideia de não pertencimento e até de ofensa. Para estes que não gostam do termo “idoso”, as conceituações dadas denotam negatividade, falta de condições físicas e psíquicas para participação social.

b) Relação com a tecnologia

Seguindo a análise, tem-se a segunda categoria “relação com a tecnologia”, na qual buscaram-se indícios de dependência e avaliações dos idosos quanto as suas relações com as tecnologias digitais bem como o grau de dispensabilidade ou indispensabilidade; necessidade do uso dessas tecnologias dentro de dimensões de frequência. Na análise dos conteúdos transcritos dos áudios das entrevistas foram identificados 12 trechos que contemplam essa categoria da pesquisa, sempre com avaliação de que a tecnologia é boa, é necessária para a sociedade. Conforme a fala de Campeche (80 anos, homem):

Converso muito com a Alícia [filha], que está em Madri, essa tem o computador então ela fala com a Lídia [filha] por intermédio dele. Inclusive tem um quadrinho que aparece o retrato dela. Então a gente conversa quase como pessoalmente, frente a frente, se bem que com essa distância toda. (...) Você veja: conversar com a minha filha que está lá em Madri! Chega ali na hora marcada e “pá-pá-pá”, batendo papo. E ela é quem comanda tudo, a Lídia é que manda tudo.

Nesse trecho, pode-se apreender que o idoso – conforme já sinalizava o referencial teórico – assume papel mais passivo no manuseio das tecnologias digitais. Perceba-se que Campeche (80 anos, homem), admira o potencial comunicacional do computador, mas, nem por isso, é ativo no processo, no uso da ferramenta. Como ele próprio faz questão de destacar, são as filhas que ligam, acessam e controlam as conexões via *web cam*. Verifica-se ainda a dependência do idoso quando o mesmo expressa que a interação ocorre com horário marcado. Possivelmente uma decisão das filhas que vivem em continentes diferentes, uma ao lado do pai e a outra distante. Apesar de enxergarem positivamente o uso e o desenvolvimento das tecnologias, três informantes deixaram claro que tiveram a

oportunidade de aprender a utilizar o computador, contudo, optaram (segundo suas respostas) por não fazê-lo. Um desses casos conta que:

(...) na Caixa eu via que meus chefes usavam algumas coisas [tecnologias digitais], mas eu não. Os chefes sim. Eu era um funcionário pequeno, eu não tinha cargo nenhum. (...)eu não usava nada de computador.Quando me aposentei 'eles' [chefias] estavam afim que eu aprendesse a trabalhar com o computador, ai eu disse não. Não! Agora que eu estou perto de me aposentar vocês querem que eu aprenda isso...não, não. Não quero, pra esse serviço eu tenho que ganhar mais "din-din" aqui pro meu bolso, o meu cargo não era esse de escriturário (NAUFRAGADOS, 64 anos, homem).

Está clara a repulsa do informante para com a tecnologia. Apesar da proximidade do direito à aposentadoria, se não existissem barreiras e recusas, talvez com motivações até inconscientes, ele teria apreendido a lidar com o computador. Ao contrário, não o fez até hoje.Assim, deixa-se o registro de que essa manifestação de não aprender (de não ter aprendido) pode ter ligação com um estado de marginalização.

Surgiram nesta categoria, diferente do verificado na pesquisa quantitativa, menções a tecnologias biológicas e sociais.

(...) meu amigo teve um acidente. Se não tivesse a tecnologia ele não estava aqui, ele tinha virado caveira. Então agora, ele está com o acidente dele, está controlado, convivendo. Ele vai tirar um osso daqui, vai colocar ali, mas tudo é o computador que vai ajudar na operação: se é cabível ou se não. Se não tivesse a tecnologia do titânio ele não estava aqui. Se não fosse a tecnologia ele teria morrido, não estaria abraçado agora aqui comigo. Os médicos que estão operando ele, já estão buscando 'a mil' pra saber o que combina e o que não combina (INGLESESES, 63 anos, homem).

Ainda na categoria da relação do idoso com a tecnologia, foi possível perceber que uma das informantes que relata já ter tido relação mais efetiva com o computador, decidiu desfazer-se do equipamento porque estava se sentindo isolada.

(...) eu deixava de sair pra ficar no computador, então eu resolvi: não vou viver assim. Dei o computador para um neto, resolvi deixar de lado. Mas eu sempre me dei bem com as tecnologias, nunca tive problemas com isso não (GALHETA, 60 anos, mulher).

Em sua entrevista, Galheta defende que a atitude por ela empreendida, muitas vezes, não é tida por pessoas mais jovens e, conforme o relato da idosa é isso que explica muitos dos problemas da sociedade atual. "A pessoa fica muito ali na conversação, no bate papo e não está olhando o outro lado. Isso pesa bastante

com relação a outros valores: a natureza, o meio ambiente, o relacionamento com as pessoas” (GALHETA, 60 anos, mulher).

c) Acessibilidade ao aprendizado

Na terceira categoria de análise de conteúdo tem-se a “acessibilidade ao aprendizado”, que abrange como normalmente se dá – se é que ocorre – o contínuo aprendizado do idoso com relação às constantes inovações tecnológicas. Percebeu-se que há algumas manifestações de sentimentos de dificuldades e outros de facilidade. Porém, a “facilidade” é dada numa possível aproximação, se de fato o idoso encarasse aprender “computação”. Enquanto a dificuldade é baseada no que existe/existiu de fato.

quando eu era novo eu tinha que saber tudo dessas coisas, mas agora que já estou quase...agora não quero aprender mais nada. Não é ‘pé na cova’, mas já é final de carreira, já estou aposentado há 14 anos e meio. Então eu não faço muita questão de aprender essas coisas (NAUFRAGADOS, 64 anos, homem).

Nas dez referências analisadas nesta categoria, as considerações são de pelo menos três tipos: idosos que, com disposição para apreender, mas sem condições financeiras e/ou desconhecimento de projetos sociais que os ensine; idosos que afirmam que não querem apreender porque não precisam e não sentem falta deste conhecimento; e, idosos que já apreenderam, sabem usar as tecnologias digitais e, quando não sabem, mostram-se abertos e conhecem os caminhos para tal.

No caso de Cacupé (63 anos, homem), ele afirma que as tecnologias causam incômodo, mas ao mesmo tempo alerta que o domínio desse universo é determinante para quem almeja obter sucesso na sociedade contemporânea:

Nem quero aprender porque me incomoda muito isso aí.(...) um empresário, um comerciante, ele sim tem [que aprender]...bom, em todos os ramos e todas as empresas, têm que estar bem centradas, em poder [domínio] de tudo. Se não pode acompanhar as técnicas e tecnologias ficará para trás. Não tem como fugir mais, é a realidade no caso (CACUPÉ, 63 anos, homem).

Também consciente da necessidade e ubiquidade que as tecnologias ocupam hoje, Galheta (60 anos, mulher) conta como foi o período de transição da máquina de escrever para o computador, vivenciado por ela na empresa Eletrosul.

Fiquei alguns anos trabalhando com máquinas elétricas de escrever, depois é que entrou o computador. Não lembro certo que ano foi, mas foi lá por 91, 92 (...) a recepção do computador na empresa [Eletrosul] foi bem comentada, os advogados não queriam trabalhar com aquilo porque eles começaram a trabalhar mais independentes, eles não passavam pra gente datilografar as petições; eles faziam direto. Uns se recusavam dizendo: 'ah, eu não quero saber dessa porcaria aí'. Se recusavam, mas com o passar dos meses eles foram vendo que não tinha outra saída, eles tiveram que aprender, se adaptar e entrar naquela evolução, porque não tinha outro jeito, a máquina de escrever começou a sumir de lá de dentro! (GALHETA, 60 anos, mulher).

d) Preconceito e/ou discriminação

Na quarta categoria de análise foram investigadas possíveis manifestações de “preconceito e/ou discriminação”. Nesse aspecto, foram identificadas cinco passagens marcadamente características desse sentimento de discriminação social para com o momento da vida, associada ao tema das tecnologias. O primeiro trecho analisado repercute um problema de intersecção de gerações. A idosa exprime desejo de mais respeito.

O idoso não é ouvido. Hoje o idoso não tem vez pra nada: ah! Está velho, pode jogar fora (...) ah! Esse velho folgado, esse velho isso, esse velho aquilo. Eles [jovens] também vão ficar velhos, eles vão passar por isso. Eu já fui criança, já nasci, já fui criança, tive minha juventude, então hoje eu já estou numa idade e daqui pra frente é só passear e brincar e me divertir porque o meu futuro, daqui pra frente eu não tenho mais futuro, só seguir em frente, o que vier é lucro (BRAVA, 60 anos, mulher).

O mesmo sentimento é manifestado por outra entrevistada. Ela diz-se insatisfeita com o convívio com jovens e conta como tenta resolver para não se sentir discriminada:

Tudo o que já passou é “jeca”, então o idoso se sente mal. Eu pelo menos me sinto mal no meio dos jovens. Eu saio assim de tarde, mas, lá pelas sete oito horas, eu já vou embora porque começam a chegar os jovens e eu não me sinto muito bem. A gente se sente mal, aí não dá pra gente ficar perto (JOAQUINA, 68 anos, mulher).

Outra idosa também manifestou que a idade lhe traz situações desagradáveis.

(...) no clube, eles [idosos homens] já não querem mais dançar com a gente, eles querem moça, querem moça pra dançar, acham a gente velha. Então eles dançam com as moças e as idosas vão ficando pros cantos, entendeu? É isso que acontece... É muito triste! (JURERÉ, 76 anos, mulher).

Como se percebe, em nenhuma passagem foram encontrados indícios de preconceito ou discriminação relacionados às tecnologias. Outrossim, o que apareceu mais fortemente foram manifestações deste estado depreciativo por causa da idade.

Na quinta e na sexta categoria, encontram-se trechos mais intimamente ligados à hipótese de pesquisa. Porém, ressalva-se que todo o estudo converge para a verificação da hipótese: existe no contemporâneo presença oculta de um novo tipo de exclusão social, causada pela dificuldade do idoso em lidar com as tecnologias digitais?

e) Inclusão social

A quinta categoria de análise *a priori* diz respeito ao nível de inclusão social, no que se refere ao uso diário das tecnologias digitais. O que conduziu a análise dessa categoria foram sinais de sentimento de quem está incluído, integrado, em algum nível com relação à tecnologia; trechos que expressem sentimentos de conforto, de positividade, de desafios em relação ao convívio, não obstante a idade, com as tecnologias. Destarte, chegou-se a duas referências.

Eu toco piano, facilitou tudo. Você programa uma coisa, quer dizer: já está ali a tecnologia... Você programa e toca. Na volta, a música vem mostrando tudo o que você tocou pra ir estudando e melhorando. Então isso é um presente de Deus. Antigamente só se conseguia isso numa gravação em estúdio, gastando muito, pagando o horário pra ter esse retorno depois de mais de um mês. Hoje em dia é grátis e instantâneo (INGLESES, 63 anos, homem).

No mesmo sentido, outro informante manifestou sentimento de inclusão ao falar de tecnologia. Neste caso, a idosa cita o telefone celular como um grande avanço.

(...) a tecnologia é ótima, é maravilhosa! Eu acho a tecnologia boa, a gente não pode ficar estacionado, tem que ir pra frente. O que mais marcou na tecnologia foi o celular. Mesmo agora se acontece alguma coisa com o carro, sem o celular você teria que abandonar o carro lá e sair caminhando, pedindo ajuda. Agora é só ligar da li mesmo. Para o idoso mesmo isso significa muito (SAMBAQUI, 69 anos, mulher).

f) Exclusão social

Se do lado da inclusão analisamos dois trechos, na categoria exclusão foram encontradas 15 manifestações mais claras de exclusão social por conta de o informante considerar-se à margem, fora do processo, em algum nível excluído, apartado com relação à tecnologia. Esse sentimento de desconforto quando o assunto é tecnologia, de negatividade ou de repulsa em relação ao convívio, é tamanho que houve relato de inaptidão para participar do estudo.

Mas eu acho que não vai dar pra mim [participar da entrevista], porque veja bem: a única tecnologia que eu tenho acesso mesmo é o celular, que eu só tenho ele mesmo pra receber chamadas e discar. Nem quero aprender nada porque me incomoda muito isso aí (CACUPÉ, 63 anos, homem).

Atenta-se para as frequências que o termo “tecnologia” é referenciado com pronomes demonstrativos como “isso”, “aquilo” ou mesmo com substantivos como “coisa”. Ao longo da pesquisa de campo, as anotações do diário do pesquisador indicam essa resistência do idoso em falar sobre tecnologia. A próxima citação é mais assertiva:

A tecnologia está excluindo bastante os idosos, os pobres, porque o idoso sempre está excluído. Eu acho que deveriam trabalhar bastante com os idosos, tecnologias para os idosos, gratuitas. Assim como a universidade, ‘coisas’ maiores [instituições] assim que poderiam dar oportunidade para as pessoas aprenderem. Olha o meu caso, eu não tenho condições de pagar, porque hoje pra fazer uma computação é caro, não é barato. Eu preciso de muita medicação e eu não tenho condições de fazer [um curso]. Teria vontade de fazer... Queria fazer tipo lá onde eu moro no Ribeirão da Ilha porque pra mim é mais difícil se precisar pegar o ônibus. Eu não tive muito estudo, cheguei até a terceira série primária. Na época o pai era assim: mulher é só ler e escrever, mais nada! (BRAVA, 60 anos, mulher).

Além de sentir-se excluída e indicar formas para garantir a inclusão de pessoas na mesma condição que a sua, Brava faz um comentário quase que em forma de protesto no qual relata a limitação do entendimento do pai sobre a necessidade do estudo.

Não só contemporâneos, existem manifestações de exclusão em razão da tecnologia que remontam à década de 1980. “Em 87, 88 fui convidado para estudar informática dentro do BESC, mas eu não consegui aprender. Eu saí em 89 na aposentadoria compulsória. Lembro que fui convidado pra poder me integrar ao esquema, mas como não aprendi tive que sair” (CACUPÉ, 63 anos, homem). Destaca-se nesse contexto de exclusão do trabalhador do mercado que, além de ter perdido o emprego por não conseguir adaptar-se às novas rotinas tecnologizadas, essa realidade de conviver à margem pode ter sido estendida a outros campos sociais do sujeito. Isso baseado na constatação de que hoje os serviços disponibilizados em plataformas digitais extrapolam o ambiente de trabalho e permeiam quase que a totalidade das rotinas.

Reforçando a ideia de que a exclusão nem sempre manifesta, registra-se que nesta categoria foram encontradas referências de idosos que, para adaptarem-se às rotinas mediadas por tecnologias digitais, mantém situações eternas de dependência, seja de funcionários ou de familiares.

Mas você sabe que eu não lido com isso [tecnologias]! Os nossos funcionários é que mexem com tudo. Eu faço o esquema mental, escrevo e eles é que desenvolvem tudo.(...) Se eu for sentar na frente de um daqueles aparelhos não sai nada. Tenho muitos auxiliares, eles é que lidam com isso tudo. Eu dou a ideia e oriento; mas a parte mecânica, isso tudo eles fazem (CAMPECHE, 80 anos, homem).

A exclusão também pode ser verificada na fala de uma das informantes sobre a dependência com a qual convive diariamente em atividades aparentemente corriqueiras como ir ao banco, Joaquina (68 anos, mulher), desabafou:

(...) olha eu acho muito constrangedor ter que pedir pra outra pessoa ajudar a gente...isso atrapalha um pouco. Nem sempre o outro está disposto e às vezes não me sinto segura. Meus filhos sabem usar tudo, eles tiveram estudo, eu não. Parece que esquecem que eu trabalhava pra eles, pra dar estudo pra eles.

Seguindo essas manifestações de exclusão, houve também relatos de conformidade com a situação. Há exclusão, há afastamento e dificuldade, contudo, o idoso diz-se conformado com o que dispõe:

(...) esse negócio das tecnologias eu não sei te explicar. Eu não uso. Eu nem gosto. Quando eu vejo eles [os filhos] naquilo [o computador] eu já saio, me dá dor de cabeça. Pra mim não dá. Já diversas vezes amigas me convidaram pra ir pro Sesc apreender computador, mas eu não quero. Não tenho interesse. Eu quero é sair, viajar, me divertir, dançar, só. Quando não

sei fazer as coisas eu peço ajuda. Pra mim já é suficiente (JURERÊ, 76 anos, mulher).

Com relação à emergência de categorias, foi identificada a de “Comparação”. Na análise dos discursos, percebeu-se que os idosos têm uma constante atitude comparativa quando o assunto é tecnologia. Os trechos põem claramente dois lados: de um o idoso, de outro os chamados nativos digitais. Nesse sentido, destaca-se que a pesquisa não apresentou nenhum informante que afirmasse lidar plenamente com as tecnologias, sem dificuldades, com independência. Isso ratifica as características do conceito de imigrante digital. A frequência desta comparação nos conteúdos fala por si só.

(...) hoje a tecnologia está muito avançada “né”, são celulares, notebook, como é? *Tablet*...essas ‘coisaradas’ todas. Então hoje pra juventude até vai..no meu tempo não tinha nada disso, e a gente tinha que se virar. Hoje eles tem tudo e não valorizam nada. Nós não sabemos nem usar aquilo, mas temos que comprar pra eles (BRAVA, 60 anos, mulher).

Nas tecnologias, nos conhecimentos convencionais, um sujeito com 60 anos ou mais domina questões com maior propriedade que uma criança. A escrita da língua vernácula é um exemplo, o idoso tem mais domínio que a criança.

(...) no nosso tempo era tabuadinha e pegava tudo nos livros. Hoje você vai ali e vê uma prova: é tudo de assinalar. No meu tempo não, tinha tudo escrito nos livros. Hoje tu pergunta pra um aluno da quinta série ele não sabe a história da nossa Ilha, não sabe a história do Brasil, não sabe nada! (CACUPÉ, 63 anos, homem).

Na linguagem informática essa máxima do senso comum não é verdadeira. Não se quer colocar o idoso no patamar do nativo, contudo, o fato de os idosos fazerem frequentes comparações mostra que há diferenças, que eles sabem que “o jovem sabe mais” quase que naturalmente quando o assunto é tecnologia.

6.4 Considerações

A opção por realizar uma pesquisa quanti e qualitativa, estruturada e semi-estruturada respectivamente, mostrou-se bastante produtiva. Nas conversas com os 51 entrevistados da primeira etapa o pesquisador pode perceber que os idosos não simpatizam com a ideia de serem assim denominados. Parece que para os entrevistados, ser idoso é algo ruim, não admirável. Viúvos ou separados, 69%

vivem sozinhos. Com escolaridade igual ou superior ao ensino médio, os velhinhos de Florianópolis concentram suas rendas em faixas maiores que três salários mínimos. Porém, 94% repartem os rendimentos com filhos, parentes e amigos. As nove conversas gravadas da etapa qualitativa foi uma experiência igualmente rica ao pesquisador. Em todos os momentos os idosos se mostraram dispostos a ajudar, carentes por conversa. Manter o roteiro, por vezes, foi desafiador.

Quando o assunto é tecnologia, os idosos tentam driblar a conversa, não se sentem a vontade com o tema e em alguns casos inclusive pedem para parar a entrevista. As tecnologias que foram praticamente incorporadas ao corpo pelos nativos digitais trazem desconforto e já deixaram mais de um terço dos imigrantes constrangidos pelo não domínio. Quais tecnologias esses idosos consideram mais importante em suas vidas? A televisão venceu! Isso teria ligação com o fato de a maioria morar sozinho? Ao certo, não há como saber. O que ficou claro, por outro lado, é que todos vão ao banco pelo menos uma vez por mês e nessa rotina compulsória eles têm encontrado dificuldades e restrições. Até relatam sentirem-se mal por ter que pedir ajuda. Embora a maioria utilize o caixa eletrônico, a maioria prefere ser atendido por outra pessoa, ao invés das máquinas.

Quando falam dos telefones celulares e dos computadores individuais, os idosos manes, no gentílico da capital catarinense, expõem repulsa, distanciamento, dificuldades. Alguns chegam a relatar interesse em aprender, mas têm preconceitos que os afastam antes mesmo da primeira tentativa. Acham os cursos caros, dizem não compreender as funções e não vêem utilidade. Aqueles que usam, conseguem o básico. No celular, fazem e recebem chamadas, enviam e recebem mensagens de textos, alguns tiram fotos. No computador, demonstram mais desenvoltura, porém, um terço dos entrevistados não utiliza. Trocar emails, conversar com amigos e parentes, pesquisar e usar redes sociais são os usos mais citados. Caberia um novo estudo apenas para conhecer o comportamento desses idosos no ciberespaço. O que já é possível notar é que os “grisalhos online” são mais passivos, ou seja, utilizam/consomem conteúdos já postados.

Assim, diante dos resultados apresentados, temos melhores condições para redação das conclusões da presente pesquisa, especialmente no que se refere ao comportamento da hipótese e ao cumprimento dos objetivos.

7 CONCLUSÃO

Os avanços técnico-científicos provocam mudanças nas diversas áreas do conhecimento humano e isso tem acarretado transformações sociais que implicam diretamente na qualidade de vida e na longevidade das pessoas. A população mundial está vivendo mais e vem experimentando novas formas de interação e subjetivação, mediadas por tecnologias digitais. Algumas disciplinas têm se dedicado a pesquisar e escrever sobre as mudanças ocorridas no mundo com o advento das possibilidades da *web* e dos serviços em plataformas digitais.

A investigação que foi desenvolvida nesta dissertação buscou discutir como convive um grupo bem específico dentro dessa temática: os idosos contemporâneos. Assim, a presente pesquisa diferenciou-se pelo recorte apresentado, ao estudar o *hiato geracional* entre o analógico e o digital, buscando compreender como o idoso contemporâneo lida com as rotinas tecnologizadas. Essa “fenda cultural” põe em lados opostos *imigrantes* e *nativos digitais*. Quem ficou “do outro lado” desenvolveu-se ao longo da vida de forma proficiente, produtiva e integrada no mundo analógico. Contudo, no “cibermundo” esses atores tornaram-se imigrantes, foram sacudidos por uma onda de “tecnotralhas” cada vez mais sofisticadas que têm deixado muitos à margem. Percebeu-se na elaboração deste estudo que os idosos têm dificuldades de acesso e de domínio das tecnologias, eles não se sentem pertencentes a esse universo e reclamam da compulsoriedade a que vêm sendo expostos para, por exemplo, movimentar a conta bancária. Não se pretende que esta seja uma pesquisa que lança olhar negativo às tecnologias digitais, nem atribuir a elas o rótulo clichê de excludentes, busca-se, outrossim, demonstrar que existem idosos que não gozam de plena inclusão, ou se quer de inclusão, ficando muitos deles no que se poderia chamar de *inclusão precária*, isto é, não exercem seus direitos com plenitude diante da ubiquidade tecnológica.

Barrar as tecnologias não é possível e nem desejável, elas fazem parte da cultura humana. A direção para a qual aponta o resultado desta pesquisa, mesmo que com certa dose de prescrição, é para o fato de que é necessário melhorar as políticas públicas; trabalhar o social para desfazer os estereótipos existentes para com as pessoas mais velhas e promover desmistificações no próprio idoso quanto

ao fato de ser ele um sujeito ativo na sociedade, chamando-o para atividades estratégicas e explorando seu *know-how* para melhorar a realidade social.

Mesmo se tratando de um Estudo de Caso, que reflete tecnicamente idosos de uma das capitais brasileiras, a pesquisa demonstra que o Brasil precisa assumir que tem um “contingente” expressivo e crescente de brasileiros grisalhos, *imigrantes digitais* que chegam à condição de idoso com, cada vez mais, determinação para não parar e, só conseguirão isso, se encontrarem no poder público as bases para sua cidadania digital. Como poderão desejar uma maior inclusão se pensam que a tecnologia digital “não é para a sua idade”; se pensam que um curso de informática é exageradamente caro? Os idosos entrevistados desconhecem as universidades que têm projetos para a terceira idade nos quais são atendidos mais de mil idosos por ano, gratuitamente, como é o caso do Núcleo da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina (NETI/UFSC), por exemplo.

Olhando para a temática estudada, percebe-se que a sociedade está diante não apenas de uma transição demográfica, mas também de uma transição cultural que demanda compreensão – quase na totalidade da população – das novas linguagens que ditam como desenvolver as atividades rotineiras e como integrar as gerações. Também a educação tradicional está diante desse dilema porque enquanto os professores seguem um método de ensino aprendizagem quase unidirecional, os alunos estão permeados por hipertextos e convergências midiáticas. Mas, este tema não foi objeto do presente estudo. No entanto, quer-se mostrar que é possível encontrar exemplos desse hiato em diversos campos sociais. No campo social dos idosos, central para este estudo, nem sempre eles dispõem de condições ideais para sair à procura, pesquisando onde e como podem aprender a lidar com essas diversas tecnologias imbuídas nas rotinas. E, ao mesmo tempo, o cidadão não pode ficar a mercê da ajuda de terceiros naquilo que demanda conhecimento e domínio das tecnologias digitais. Se não é possível capacitar os cidadãos para que sejam independentes nos seus afazeres, num projeto grandioso de inclusão, sinaliza-se para a necessária manutenção dos serviços tradicionais enquanto a sociedade migra plenamente de uma realidade a outra.

Considerando o primeiro objetivo específico do projeto que previa reconstruir historicamente a presença da tecnologia nos campos da economia, do trabalho, da ciência e do social, percebe-se após a pesquisa que o computador pessoal, a internet e outras tecnologias digitais mais abrangentes difundiram-se no Brasil após

o ano de 1990. Pode-se considerar então que foi nessa década que se iniciou mais radicalmente a transição cultural do analógico para o digital no cenário nacional. Assim, chega-se a conclusão que essa fase de intersecção geracional com hiato “bem marcado” e característico perdurará pelo menos pelas próximas três décadas. Ou seja, a sociedade precisa criar mecanismos eficazes que garantam acesso isonômico aos serviços e demais atividades para todos os públicos, principalmente porque esse cálculo de “período de transição” não é exato, uma vez que a história mostra que novas tecnologias são criadas ciclicamente.

Hoje, para agendar uma perícia no INSS, por exemplo, existem duas alternativas: ir pessoalmente a uma agência ou entrar no site do órgão estatal e escolher a melhor data. Quanto por cento da população, às vésperas da aposentadoria, tem domínio tecnológico para ligar um computador, acessar o sítio eletrônico, preencher e enviar a solicitação de perícia? Certamente não são muitos pelo país. A pesquisa mostrou que no estudo de caso essa porcentagem é de 30%. Sim, ainda existe a possibilidade de ir até a agência, contudo, é bom que se diga que enquanto determinada pessoa se desloca de casa até uma agência é possível realizar online diversos agendamentos. Ou seja, o atendimento presencial distribui as “janelas” remanescentes do sistema informatizado. Quem não sabe, espera mais. Fica à margem, incluído parcialmente. Quanto mais virtualizados forem os processos públicos (principalmente relativos a direitos e obrigações do cidadão), mais o idoso é excluído e vai tornando-se dependente de familiares, amigos, terceirizados.

A pesquisa identificou que os idosos têm dificuldades e limitações no manuseio das tecnologias digitais e, ao mesmo tempo, empresas e instituições lançam mão com frequência de formas cada vez mais complexas para que o próprio usuário execute as atividades de controle e alimentação dos “sistemas”. Sistemas estes que controlam o ir e vir, o fazer ou não fazer. Se o idoso for ao supermercado, precisa usar cartão magnético ou *chip* para registrar, acessar e sair do estacionamento. Se for ao banco, precisa fornecer senhas e códigos para iniciar o atendimento que ele mesmo controla e operacionaliza. Diante dessas constatações, os idosos se dizem incapazes, perturbados com tais obrigatoriedades.

O segundo objetivo específico visava identificar quais são as tecnologias digitais mais utilizadas pelos idosos. Espontaneamente os idosos elencaram as tecnologias mais influentes em suas vidas e nesse exercício percebe-se que o conceito de tecnologia presente no senso comum do grupo pesquisado é ainda

bastante ligado a artefatos analógicos. A maioria dos idosos apontou a televisão, os eletrodomésticos, o rádio e o telefone como tecnologias importantes em suas vidas. Possivelmente se a pesquisa fosse aplicada a um grupo formado por nativos digitais as respostas trariam itens mais digitais e interativos. Isso mostra que não há intimidade do idoso com artefatos tecnológicos mais “sofisticados”, “recentes”.

Quanto ao objetivo específico de perceber se há ou não registro de dificuldades nos respectivos manuseios das tecnologias digitais, os assuntos “computador” e “telefone celular” foram os que mais geram visível desconforto e insegurança nos idosos entrevistados. Os indícios de exclusão e não pertencimento são tamanhos nestes pontos que alguns informantes tentavam desistir da entrevista, considerando-se inaptos para o assunto. Poucos são os idosos que usam o computador, e estes que afirmaram utilizar, ficam nas operações mais básicas dos sistemas operacionais. Há registro de uso quase proficiente com acesso a redes sociais e pesquisas, mas o percentual é baixo em relação ao universo. A análise de conteúdo das entrevistas abertas ratifica essa informação. Idosos manifestam que ao observar filhos e parentes usando o computador procuram sair do ambiente porque, se precisarem acompanhar a tarefa, sentem dor de cabeça. Conscientes das dificuldades que têm, curiosos pelos potenciais das tecnologias e sentindo-se incapazes, nas entrevistas alguns idosos manifestaram não ter interesse, deixarem esses afazeres a cargo de funcionários ou ainda de familiares, tudo isso pode ser visto como vestígio de exclusão social.

Assim, diante dos paradigmas sociais contemporâneos e do hiato existente na intersecção geracional entre nativos e imigrantes digitais, a pesquisa cumpriu seu objetivo geral de conhecer a forma como o idoso lida com as tecnologias digitais e confirma a hipótese de existência de “presença oculta” de um novo tipo de exclusão social. Ao perseguir os objetivos específicos e ao cumprir o objetivo geral, não restam dúvidas que a hipótese de pesquisa que indicava positivamente para a existência de fenômeno de marginalização do idoso frente a dificuldade e compulsoriedade de uso das tecnologias digitais é verdadeira. O idoso contemporâneo não tem ao seu alcance formas suficientemente adequadas para incluir-se às realidades ciberculturais e, tão pouco, consegue desempenhar com pleno domínio as atividades corriqueiras mediadas por tecnologias digitais.

Um dado em especial reforça a confirmação da hipótese levantada no projeto, um terço dos idosos entrevistados disse que já se sentiu constrangido diante da

dificuldade no uso de determinadas ferramentas digitais. A pesquisa mostra também que alguns afazeres simples para um nativo digital, como manipular os controles do painel do automóvel ou programar um eletrodoméstico em casa, são vistos com dificuldade pelos idosos. O mesmo ocorre com a máquina fotográfica, com o controle remoto e com o microondas.

Outra constatação empírica que permite reforçar a confirmação da hipótese de pesquisa se refere à frequente comparação que o idoso faz da sua realidade para com a dos jovens. Em todos os casos o idoso se coloca como vítima. É como se ele estivesse traçando um paralelo constante do que viveu com aquilo que os jovens vivem hoje. Nesse “comparar”, o idoso transparece que se sente inferior, que fez muito sem ter o mínimo de ferramentas. A insatisfação de uma idosa informante, em especial, refere-se ao campo social da educação. Ela afirma que seus netos, mesmo com todos os aparatos tecnológicos, não sabem a tabuada, nem a história da ilha de Santa Catarina. Nesse sentido, a idosa indignada reclama do excesso de direitos e falta de limites e obrigações que os jovens gozam. Interpretando esse comportamento recorrente dos informantes, significa dizer que há presença oculta, sensação de marginalização. O idoso assume que apesar de não dominar as tecnologias fez muito em comparação ao jovem que as domina. Nessa atitude há flagrante contradição uma vez que antes o idoso já havia dito que não aprendeu porque não quis, porque tem funcionários que fazem isso, entre outras alegações. Ou seja, não aprendeu porque teve limitações, dificuldades, falta de oportunidade, não simplesmente porque não quis. A pesquisa identificou que historicamente a tecnologia, inclusive a digital, foi imposta à sociedade. Os conteúdos das entrevistas dão conta que “saber usar” as tecnologias é/foi passaporte para manter seu posto de trabalho e “não saber” significa/significou dar lugar a quem sabe. Como consequência desse processo abrupto e compulsório, existem os excluídos, na maioria integrantes do hiato geracional aqui estudado. Retoma-se a informação de que isso já aconteceu na revolução industrial onde quem não se adaptava aos regimes de rotina, de carga horária pesada e de atividades repetitivas típicas da época era “desligado” do sistema de produção e ocupava espaços à margem. É bem verdade que há idosos adeptos às tecnologias com certo grau de integração, mas a pesquisa mostra que são poucos e pertencem à primeira faixa etária (60 a 64 anos).

Tomando o idoso como referência, pode-se ainda lançar mão de compreensões mais amplas do social contemporâneo. A pesquisa mostrou que 94%

dos idosos ajudam filhos, parentes e amigos com seus proventos e que 69% dos idosos moram sozinhos. Significa que apesar da maior qualificação e do domínio das tecnologias, os nativos digitais vêm enfrentando problemas de colocação no mundo do trabalho e vêm tendo dificuldades para viver com a renda conseguida por meios próprios. A necessidade de alta qualificação leva muitos jovens brasileiros a buscar a primeira vaga no mercado de trabalho quando estão próximos dos trinta anos de idade, depois de terem cursado uma pós-graduação. Claro que não é regra, mas seguindo essa linha de análise poderíamos atrelar essa realidade à outra: a falta de mão de obra para serviços. O Brasil vem investindo na Educação Básica e Técnica na tentativa de suprir a demanda das empresas. A construção civil passa por problemas graves de escassez de mão de obra. Também não é baixo o número de brasileiros que têm o termo “estudante” como profissão. Nesse sentido, as políticas públicas educacionais podem se voltar também para o idoso, despertando nestes o espírito empreendedor que o país necessita. Contar com a experiência dos idosos para traçar estratégias que fomentem soluções para problemas sociais seria positivo por diversos ângulos. Os programas sociais de complementação de renda, por exemplo, tiram milhares de famílias da miséria, por outro lado criam um estado de dependência. O mesmo pode estar acontecendo com os filhos, familiares e amigos que recebem parte dos rendimentos dos idosos. Programas de capacitação e formação específicos para idosos seriam alavancas estratégicas para o país cumprir sua meta de chegar ao *status* de nação desenvolvida. Na mais pessimista das análises, o jovem ou adulto que depende da ajuda da renda do idoso para sobreviver furta, do mais velho, possibilidades de experiências como excursões com amigos, e, em última análise, melhores condições de vida na velhice.

A segurança no ciberespaço é uma temática que precisa ser instituída também pensando na terceira idade. Dentre os idosos que responderam utilizar computador, alguns afirmaram que acessam *chats* e redes sociais, mas, o que esses idosos buscam na grande rede de computadores e a que riscos estão expostos? No ato da abordagem para as entrevistas, alguns informantes baixavam a cabeça, prendiam a bolsa ao corpo e diziam não ter interesse. Pensavam eles tratar-se de um pacote turístico? Uma ação entre amigos? Certamente essa observação retrata que há medo, insegurança do idoso nos espaços públicos. Quando a pesquisa demonstra que há leitura, desde *emails* até revistas, jornais e pesquisa de maneira geral, registra-se o caráter positivo do computador na vida do idoso. Ler,

ajuda a manter-se em atividade. Além disso, a conversa com amigos e as possibilidades do ciberespaço podem diminuir a sensação de solidão, colocando o idoso em contato com familiares pelos *chats* com *web cam* e permitindo o acompanhamento de tudo o que for de interesse. Tudo isso impõe às ciências (re) pensar o lugar do idoso, principalmente quando retomamos a informação de que este é o grupo social que mais cresce não apenas no Brasil, mas em todas as nações mundiais. Cultural e socialmente o idoso já é tido como um grupo vulnerável às desigualdades sociais. Eles próprios, como demonstrou a pesquisa, não gostam de ser considerados idosos. Se não gostam, é porque enxergam alguma característica indesejável nessa construção social do termo.

Algumas informações vindas dos depoimentos precisam ser registradas e podem vir a servir de base para novos exercícios científicos. É o caso das idosas que relataram ser esta a fase em que “passaram a viver”. Destacamos isto na conclusão porque seria prudente à sociologia aprofundar conhecimento do sentido de compreender o que esse sentimento de libertação que o “ser idoso”, mais que isso, o “ser viúvo” ou “ser aposentado” representa. É como se as idosas fossem reféns do casamento e do trabalho e, com a morte do marido ou com a aposentadoria, adquirissem a liberdade à vida. Ainda, a pesquisa abre possibilidade para estudos comparativos mais específicos na compreensão sociológica do convívio do idoso com o mais jovem. Como as duas gerações defendem seus pontos de vista e seus esforços de poder.

REFERÊNCIAS

- AGGER, Ben. **Cultural studies as critical theory: New perspectives on social theory**. Cambridge: University Press, 1992.
- AGUIAR, Sonia. **Redes sociais e tecnologias digitais de informação e comunicação: relatório de pesquisa**. Rio de Janeiro: NUPEG, 2006.
- ALMEIDA, Mello; ITAUSSU, Leonel. John Locke e o individualismo liberal. In: WEFFORT, Francisco C.. **Os clássicos da política**. 13. ed São Paulo: Editora Ática, 2000. p. 79-90.
- ALMEIDA, Vera Lúcia V. **Direitos Humanos e Pessoa idosa**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.
- ALMEIDA, Vera Lúcia Valsecchi de. Modernidade e velhice. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 75, São Paulo, p.35-54, 2003.
- ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- ANDERY, Maria Amélia. **Para compreender a ciência**. São Paulo: Espaço e Tempo, 1988.
- ARAÚJO, L. F.; Coutinho, M. P. L., Santos, M. F. S. Análise Psicossocial do Idoso em Instituições Gerontológicas. In: FALCÃO, D. V. S. ; DIAS, C. M. S. B. (Org.). **Maturidade e Velhice: Pesquisas e Intervenções Psicológicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, p. 131-150.
- AVLUND, K.; et al. Social relations as determinants of oral health among persons over the age of 80 years. **Commun. Dent. Oral Epidemiol.**, v.31, p.454-62, 2003.
- BACON, Francis. **Novum Organum**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- BALTES, M. M; SILVERBERG, S. A dinâmica da dependência-autonomia no curso de vida. In: NERI, L. (Org) **Psicologia do envelhecimento: tópicos selecionados numa perspectiva do curso de vida**. Campinas: Papirus, 1995.
- BANDEIRA, Mário Leston. **Demografia e modernidade: família e transição demográfica em Portugal**. Porto: Casa da Moeda, 1996.
- BARBOSA, Livia. **O jeito brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2012.
- BATISTA, A et al.. **Proteção das pessoas idosas dependentes: uma análise comparativa da experiência internacional**. Brasília: Ipea, 2009.
- BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **A Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BEAUVOIR, S. de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BECKER, Howard. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

BELTRÃO, Kaizôlwakami; CAMARANO, Ana Amélia. **A dinâmica populacional brasileira e a previdência social**: uma descrição com ênfase nos idosos. IPEA, 2002.

BEN-DAVID, Joseph. **O Papel do Cientista na Sociedade**: um Estudo Comparativo. São Paulo: Pioneira, 1974.

BENGTSON, Vern; et al. **Handbook of theories of aging**. 2 ed. New York: Springer Publishing, 2009.

BENKENSTEIN, Arnaldo. Análise de redes sociais em blogs de Pessoas com Necessidades Especiais (PNE). **Novas Tecnologias na Educação**, v. 5, p. 1-12, 2007.

BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoría general de los sistemas**: fundamentos, desarrollo, aplicaciones. México: FCE, 1976.

BOURDIEU. Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU. Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRAGA, Pérola Melissa Vianna. **Trabalho ou aposentadoria?** A decisão é do idoso. 2010. Disponível em: <<http://www.planosdesaude senior.com.br/blog/2010/10/trabalho-ou-aposentadoria-a-decisao-e-do-idoso>>. Acesso em 05 jan. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas S.A., 1988.

BRASIL. **Lei n. 8842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Palácio do Planalto, Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm Acesso em 22 out. 2012.

BRASIL. **Estatuto do idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.741.htm. Acesso em: 05 jan. 2013.

BRUNO, Marta Regina Pastor. Cidadania não tem idade. **Revista Serviço social e Sociedade**, São Paulo, 2003, p.74-83.

BRUSCHINI, C; LOMBARDI. **Instruídas e trabalhadeiras**: trabalho feminino no final do século XX. São Paulo: Unicamp, 2002.

BUCKLEY, Walter. **Modern Systems Research for the Behavioral Scientist**. Chicago: Aldine Publishing Company, 1968.

CACHIONI, M. Universidade da Terceira Idade: das origens à experiência brasileira. In: NERI, A.L; DEBERT, G.G. (Org.). **Velhice e sociedade**. Campinas: Papirus, 1999, p. 141-178.

CAIDA, The Cooperative Association for Internet Data Analysis. **Projeto MapaNet**.. 2011. Disponível em: <http://www.caida.org>. Acesso em 23 dez. 2012.

CALDAS, Célia Pereira. Teorias sociológicas do envelhecimento. In: Matheus Papaléo Netto. (Org.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2007, p. 77-84.

CAMARANO, A. A.; EL GHAOURI, S.K. Idosos brasileiros: que dependência é essa?. In: CAMARANO, A. A (org.) **Muito além dos 60**: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999, p. 281-304.

CAMARANO, A. A. **Mecanismos de proteção social para a população idosa brasileira**. Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia. Envelhecimento da População Brasileira: uma Contribuição Demográfica. In: FREITAS, E.V. et al. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2002. p. 58-71.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARVALHO, J. A. M.; GARCIA, R. A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Cad. Saúde Pública**, v.19, n. 3, maio/jun. 2003, p. 725-733.

CARVALHO, Marcelo Sávio Revoredo Menezes de. **A trajetória da Internet no Brasil**: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança. 2006. 239 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. **A sociedade em rede do conhecimento à Ação Política**. Disponível em:

<http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade_em_Rede_CC.pdf >. Acesso em: 02 dez. 2012.

CASTRO, Ana Maria de.; DIAS Edmundo Fernandes (org.). **Introdução ao pensamento sociológico**. 18 ed. São Paulo: Centauro, 2005.

CETIC.br - CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas**, São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012.

CENTRO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO DE DEMOGRAFÍA. Envejecimientopoblacional: Populationageing. **Observatório Demográfico da América Latina y el Caribe**, Santiago de Chile, n. 12, out. 2011.

CHAIMOWICZ, Flávio. **Os idosos brasileiros no século XXI**. Belo Horizonte, Postgraduate Brasil. 1998.

CHALLONER, Jack. **1001 invenções que mudaram o mundo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2010.

CHALMERS, A. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHANEY, David. **Lifestyles**. London: Routledge, 1996.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1993.

CHRIST R.C.et al. **Construindo comunidades virtuais para a terceira idade**. Pelotas: UCPel, 2002.

COHEN, Lawrence. Não há velhice na Índia: os usos da gerontologia. **Culture, Medicine and Psychiatry**, v. 16, 1992, p. 123-161. Disponível em <http://www.mirelaberger.com.br/download/td13-cohen.pdf>. Acesso em 16 jul. 2012.

CÔRTE B. Biotecnologia e longevidade: o envelhecimento como um problema solucionável? In: CÔRTE B., MERCADANTE, E. F, ARCURI, I. G. (Orgs). **Velhice, envelhecimento: complex(idade)**. São Paulo: Vetor; 2005. p. 241-63.

COSTA, Ruthe Correa. **A terceira idade hoje sob ótica do Serviço Social**. São Paulo: Ulbra, 2007.

COSTA, Sérgio Ibiapiana. Ferreira. A Bioética Clínica e a Terceira Idade. **Revista Brasileira de Bioética**, Brasília, v. 1, p. 279-288, 2005.

COWGILL, D. O. A theory of aging in cross-culture perspective. In: COWGILL, D. O.; HOLMES, L.D (Org.). **Aging and modernization**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1972.

CUMMING, Elaine; HENRY, William E. **Growing Old, the process of disengagement**. New York: Basic Books, 1961.

CZAJA, SJ. Computer technology and the older adult. **Handbook of human-computer interaction**. Amsterdam: Books; 1997 .p. 797- 812.

D'URSO, Luiz Flávio Borges (2010). **O idoso**. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/defesa-doente-mental-pessoa-idosa/mensagem-do-presidente/o-idoso>>. Acesso em 05 jan. 2013.

DE MASI, D. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DEBERT, G. G. Política de atenção à terceira idade. In: MPAS. **Discutindo a assistência social no Brasil**. Brasília, p. 141, 1997.

DESCARTES, René. **O Discurso do Método**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DEYON, Pierre. **O mercantilismo**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

DIAS, Fernanda. **Idosos aderem às redes sociais e passam a produzir conteúdo para a web**. 2010, Disponível em: <<http://opiniaoenoticia.com.br/vida/comportamento/idososaderem-as-redes-sociais-e-passam-a-produzir-conteudo-para-a-web>>. Acesso em 05 ago. 2012.

DIAS, Lia Ribeiro; CORNILS, Patrícia. **Alencastro: o general das comunicações**. São Paulo: Plano Editorial, 2004.

DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

DUFOUR, Daniel R. As angústias do indivíduo-sujeito. **Le Monde Diplomatique - Edição Brasileira**, v.2, n. 13, 2001.

DUFOUR, Daniel R. **On achève bien les hommes**. Paris: Denoël, 2005.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUPUY, Jean-Pierre. **Nas origens das ciências cognitivas**. São Paulo: Unesp, 1996.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Nacional, 1987.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. In: RODRIGUES, J.A. (org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1991, p. 183-203.

DURKHEIM, Émile. Determinação do fato Moral e Representações Individuais e Representações Coletivas. In: DURKHEIM, Émile. **Sociologia e Filosofia**. 2ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2003.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA FACTS MATTER. **Society and the Internet**. Disponível em: <<http://global.britannica.com/EBchecked/topic/291494/Internet/255530/Society-and-the-Internet>>. Acesso em 29 jan. 2013.

FERNANDES, Taísa Ribeiro. **Uniões homossexuais e seus efeitos jurídicos**. São Paulo: Método, 2004.

FERNANDEZ-BALBOA, Juan-Miguel. **Critical Postmodernism in Human Movement, Physical Education, and Sport**. New York: State University of New York Press, 1997.

FERRO-BUCHER, J.S.N. O casal e família sob novas formas de interação. In T. Féres-Carneiro (Org.). **Casal e família: entre a tradição e a transformação**. Rio de Janeiro: Nau, 1999. p.169-193

FISKE, John. **Understanding popular culture**. London: Unwin Hyman, 1989.

FOLHA, Jornal Folha de São Paulo (2012) **Cresce número de idosos morando sozinhos**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/1070660-cresce-numero-de-idosos-morando-sozinhos-no-brasil.shtml>>. Acesso em 18 jan. 2013.

FRAQUELLI, Ângela Aita. **Relação entre auto-estima, auto-imagem e qualidade de vida em idosos participantes de uma oficina de inclusão digital**. 2008. Dissertação (Mestrado em Gerontologia Biomédica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. A mulher brasileira nos espaços público e Privado: como vivem e o que pensam as brasileiras no início do século XXI. **Núcleo de opinião pública**, São Paulo, 2001.

GALEAZZI, I. M. S. **As mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo, 2003.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernity and self-identity**. Cambridge: Polity, 1991.

GIDDENS, Antony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIDDENS, Antony. **Social Theory and Modern Sociology**. Cambridge: Polity Press, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOLDFARB, D. C. **Corpo, tempo e envelhecimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo Livraria e Edit, 2004

GOULART, Denise. **Inclusão digital na terceira idade**: a virtualidade como objeto e reencantamento da aprendizagem. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GUIDETTI, Andréia Arruda; PEREIRA, Aline dos Santos. A importância da comunicação na socialização dos idosos. **Revista de Educação**, Valinhos (SP), v. 11, n. 11, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Toward a Rational Society**. Boston: Beacon Press, 1970.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Richard. **Organizações: estrutura e processo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1984.

HARPHAM, Geoffrey Gait. So... What is Enlightenment? An inquisition into modernity. **Critical Inquiry**, v. 20, n. 3, p. 524-556, 1994.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 4. ed. Rio de Janeiro: Loyola, 1994.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1989.

HAVIGHURST, R.; ALBRECHT, R. **Older people**. New York: Longmans, 1953.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HUYSEN, Andreas. Mapeando o pós-moderno. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 15-80.

IANNI, Otávio. **Teorias da Globalização**. 11.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil**. 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/>. Acesso em: 05 jan. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE detecta mudanças na família brasileira**. 2006. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=774>. Acesso em: 10 jan. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contagem Populacional**. 2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/piramide/piramide.shtm. Acesso em: 31 jul. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IDATTE, Paul. **Chaves da cibernética**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1972.

INDEX MUNDI. **Número de usuários de Internet no mundo**. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/map/?v=118&l=pt>>. Acesso em 16 jan. 2013.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Perspectivas da política social no Brasil**. Brasília: Ipea, 2010.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

JAY, M. **Marxism and totality: the adventures of a concept from Lukàcs to Habermas**. Berkeley, CA: University of California Press, 1984.

JUNQUEIRA, Lília. A noção de representação social na sociologia contemporânea. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n. 18/19, p. 145-161, 2005.

KACHAR, Vitória. **A terceira idade e a inclusão digital**. São Paulo: Salto para o Futuro, 2001.

KACHAR, Vitória. **Terceira idade informática: aprender revelando potencialidades**. São Paulo: Cortez, 2003.

KARSCHUM. Idosos dependentes: famílias e cuidadores. **Caderno Saúde Pública = Rep Public Health**, 2003, v. 19, n. 3, p. 861-866.

KELLY, Kevin. **Para onde nos leva a tecnologia**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil — Estados Unidos, França e Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 61-85, 2003.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LACLAU, E. Politics and limits of modernity. In: ROSS, A. **Universal abandon?** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

LANA, Carlos Roberto de. **História da Ciência (3): A contribuição de Newton ao mundo tecnológico**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/ciencias/historia-da-ciencia-3-a-contribuicao-de-newton-ao-mundo-tecnologico.htm>>. Acesso em 22 jan. 2012.

LEMOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 5.ed. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A antropologia diante do mundo moderno**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Editora 34. São Paulo, 1999.

LIMA, Cláudia Regina Vieira. **Políticas públicas para idosos**: a realidade das Instituições de Longa Permanência para Idosos no Distrito Federal. 2011.

LIPOVETSKY, Gilles. **El crepúsculo del deber**. Barcelona: Anagrama, 1994.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LONGINO, C.F and POWELL, J.L. Embodiment and the Study of Aging. In: BERDAYES. **The Body in Human Inquiry**. Chicago: The Hampton Press, 2004.

LUHMANN, Niklas. **Sociedad y Sistemas La Ambición de La Teoría**. Barcelona, Buenos Aires, México: Ediciones Paidós; I.C.E La Universidad Autónoma de Barcelona, 1990.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

LYOTARD, J. F. The postmodern condition. In: SEIDMAN, S. **The postmodern turn**. Cambridge: University Press, 1994.

MACEK, Jakub. Defining Cyberculture. **Cyberspace Normative Frameworks**, 2005. Disponível em: < http://macek.czechian.net/defining_cyberculture.htm> Acesso em 12 de jan. de 2013.

MACHADO, V. V. **O uso da internet por idosos**: um estudo netnográfico em Redes de comunicação online. 2008. Graduação (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade do Vale do Itajaí, 2008.

MAHADEVAN, Priya, et al. **Orbis**: Rescaling Degree Correlations to Generate Annotated Internet Topologies. Kyoto/Japan, 2007.

MALTHUS, Thomas. **Ensaio sobre a população**: coleção economistas. Blumenau: Best Seller, 1996.

MANDEL, Arnaldo; SIMON, Imre; LIRA, Jorge L. de. **Computação e Comunicação**. Disponível em <<http://www.ime.usp.br/~is/abc/abc/>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

MARKIDES, K. S.; LIANG, J.; JACKSON, J. S. **Race, ethnicity, and aging**: conceptual and methodological issues. San Diego: Academic Press, 1990.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

McCULLOCH, Warren. **Embodiments of Mind**. Cambridge, Ma: MIT Press, 1989.

MEDEIROS, S. A. R. Como pensar a vida. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 75, p. 1-208, 2003.

MENDES, Daniele Cristina. **Navegando por entre trilhas digitais com novas e velhas gerações**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MINAYO, M. C. S.; COIMBRA, Jr. Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. In:MINAYO, M. C. S., COIMBRA, Jr. (Orgs.).**Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p. 11-24.

MINAYO, M. C. S. Violência contra idosos: relevância para um velho problema. **Cad Saúde Pública** = Rep Public Health, v. 19, n. 3, p. 783-791, 2003,

MOREIRA, Morvan de M. **Envelhecimento da população brasileira**. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

MOREIRA, J.C. SENE, Eustáquio. **Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização**. São Paulo: Scipione, 2005.

MOREIRA, Morvan de M. Envelhecimento da população brasileira: intensidade, feminização e dependência. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v.15, n.1, jan./jun. 1998, p.79-93.

MORGAN, Leslie A.; KUNKEL, Suzane R. **Aging, society and the life course**. 3 ed. New York: Springer Publishing Company, 2007.

MORRIS, J. M. Computer-training needs of older adults. **Educational Gerontology**, v. 20, n. 6, p. 541-555, Set. 1994.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NERI, A. L. **Envelhecer num país de jovens: significados de velho e velhice segundo Brasileiros não idosos**. Campinas, SP: Unicamp, 1991.

NERI, A. L.; FREIRE, S. A. Apresentação: qual é a idade da velhice? In: _____. (Org.). **E por Falar em Boa Velhice**. Campinas: Papyrus, 2000. p. 2-4.

NEWTON, Isaac. **Princípios matemáticos da filosofia natural**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

NOVAIS, Maria Helena. **Psicologia da terceira idade: conquistas possíveis e rupturas necessárias**. Rio de Janeiro: NAU, 1997.

NUNES, S. S. **A acessibilidade na Internet no contexto da sociedade da informação**, 2002. Dissertação (Mestrado em Gestão de Informação) - Universidade do Porto/Faculdade de Engenharia, Porto, 2002.

O'NEILL, Brian C. et al. Global demographic trends and future carbon emissions. In: **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**. v. 107, n. 41, p. 17521–17526, 2010. Disponível em <<http://www.pnas.org/content/107/41/17521.full.pdf+html?sid=aa3d5aeb-ae64-46b7-8115-43b89907d09b>>. Acesso em 28 dez. 2012.

O'SULLIVAN, Tim. "Lifestyles". In: O'SULLIVAN, Tim et al., **Key concepts in communication and cultural studies**. London: Routledge, 1994. p. 167-168.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. 2. ed. São Paulo, 1994.

OLIVEIRA, F. S. **Aprendizagem por idosos na utilização da Internet**, 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Conceito de envelhecimento**. Disponível em: <<http://www.cies.org.br/mgea1.asp>>. Acesso em 18 dez. de 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Assembleia mundial sobre envelhecimento**: resolução 39/125. Viena, 1982.

PAILLAT, Paul. Gerontological research: presents situation and prospects. In: **International Social Sciences Journal**, Paris: UNESCO, 1968.

PAIS, José Machado. **Sociologia da vida quotidiana**: teorias métodos e estudos de caso. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

PAPALÉO NETTO, M. O estudo da velhice no séc. XX: histórico, definição do campo e termos básicos. In: FREITAS, E. et al. (Orgs.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 2-12.

PASSOS, Maria Consuelo. A constituição dos laços na família em tempos de individualismo. **Mental** [online]. 2007, v.5, n.9, p. 117-130.

PEIXOTO, C. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: BARROS, M. M. L. de. (Org.). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 57-84.

PEIXOTO, Clarice E.; CLAVAIROLLE, F., **Envelhecimento, políticas sociais e novas tecnologias**. São Paulo: FGV, 2005.

PEREIRA, Luiza Helena. Análise de conteúdo: um approach do social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.9, p.87-114, 1998.

PERES, Marcos Augusto de Castro. **O envelhecimento do trabalhador no contexto dos novos paradigmas organizacionais e os indicadores de exclusão por idade no trabalho**. 2004. Disponível em:

<<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1273/1084>>.

Acesso em 05/01/2013.

PETTA, NicolinaLuisa de; OJEDA, Eduardo AparicioBaez. **História: Uma Abordagem Integrada**. São Paulo: Moderna, 1999.

PRADO, Shirley Donizete; SAYD, Jane Dutra. A gerontologia como campo do conhecimento científico: conceito, interesses e projeto político. **Rev CS Col**, v. 11, n. 2, p. 211-221, 2006.

PRENSKY, Marc. Digital natives, digital immigrants: part 1. **On The Horizon**, S.l., v. 9, n. 5, p.1-6, 2001. Disponível em:

<[http://www.marcprensky.com/writing/prensky%20-](http://www.marcprensky.com/writing/prensky%20-%20digital%20natives,%20digital%20immigrants%20-%20part1.pdf)

[%20digital%20natives,%20digital%20immigrants%20-%20part1.pdf](http://www.marcprensky.com/writing/prensky%20-%20digital%20natives,%20digital%20immigrants%20-%20part1.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2012.

REBELO, Helder. (2007). Psicoterapia na idade adulta avançada. **Análise Psicológica**, v. 4, n. 25, p. 543-557.

RECUERO, Raquel da Cunha. **Comunidades Virtuais no IRC: o caso do Pelotas**. Um estudo sobre a Comunicação Mediada por Computador e a estruturação de comunidades virtuais. 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

REIS, Léa Maria Aarão. **Novos Velhos: viver e envelhecer bem**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

RIOS, Roger Raupp. **O princípio da igualdade e a discriminação por orientação sexual: a homossexualidade no direito brasileiro e norte-americano**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

RODRIGUES, Léo Peixoto. Há limites para a Sociologia do Conhecimento em uma "Sociedade do Conhecimento"? In: SANTOS, Hemílio. **Debates pertinentes para entender a sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

RODRIGUES, Léo Peixoto; MENDONÇA, Daniel de (Orgs.). **Ernesto Laclau e NiklasLuhmann: pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

RODRIGUES, Lizete de Sousa; SOARES, Geraldo Antônio. Velho, Idoso e Terceira Idade na Sociedade Contemporânea. **RevistaÁgora**, Vitória, 2006. p. 1-29.

RODRIGUES, R. A. P.; MARQUES, S.; FABRÍCIO, S. C. C. Envelhecimento, saúde e doença. **Arq. eriatr. Gerontol.**,v.4, n.1, p.15-20, 2000.

ROSA, Carlos Augusto de Proença. **História da Ciência: da Antiguidade ao Renascimento Científico**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

ROSA, T. E. C. et al. Fatores determinantes da capacidade funcional entre idosos. **Rev. Saúde Pública**, v.37, n.1, p.40-8, 2003.

ROSA, T. E. C.; BENÍCIO, M. H. D.; LATORRE, M. R. D. O.; RAMOS, L. R. Fatores determinantes da capacidade funcional entre idosos. **Rev. Saúde Pública**, v.37, n.1, p.40-8, 2003.

ROSE, Arnold Marshall; Peterson Warren A. **Older people and their social world: the sub-culture of the aging**. Philadelphia: Pa. Davis Company, 1965.

RPN, Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. **Sobre a RPN**. Disponível em: <http://www.rnp.br/rnp/>. Acesso em: 16 dez. 2012.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SALGADO, M. A. **Velhice, uma nova questão social**. São Paulo: Hamburg, 1982.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, L.A. **Tecnologias de informação e comunicação: O e-mail redimensionando as relações sociais de idosos**, 2005. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, 2005.

Santos, M. F. S.; ALMEIDA, A. M. O. Práticas sociais relativas ao idoso. **Temas de Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 3, p. 221-228. 2004.

SCHIRRMACHER, F. **A revolução dos idosos: o que muda no mundo com o aumento da população mais velha**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SILVA, J. C. Velhos ou idosos. **A terceira idade**, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 94-111. jan. 2003.

SILVA, Juremir Machado da. Interfaces: Michel Maffessoli, teórico da Comunicação. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 25. Dez. 2004, p. 43-48.

SIMÕES, Regina. **Corporeidade e Terceira Idade: a marginalização do corpo do idoso**. Piracicaba: UNIMEP, 1998.

SIQUEIRA, M. E. C. Teorias Sociológicas do Envelhecimento. In: NERI, A. B. (org.). **Desenvolvimento e Envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas**. Campinas: Papyrus, 2001.

SOBRAL, B. et al. Novos fatos e alguns pontos de vista sobre a terceira idade **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 2, n. 1, p. 135-148, jun. 1995.

SOUZA, Janara Kalline Leal Lopes de. **Caiu na rede é jovem?** o exercício do protagonismo idoso na internet no Brasil e na Espanha. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

STANTON, Michael. **A evolução das redes acadêmicas no Brasil:** parte 1 - da BITINET à Internet. Disponível em: <<http://www.rnp.br/newsgen/9806/inter-br.html>>. Acesso em 10 nov. 2012.

TEIXEIRA, M. B. **Empoderamento de idosos em grupos direcionados à promoção da Saúde.** 2000. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2000.

TEIXEIRA, Solange. **Envelhecimento e Trabalho no tempo do Capital:** implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa I:** A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

THORSON, James A. **Aging in a Changing Society.** New York: Brunner-Routledge, 2000.

TIBBITTS, Clark. La Gérontologie Sociale, ses origines, saportée, sestendances. **International Social Sciences Journal.** Paris: UNESCO, 1963.

TÔRRES, M. M.; SANTOS, M. A. A. dos. Inclusão social de idosos: um longo caminho a percorrer. **Rev. Ciências Humanas**, v. 1, n 2, 2008.

TRINCADEIRO, M., LOPES, N.; MARQUES, S. Cuidados continuados: Evoluir no cuidar. **Hospitalidade**, v. 73, n. 284, p. 12 – 17, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa qualitativa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 2010.

TSUGUMI, Neide Yoko. **Inclusão social no mercado de trabalho e hospitalidade.** Dissertação (Mestrado) — Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2006.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol. **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** 1. ed. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05629-introd.pdf>> . Acesso em: 16 de novembro de 2012.

VERAS R.P. **Pais jovens com cabelos brancos:** a saúde do idoso no Brasil. Rio de Janeiro: RelumeDumará/UERJ, 2003.

VYNCKE, Patrick. "Lifestyle segmentation – from attitudes, interests and opinions to values, aesthetics styles, life visions and media preferences". **European Journal of Communication**, v. 17, n. 4, p. 445-464, dec.2002.

WASSERMAN, Camila. et al. Redes Sociais: um novo mundo para os idosos. **Revista Renote** - novas tecnologias na educação, v. 10, n. 1, 2012.

WECHSLER, Rudolf et al . A informática no consultório médico. **J. Pediatr.** Porto Alegre,2013 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572003000700002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em:25 nov. 2012.

WIENER, Norbert. **Cibernética e sociedade**: o uso humano de seres humanos. São Paulo: Cultrix, 1954.

WILLIS, Paul. **Common culture**: symbolic work at play in the everyday cultures of the young. Milton Keynes: Open University Press,1990.

WONG LLR, CARVALHO JA. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, 2006.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Population aging**: a public health challenge. Geneva: WHO Press Office, 1998.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAY, Nicolas. **Dictionnaire-Manuel de Gérontologie Sociale**. Canadá: LesPresses de L'Université, 1981.

ZIMERMAN GI. **Velhice**: aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artmed; 2000.

APÉNDICES

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Roteiro para entrevista estruturada

Identificação do informante

Protocolo de referência: _____. Data do preenchimento: ____ / ____ /2013.

Local da entrevista: _____.

Mora em Fpólis há: _____

1. Idade: _____ anos.

2. Você se considera pessoa idosa? () Sim () Não

3. Gênero () Masculino () Feminino

4. Residência/Bairro: _____.

5. Qual a sua situação conjugal?

() Casado(a) – () Solteiro(a) – () Separado(a) ou divorciado(a) – () Viúvo (a) – () Namorando

() União estável () Outro.

Qual? _____.

6. Você mora? () Sozinho – () Com familiares – () Instituição(hotel geriátrico etc.)

7. Qual o seu grau de escolaridade?

- nunca frequentei a escola.
- ensino fundamental incompleto (1º. Grau incompleto)
- ensino fundamental completo (1º. Grau completo)
- ensino médio incompleto (2º. Grau incompleto)
- ensino médio completo (2º. Grau completo)
- ensino superior incompleto (3º. Grau incompleto)
- ensino superior completo (3º. Grau completo)
- pós-graduado (Especialista–Mestre–Doutor–PhD)

8. Qual a renda bruta mensal:

Até um salário mínimo (R\$ 678,00 ou menos)	Até dois salários mínimos (R\$ 1.356,00 ou menos)	Até três salários mínimos (R\$ 2.034,00 ou menos)	
Até quatro salários mínimos (R\$ 2.712,00 ou menos)	Até cinco salários mínimos (R\$ 3.390,00 ou menos)	Mais de cinco salários mínimos (R\$ 3.390,00 ou mais)	

9. Você ajuda alguém com seus rendimentos mensais?

() Sim () Não Quem? _____

Por opção () ou Por Obrigação ()

Dimensão do cotidiano: questões relativas ao dia a dia, à rotina como um todo.

Indique seis tecnologias que você considera principais na sua vida:

No banco

10. Você é cliente de algum banco? () Sim () Não

11. Como costuma movimentar sua conta? () Pessoalmente, no caixa – () No caixa eletrônico () Pelo computador, via internet – () Pelo telefone celular – () Outro: _____.

12. Você tem cartão magnético (de crédito e/ou débito)? () Sim () Não

13. Com que frequência costuma movimentar sua conta? (ir ao banco, utilizar o cartão)

() Diariamente – () Semanalmente – () Uma vez por mês – () Duas vezes por mês

() Outro: _____.

14. Sobre os serviços bancários:

Serviço	Uso sempre	Uso às vezes	Não uso	Raramente uso	Nunca usei
Cartão de crédito					
Cartão de débito					
Caixa eletrônico					
Banco online (site do banco)					
Banco via telefone celular					
Talão de cheques					
Atendimento no caixa/pessoal					

15. Você tem opção de escolher entre o caixa eletrônico e o atendimento humano?

() Sim, sempre. () Sim, as vezes. () Não, nem sempre. () Não, nunca.

16. Independente da disponibilidade, você prefere o caixa eletrônico ou o atendimento humano?

() Caixa eletrônico () Atendimento pessoal () Pra mim, é indiferente.

Justificativa: _____

17. Possui telefone celular? () Sim () Não

18. Se possui celular, avalie a sua relação com as funções listadas a baixo:

Função	Uso sempre	Uso às vezes	Não uso	Raramente uso	Nunca usei
Ligações de voz					
Torpedo (mensagem de texto)					
Foto torpedo (troca de fotos)					
Câmera fotográfica					
Conexão com Internet					
Rádio					
Ouvir música					
Reprodução de vídeos					
Viva-voz					
Agenda eletrônica					
Relógio					
Despertador					
Calculadora					
Jogos					

19. Possui computador? () Sim () Não

20. Com acesso à Internet? () Sim () Não

21. Você utiliza computador (em casa ou em noutro local)? () Sim () Não

() Casa () Outro local Qual:

22. Se você utiliza computador, avalie a sua relação com as funções listadas a baixo:

Função	Uso sempre	Uso às vezes	Não uso	Raramente uso	Nunca usei
Digitar textos					
Ler emails					
Assistir a filmes/vídeos					
Ver fotos					
Pesquisar na Internet					
Conhecer pessoas					
Conversar com amigos					
Acessar redes sociais					
Fazer compras					
Ler jornal, revistas etc.					
Impressões em papel					
Gravar CD, DVD, etc.					
Jogar em rede					

Autopercepções

23. Você já sentiu constrangimento por não saber ou não querer usar determinada tecnologia digital?

() Sim

() Não

24. Interação com as diversas tecnologias digitais:

Classifique o grau de dificuldade no manuseio das tecnologias digitais listadas a baixo:

- 0 nenhuma dificuldade - (uso sem problemas/sem restrições)
- 1 algum tipo de dificuldade - (uso com preocupação)
- 2 dificuldade máxima (não sei usar)

Tecnologia	Possui?/Conhece?	0	1	2
Micro-ondas				
Controle remoto				
Televisão				
Elevador				
Máquinas de lavar				
Máquina fotográfica digital				
Painel do carro				

24. Em uma palavra, o que é tecnologia pra você?

APÊNDICE B –TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “**INTERSECÇÃO GERACIONAL: A PESSOA IDOSA EM MEIO ÀS ROTINAS TECNOLOGIZADAS**”.

Você foi selecionado intencionalmente e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará prejuízos de nenhuma natureza.

O objetivo deste estudo é conhecer melhor as relações e interações entre as pessoas idosa e as tecnologias digitais.

A coleta de dados será efetuada por meio de aplicação de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas que procurarão captar o entendimento dos entrevistados sobre o tema.

As informações obtidas durante essa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Durante a análise dos dados, tanto os registros sonoros das entrevistas quanto os textos resultantes das transcrições serão arquivados. Apenas os pesquisadores envolvidos com o projeto terão acesso aos dados. Qualquer característica, nome ou evento que possibilite a identificação dos participantes será modificado.

Com a sua participação, você estará contribuindo para que possamos aprofundar nossos conhecimentos na condução de entrevistas em profundidade.

Você está recebendo duas cópias deste termo onde constam e-mail e telefone do pesquisador. Com eles, você pode tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

André Dala Possa
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (IFSP/UFPeI)
E-mail: andredalapossa@yahoo.com.br
Fone: (48) 3258-2939 ou (48) 8821-8949

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome:.....

Assinatura

Florianópolis, _____.

Caso você concorde em participar da pesquisa, por favor, assine uma cópia desse termo.